

MÔNICA SIMIONI

**Comunicação e disputa hegemônica na
Venezuela no pós-golpe de abril de 2002**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais com área de concentração em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia.

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC-SP

São Paulo

2007

Folha de Aprovação da Banca Examinadora

À meu querido pai, Antônio Carlos Simioni, cujo amor me ensinou bem cedo a ter firmeza e determinação.

À minha querida mãe, Janina Mirtha Gladys Sanchez, de quem herdei a latinidade e cujo amor me ensinou a lutar pelo que acredito.

À minha querida irmã, Tatiana Simioni, cujo amor e alegria me acompanham sempre.

Ao meu companheiro Emerson Martins de Carvalho, cujo amor, carinho e dedicação preenchem minha vida de um significado especial.

Agradecimentos

A Vera Chaia, minha orientadora, cujas palavras foram importantes não só para a pesquisa mas também para minha vida.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, em especial Lúcio Flavio Rodrigues de Almeida, Luis Eduardo Wanderley e Paulo-Edgar Almeida Resende, que iluminaram minhas reflexões com suas saudáveis provocações em sala de aula.

A Adalberto Monteiro, Altamiro Borges, Bernardo Joffly, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira, membros do Comitê Gestor do Portal Vermelho, que acreditaram no projeto e o apoiaram de diversas formas.

A minha mãe, que acompanhou a pesquisa desde o começo e sempre fez observações pertinentes.

A Emerson, por sua companheirismo e paciência, principalmente na fase final do trabalho, e por suas leituras atentas e sugestões enriquecedoras.

Aos queridos tia Márcia e Carlinhos, que apesar da distância geográfica foram muito presentes neste período. Obrigada por todo apoio que me deram.

A querida tia Patrícia, Bira, Renata e Birinha; as queridas tia Diana e tia Vicky; e a minha amada Vó Maita; por todo apoio e carinho.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP, com quem troquei muitas figurinhas estimulantes sobre o tema.

Aos amigos Carlos Pompe, curioso do mundo que me contaminou com suas interrogações; Diego Guimarães, que trouxe a mala com jornais e livros de Caracas para São Paulo no vôo da FAB; Elias Jabbour, sempre apoiador;

Eliana Amorim, companheira de jornada acadêmica; Fernanda do Val, companheira de piscos, histórias, sonhos e risadas; Fernando Garcia, pelo estímulo; Flavia Mesiano, amiga incondicional há quase 20 anos; Heloísa Melo, pela amizade e pelos importantes momentos de descontração; Mesaque Araújo, amigo do peito, camarada e fiel escoteiro; Madalena Guasco Peixoto, pelo apoio e tranquilidade nos momentos difíceis; Osvaldo Bertolino, pelas importantes indicações de leitura; Rosa Frigoli, companheira de jornada acadêmica; Synthia Alves, pela amizade e apoio; Valéria Leão, pela força e amizade.

Obrigada também ao CNPq, pela bolsa que me concedeu e que foi determinante.

Resumo

Em 11 de abril de 2002 o presidente da Venezuela Hugo Chávez sofreu um falido golpe de Estado orquestrado midiaticamente por setores da elite dominante, detentora dos veículos de comunicação de massa do país, em aliança com setores conservadores das Forças Armadas. A partir do restabelecimento do poder, o governo passou a compreender a política comunicacional como uma das frentes estratégicas.

Em meio à hegemonia do pensamento único capitalista – segundo o qual o socialismo foi considerado enterrado depois da queda do Muro de Berlim, quando se deu o “fim da história” –, o líder da chamada Revolução Bolivariana está a frente de um processo que tem recebido destacada atenção em todos os campos políticos do planeta. Sua gestão questiona a globalização neoliberal, tem caráter antiimperialista e propõe o “desenvolvimento endógeno” das nações, transformando a sociedade a partir do ponto de vista econômico, cultural e social.

Um dos maiores produtores de petróleo do mundo, a Venezuela enfrenta uma acirrada luta de idéias interna e externa em um processo dialético de construção do Socialismo do Século XXI. Neste ousado processo, que até o momento é marcado por uma reforma do Estado liberal, a liderança de Chávez tem sido essencial, principalmente em resposta a um sistema político deficitário. A base de sua sustentação tem sido o fortalecimento da democracia participativa.

A hipótese deste trabalho é que a política comunicacional adotada pelo governo é um dos pilares de sustentação política do processo bolivariano, onde a guerra midiática é pautada pelas grandes corporações midiáticas internacionais, reprodutoras dos interesses do grande capital. Tendo isso em vista, analisamos o papel dos meios contra-informativos na disputa pela hegemonia.

Abstract

On April 11th 2002, the President of Venezuela Hugo Chávez sustained an unsuccessful coup d'état orchestrated through the media by the dominant leading social circles, owner of the country's main communication vehicles, jointly with conservative sectors of the Armed Forces. From the reestablishment of democracy, the government started thinking its communications policy as one of the strategic sectors.

Amidst the predominance of capitalism's sole notion – according to which socialism was “buried” along with the fall of the Berlin Wall –, the leader of the so-called Bolivarian Revolution is at the head of a process which has been receiving relevant attention in all political fields around the planet. His government questions the neoliberal globalization, carries an anti-imperialist nature and proposes the “endogenous development” of the nations, transforming society from the economical, cultural and social point of views.

One of the biggest oil producers in the world, Venezuela faces a fierce internal and external struggle of ideas. The Revolution has its methods and perspectives questioned by opposers and supporters, in a dialectical process of constructing a new socialism, the 21st Century Socialism. In this process, which, until this stage, is marked by a reform of the bourgeoisie State, the President's leadership has been essential, mainly in response to a deficient political system. The base of its support is the strengthening of participative democracy.

This work's hypothesis is that the communications policy adopted by Hugo Chávez' Government is one of the political sustainers of the Bolivarian process, where war waged among the favorable and contrary information vehicles is moderated by the biggest international media corporations, reproducers of the great capital interests. Having this in view, we analyze the role of contra-informative media in the dispute for hegemony.

Sumário

Introdução – p. 9

Capítulo 1 – Sistema político venezuelano – p. 20

1.1 – Desencanto democrático – p. 22

1.2 – Sistema bolivariano – p. 43

1.3 – Revolução Bolivariana e Socialismo do Século XXI – p. 52

Capítulo 2 – Guerra midiática – p. 72

2.1 – O poder midiático na América Latina – p. 80

2.2 – Golpe e contragolpe na Venezuela – p. 104

Capítulo 3 – Os desafios de uma nova comunicação possível – p. 122

Capítulo 4 – Considerações finais – p. 175

Sites utilizados – p. 179

Bibliografia – p. 180

Relação de entrevistas – p. 184

Introdução

Esta pesquisa teve início no segundo semestre de 2004, quando, na condição de redatora, comecei a acompanhar diretamente o noticiário internacional e o quadro geopolítico de políticas integracionistas¹ e antiimperialistas que foi se conformando ao longo dos últimos dois anos no continente latino-americano. A partir de 2002, quando me graduei jornalista pela Faculdade de Comunicação Social e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e até meados de 2006, trabalhei, primeiramente como membro da equipe de jornalistas e posteriormente, como colaboradora do portal Vermelho (www.vermelho.org.br), veículo alternativo de informação na internet, atualizado diariamente com uma cobertura voltada ao noticiário nacional e internacional.

Em 2005, tendo passado a ser responsável pela cobertura sobre a região latino-americana, isso me possibilitou uma reflexão mais analítica sobre o papel das agências internacionais de notícias, a construção midiática da hegemonia do pensamento único dos setores dominantes, a inserção política dos países sul-americanos na nova conjuntura internacional recém constituída, e o papel fundamental da chamada mídia contra-hegemônica, militante na democratização da informação.

No Brasil, seguindo os caminhos tradicionais – ou seja, usando como fontes os principais jornais impressos, programas jornalísticos de rádio e de televisão – descobrimos que a cobertura internacional está diretamente

¹ Entende-se por forças integracionistas o eixo político adotado por governantes de importantes países do continente americano, eleitos democraticamente, cujas relações internacionais se baseiam nos princípios da livre determinação dos povos e na integração e colaboração econômica dos países da América do Sul e do Caribe.

relacionada aos interesses do grande capital². O processo de constituição deste bloco hegemônico foi aprofundado pela globalização, quando os Estados foram minimizados em detrimento do fortalecimento dos mecanismos internacionais de gerenciamento das economias mundiais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, subordinando a identidade e a soberania dos povos à massificação cultural capitalista, ditando o que é ou não é notícia.

Tenho como pressuposto que não existe neutralidade axiológica na ação social do cientista e questiono sua existência também no trabalho jornalístico uma vez que essa ação é também social e gera conseqüências sociais. O tema é considerado um mito entre a categoria, onde certos setores da academia (faculdades de jornalismo) e proprietários de veículos de informação, principalmente os de massa, insistem em afirmar que há isenção e que seu objetivo é apenas o de informar.

A alienação deste debate nas redações é determinante na formação do bloco hegemônico. Ademais, muitos profissionais utilizam o pretexto da objetividade para transfigurar seu pensamento, suas ideologia e ação política, “maquiando” a disputa política que também existe internamente na imprensa.

No Vermelho, procurei realizar um trabalho que fizesse uma contraposição a esse tipo de jornalismo. Durante o processo de busca de pautas e edição de textos que cabiam à função de redatora, o objetivo era ultrapassar o bloqueio político no entorno de questões relacionadas aos países do continente sul-americano. Além da sua maior proximidade geográfica, política e mesmo cultural com o Brasil, os espaços para a cobertura internacional trazem apenas os temas que estão relacionados às políticas dos Estados Unidos, da Europa ocidental e do Oriente Médio. Muitos textos são reproduções íntegras das agências internacionais de notícias, que na sua

² Segundo Octavio Ianni (1981), grande capital é a grande burguesia ou o capital monopolista que articula econômica e politicamente os interesses do bloco de poder na organização e reprodução das relações entre Estado e capital.

grande maioria são sediadas nesses mesmos países, sustentando seu ponto de vista hegemônico. Para as nações do hemisfério Sul, cabe a seção de notinhas rápidas nos jornais, flashes nas rádios e, quando são pautados, uma média de cinco segundos na televisão.

Esta postura política e editorial muda apenas quando o noticiário se volta a dois países: Cuba e Venezuela. Muito mais do que informativas, as “notícias” são quase sempre carregadas de valores morais, adjetivos e julgamentos. Em uma sociedade da informação³ constituída por redes globais, esta é uma das mais poderosas e eficazes armas do pensamento único neoliberal⁴, que usa a mídia como instrumento de difusão das suas idéias.

Tendo isso em vista, estabeleci uma rede de fontes de informação alternativas às disponibilizadas pelas agências internacionais de notícias⁵. Nesse movimento “contra a maré” analisei criticamente a disputa política pela opinião pública na mídia, principalmente no continente americano. De um lado, está a ação dos três maiores grupos midiáticos privados da região – grupo Cisneros (Venezuela), Marinho (Brasil) e Clarín (Argentina) – que, junto com a grande imprensa destes países, estabelece uma rede que reproduz o pensamento orientado pelos interesses do capital transnacional. Do outro lado há o esforço permanente da mídia contra-hegemônica mundial em oferecer um outro viés noticioso.

Este último bloco conta com um crescente número de leitores e conseqüentemente de influência no cenário midiático. Entre os de maior impacto mundial estão os espanhóis Rebelión (www.rebellion.org), La Insignia (www.insignia.org) e Red Voltaire (www.voltairenet.org). Na América Latina, há o venezuelano Aporrea (www.aporrea.org), a equatoriana Agência Latino-

³ Segundo Manuel Castells, a Revolução da Tecnologia da Informação transformou a sociedade, que passou a se regular por fluxos de informação, capital e comunicação cultural, que geraram novas relações de consumo, produção, poder e controle (*A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999)

⁴ Entende-se como pensamento único o discurso que determina que o desenvolvimento dos países se dá apenas através do receituário neoliberal acordado pelo Consenso de Washington. Na década de 90 foi responsável pelo aprofundamento da dependência dos países chamados terceiro-mundistas de organismos financeiros internacionais.

⁵ As principais agências internacionais de notícia do mundo hoje são Reuters (EUA), The Association Press – AP (EUA), Agência France Press – AFP (França), BBC (Reino Unido) e EFE (Espanha).

Americana de Informação – ALAI (www.alainet.org) e a brasileira Agência de Notícias Frei Tito para a América Latina - Adital (www.adital.org.br).

É importante ressaltar que foi neste mesmo período que ocorreu o fortalecimento de setores de centro-esquerda na América Latina. Além da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e de Néstor Kirchner na Argentina em 2003, ao longo dos últimos anos presenciamos a crescente organização e inserção política dos movimentos sociais. Como exemplo podemos citar o caso da Bolívia, cujos movimentos indígenas derrubaram o presidente Gonzalo Sanchez de Lozada (2004) e seu sucessor Carlos Mesa (2005). As manifestações culminaram com a eleição, em 2005, do primeiro presidente indígena da história do país, Evo Morales, líder dos produtores da folha de coca.

Na Venezuela, Hugo Chávez venceu o primeiro referendo presidencial da história do país, realizado em agosto de 2004, com o apoio de cerca de 60% da população. No Uruguai, a coalizão de esquerda Frente Ampla elegeu o socialista Tabaré Vázquez em outubro de 2005. No Equador, os movimentos indígena, estudantil e sindical forçaram o Congresso a retirar o presidente Lucio Gutierrez do poder, em 2004, e realizaram gigantescos protestos contra a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, considerado a nova face da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na política externa dos EUA. Em agosto de 2006 elegeram o opositor Rafael Correa para presidente fortalecendo o eixo integracionista e anti-neoliberal no continente.

No Chile, Michelle Bachelet, do Partido Socialista, de cunho social-democrata, se tornou a primeira mulher a exercer o cargo de presidente na América do Sul em março de 2006. Em junho do mesmo ano, os peruanos reelegeram o ex-presidente Alan García, do partido de centro-esquerda Apra, depois de uma disputa acirrada com o tenente-coronel Ollanta Humala, do Partido Nacionalista, influente principalmente nas regiões indígenas do país.

No México, o governo de Vicente Fox, considerado – assim como o do presidente reeleito Álvaro Uribe na Colômbia – um dos principais aliados dos EUA no hemisfério, é acusado de fraudar as eleições presidenciais em julho de 2006 para que o ex-prefeito da capital, o opositor Andrés Lopez Obrador (PRD), não assumisse o cargo. Em protesto ao resultado do pleito, Obrador e seus aliados sustentam um governo paralelo desde então.

Todo este contexto efervescente – de fortalecimento da luta antiimperialista e de rechaço às políticas neoliberais no continente – foi acompanhado pela grande imprensa sob a consigna do temor de crescimento de uma esquerda considerada radical na América do Sul. Principalmente pelo fato de estes governos estarem realizando um movimento de integração de suas ações nas áreas política, econômica, social e cultural. Neste momento, existem vários mecanismos ativos articulando acordos estratégicos, entre eles podemos citar o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que vem se fortalecendo como o organismo mais representativo do continente.

Essa dita esquerda radical tem sua origem na Venezuela bolivariana, liderada por seu presidente democraticamente eleito (1998) e reeleito (2002 e 2006) Hugo Chávez, do Movimento Quinta República (MVR), cujo governo possui forte caráter antiimperialista, anti-neoliberal e de promoção de ousadas políticas sociais.

Há cerca de dois anos, o líder da Revolução Bolivariana⁶ inseriu a construção do Socialismo do Século XXI em seus discursos. Em dezembro de 2006, anunciou que realizará nova reforma constitucional para mudar o nome da República – deixará de ser República Bolivariana de Venezuela para ser República Socialista de Venezuela –, que iniciará um processo de nacionalização dos setores estratégicos, começando pelas telecomunicações e eletricidade, e propôs a criação de um Partido Socialista Unificado (PSU) para

⁶ A Revolução Bolivariana é um processo considerado por muitos ainda em aberto. Nos últimos anos definiu como objetivo estratégico a construção do Socialismo do Século XXI, que seria nacionalista, humanista e cristão. Segundo Borges (2004), a prática tem sido de prioridade da soberania nacional e da integração dos povos sul-americanos, e a ampliação da democracia e da justiça social, em uma aliança cívico militar e religiosa.

ser integrado por militantes dos partidos de esquerda que apóiam a Revolução, entre eles o *Movimiento Quinta República* (MVR), Partido Comunista da Venezuela (PCV), Pátria Para Todos (PPT) e o Movimento Podemos, uma dissidência do Movimento ao Socialismo (MAS).

Em 11 de abril de 2002, as classes dominantes promoveram um falido golpe de Estado. Pela primeira vez na história, a ação foi orquestrada pelos meios de comunicação, que contou com a veiculação massiva de informações a partir dos veículos privados de comunicação com um discurso único falacioso contra o presidente, que justificasse a ação golpista e mantivesse o controle sobre a população.

Os setores opositores usaram seu controle sobre os principais veículos de informação, todos privados, para gerar o caos, pressionar a saída do presidente democraticamente eleito e forjar sua renúncia. Em rápida resposta, movimentos populares e meios alternativos de comunicação, amparados pela reação de setores das Forças Armadas aliados ao governo, a população realizou gigantescos protestos exigindo o retorno do presidente.

Após o episódio, o governo se atentou sobre a necessidade estratégica de elaborar uma política comunicacional e passou a priorizá-la – não só para a manutenção do governo, mas para o aprofundamento da Revolução. Assim, a rede de informações sobre o processo em andamento cresceu e passou a receber mais recursos logísticos e humanos. Surgiram novos canais de televisão, jornais impressos e rádios, por parte do governo, de organizações dos movimentos sociais e das missões, os programas sociais do governo que envolvem milhares de cidadãos na resolução dos problemas básicos do país.

O objeto de estudo, deste Estudo de Caso, a política comunicacional do governo de Hugo Chávez em reação ao golpe midiático, abrange uma análise crítica sobre a estratégia comunicacional da Revolução Bolivariana, que vem acumulando importantes experiências no campo político, social, econômico e cultural. Quando Hugo Chávez introduziu entre seus

objetivos a construção do Socialismo do Século XXI chamou a atenção de movimentos, partidos e da intelectualidade mundial progressista que questiona o imperialismo norte-americano, que forçou a eliminação do socialismo como alternativa contra-hegemônica.

O objetivo deste trabalho é discutir o papel da mídia como sujeito histórico neste processo de fortalecimento das forças progressistas mundiais, principalmente latino-americanas. Da mesma forma, analisar a estratégia comunicacional da Revolução Bolivariana na disputa política e ideológica na qual está inserida a Venezuela.

É importante esclarecer que foi feita a opção de não incluir no debate o conceito de marketing político, considerando que uma estratégia de marketing está incluída em uma política comunicacional. Ou seja, que a segunda é mais abrangente que a primeira, considerada um dos instrumentos por onde esta ação é executada.

É necessário registrar que houve dificuldade por parte da pesquisa em encontrar publicações que resgatassem a história da imprensa venezuelana, de forma a trazer mais elementos para o desenvolvimento da pesquisa. Soma-se a isso um elemento subjetivo que perpassa a cultura da produção científica no país. A produção de conhecimento não é estimulada há sucessivas décadas. Bibliotecas e arquivos públicos têm acervos extremamente limitados. Documentos históricos estão sendo perdidos por abandono.

Em agosto de 2005 fui à Biblioteca Nacional em busca de dissertações e teses que estivessem relacionadas ao tema. Encontrei três trabalhos investigativos aparentemente interessantes: 1) Morales, Mirelis. *La política informativa del gobierno del presidente Hugo Chávez: un acercamiento a sus três primeros anos de gestión*. Tese de doutorado na área de Ciências da Comunicação da Universidade Católica Bolivariana (UCAB). 2) Navarro Rincones, Johana. *La trilogia mediática de Chávez: analisis de los discursos e mitos a traves de los médios de comunicación creados por el presidente como*

mecanismos consolidadores de su poder para la Asamblea Nacional Constituyente de 1999. Tese de doutorado também na área de Ciências da Comunicação da UCAB. 3) Hinds, Alejandro. *El editorial en la era Chávez: un asunto conjuntural?* Tese de doutorado também da área de Ciências da Comunicação da UCAB.

A Universidade Católica é privada e considerada historicamente um dos centros de formação da curta faixa de venezuelanos que integram a classe média e alta – entre seus quadros está justamente o magnata Gustavo Cisneros. Apesar de o conhecimento ser um importante instrumento da disputa política pela hegemonia, para qualquer dos lados, a instituição não disponibiliza a retirada de seu material para pesquisa, nem por seus próprios alunos.

Prevalece no país uma visão burocrática sobre a produção de ciência. A UCAB tem sua biblioteca apenas aberta ao público às quartas-feiras, das 14h às 18h30, e aos sábados, das 8h às 13h. Outra importante instituição tradicional do país, a Universidade Central de Venezuela (UCV), pública e considerada centro de formação de quadros de centro-esquerda, também reproduz o mesmo conceito cerceador sobre o conhecimento. Sua biblioteca é aberta ao público às terças-feiras, das 8h às 22h, e às quintas-feiras, das 8h às 22h.

Também é importante registrar que foram procurados jornalistas e profissionais da área de comunicação que trabalham tanto em empresas de comunicação estatais como privadas. Entretanto, os jornalistas do *El Nacional* e do *El Universal* se mostraram reticentes e até desconfiados com relação à pesquisa e criaram diversos empecilhos para a realização da entrevista.

Na ocasião da primeira ida à Venezuela, também estava pautada uma entrevista com o ministro da Comunicação e Informação do governo, cargo então ocupado pelo jornalista Andrés Izarra, ex-funcionário da emissora *Rádio Caracas Televisión* (RCTV). Com ajuda do cônsul da Venezuela em São Paulo, Jorge Duran, entrei em contato com a *Dirección de Mídia Internacional* do ministério, onde o assessor Néstor Sanchez encaminhou meu pedido.

Justamente na semana da minha chegada à Caracas, a primeira de agosto de 2005, Izarra anunciou que estava deixando o cargo para assumir a presidência da recém criada *Telesur*.

O *Ministério de Comunicación e Información* (Minci) ficou sem ministro justamente durante minha primeira estada em Caracas. Na segunda viagem, em janeiro de 2006 (em meio à realização do Fórum Social Mundial), o ministro era Yuri Pimentel, que não teve agenda para me receber.

Como fundamento teórico, consideramos o conceito gramsciano de hegemonia no qual o poder econômico e político da classe dominante é exercido indiretamente por meio de seus intelectuais que estabelecem mecanismos regulares e fortes o suficiente para se fazerem únicos a serem ouvidos no seio da sociedade civil, que, como diz Marx⁷, além de regular a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias: “Os pensamentos dominantes são os pensamentos da classe dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios para a produção material dispõe também dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe são submetidas as idéias daqueles a quem faltam os meio para a produção espiritual”.

No nível de difusão, segundo Gramsci, temos por ordem decrescente de importância: a organização escolar (escola, universidade, academia); a organização religiosa; o conjunto de organizações que se ocupam da impressão (livros, revistas, jornais, diários, boletins, livrarias, bibliotecas, etc); canais audiovisuais (cinema, teatro, etc); os meios de comunicação oral (rádio, discos, etc); e o desenvolvimento das ciências, que condicionam indiretamente os diferentes meios de difusão, influenciando sobre a organização e difusão cultural provocando a aquisição de novas técnicas que por sua vez multiplicam as possibilidades de lutar contra as ideologias tradicionais e contra

⁷ Marx, Karl e Engels, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Centauro, 2005.

seu adversário de classe. Todos estes processos estendem, aprofundam e consolidam sua dominação ideológica sobre a sociedade. (PIOTTE; 1976)

A hegemonia não é uma imposição ideológica, como se as classes subalternas fossem puramente receptivas, passivas e condicionadas uma vez que as classes são realidades dinâmicas. O que ocorre, segundo Gramsci, é um processo de convencimento ideológico no qual o indivíduo escolhe uma determinada maneira entre as diferentes influências exercidas pelo meio social, e pensa por si só dentro dos limites fixados por sua situação, e, da mesma forma, em cada classe social existe um núcleo de “bom sentido” fundado na observação direta da realidade.

Para Gramsci, o partido é uma parte da classe trabalhadora e deve se unir estreitamente a ela para conduzi-la através de todas as fases intermediárias até a conquista do poder. E a união entre a espontaneidade popular e a disciplina do partido é a única forma de provocar a formação de uma vontade coletiva.

Uma classe trabalhadora consciente de sua função histórica não poderá, com suas únicas forças, derrubar a burguesia. Uma análise da relação de forças no seio da estrutura burguesa explica a necessidade para a classe trabalhadora de ganhar o consenso das classes subalternas em sua luta contra a ordem estabelecida, devido a grande magnitude de seu adversário – detentor de grande experiência de poder, apoiado em uma burocracia especializada, sobre potentes canais de propaganda e aparatos militar, policial e jurídico.

Este trabalho se estrutura da seguinte forma: No Capítulo 1, apresentamos o sistema político da Venezuela, os governos que antecederam a eleição de Hugo Chávez, as lutas sociais travadas no período, a organização da esquerda venezuelana e as condições em que a Revolução Bolivariana teve início. Essa parte divide-se em “Desencanto democrático”, “Sistema bolivariano”, e “Revolução Bolivariana e o Socialismo do Século XXI”.

No Capítulo 2, “Disputa midiática”, discute-se a questão do papel da mídia no processo político em andamento no país, onde a grande imprensa comporta-se como um partido político, representante de um segmentopositor ao processo bolivariano, enquanto o governo desenvolve mecanismos para essa disputa. Este trecho divide-se em “O poder midiático na América Latina”, onde apresentamos a força das três corporações privadas mais influentes no continente, e “Golpe e contragolpe”, em que comentamos acerca da elaboração da nova estratégia comunicacional para o governo e a revolução.

No Capítulo 3, “Os desafios de uma nova comunicação possível”, apresentamos principalmente uma análise dos mecanismos utilizados nessa disputa pela hegemonia a partir do material coletado – exemplares de jornais (*El Universal*, *El Nacional*, *Diario Vea* e alternativos), três horas da programação noturna das emissoras *Globovisión* e da *Venezolana de Televisión* (VTV), além de publicações – nas duas oportunidades em que estive no país: em agosto de 2005 e em janeiro de 2006. Há ainda elementos da observação participativa sobre o processo e entrevistas com profissionais que atuam diretamente na guerra midiática.

Por fim, apresentamos nossas conclusões às reflexões suscitadas pela pesquisa na intenção de contribuir com o desafio de analisar e acompanhar os passos deste processo em andamento naquele país. Esta atual configuração da correlação de forças na América Latina surgiu timidamente em meio a ofensiva neoliberal no continente. Hoje é a chamada “onda de esquerda” que significa uma ameaça aos setores que estavam acostumados com um poder ilimitado sob sistemas políticos pouco representativos. Um objeto de estudo que está em constante movimento, em um processo que avança enquanto estou escrevendo. Em decorrência disso, algumas informações podem acabar ficando desatualizadas, apesar do esforço da autora.

Capítulo 1

Sistema político venezuelano

Durante 40 anos, o sistema político⁸ venezuelano se baseou na formalização de regras para a sustentação do regime democrático. A formação destas normas tem origem no ano de 1958, quando líderes da Ação Democrática (AD)⁹ e do Partido Social-Cristão (Copei) firmaram o *Pacto de Punto Fijo* com o objetivo de derrubar o ditador Marcos Pérez Jiménez.

Desde o restabelecimento da democracia até a eleição de Hugo Chávez, a Venezuela enfrentou sucessivas gestões que redimensionaram a estrutura do Estado sustentado, principalmente, pela comercialização do petróleo. Os últimos anos do pacto foram marcados pelo aprofundamento de políticas neoliberais que mergulharam o país em uma grave crise econômica e na desestruturação do setor público.

Conseqüentemente houve uma profunda crise das instituições, com a população marginalizada e desacreditada no sistema político. Em 1989 aconteceu um dos episódios mais marcantes da história democrática da Venezuela, o *Caracazo*, que deixou centenas de civis mortos. Em 1992, setores das Forças Armadas tentaram dar um golpe de Estado contra o presidente Carlos Andrés Pérez em outro marco histórico do país. Neste

⁸ Consideramos como sistema político o conjunto de instituições políticas por meio das quais o Estado se organiza para regular a sociedade.

⁹ A AD surgiu em 1941 reunindo setores que atuavam contra as ditaduras militares, incluindo membros do Partido Democrático Nacional (PDN) e líderes e grupos de esquerda que haviam se formado nas décadas de 20 e 30. Sua política logo assumiu um caráter social-democrata, com forte presença nos movimentos sindical e estudantil.

momento desponta o tenente-coronel Hugo Chávez e seu movimento, o MBR 200, que ganhou notoriedade e se tornou uma referência popular.

A construção da V República venezuelana teve início com a vitória de Chávez. Apoiado pela imensa maioria da população empobrecida, o presidente desde então vem realizando uma série de mudanças estruturais, entre elas, destaca-se a reforma constituinte de 1999, que fortaleceu a democracia participativa, um dos pilares da Revolução.

Depois de sete anos construindo a Revolução Bolivariana, a Venezuela não é mais a mesma. Lá se desenvolve uma experiência original de resistência à ofensiva neoliberal e às agressões imperialistas, principalmente no continente sul-americano.

Neste trabalho, consideramos o retorno à democracia (1958) como o ponto de partida da análise histórica do país, que enfrentou dramáticos problemas políticos e econômicos, além de violentos enfrentamentos entre os setores da sociedade civil fundamentais para o entendimento do processo histórico atual.

1.1 Desencanto democrático

Considerada a última ditadura da história da Venezuela¹⁰, Marco Pérez Jiménez presidiu o país com “mãos de ferro” entre os anos de 1952 a 1958. Com a crescente expansão da atividade petroléira, a gestão foi marcada pela ampliação da atividade do capital financeiro, investimento em áreas da infra-estrutura – siderurgia na região do rio Orinoco, hidreletricidade no rio Caroni e indústria petroquímica em Moróm –, além do enriquecimento ilícito de setores da classe dominante. Assim como Fulgencio Batista em Cuba e Rafael Trujilo na República Dominicana, entre outros ditadores latino-americanos, Jiménez contava com o consentimento dos Estados Unidos.

Por outro lado havia a presença das arbitrariedades comuns às ditaduras como a prática de torturas, prisões arbitrárias, perseguições, suspensão dos direitos constitucionais e liberdades democráticas. Dirigentes políticos, sindicais e populares foram encarcerados e a luta política foi deslocada para a clandestinidade.

Em 1957, mediante a realização de um plebiscito, Jiménez foi reeleito para o período de 1958 a 1963. Mas o grande desgaste político, além da decomposição interna da base de sustentação do governo, cedeu espaço para a organização de um golpe articulado por diversos setores da sociedade, que envolvia os Partidos Comunista da Venezuela (PCV)¹¹ e o União Republicana Democrática (URD), que formaram uma articulação denominada Junta Patriótica entre os anos de 1956 e 1957.

¹⁰ O primeiro ditador na Venezuela foi Juan Vicente Gómez que governou alternadamente entre 1908 e 1935. O segundo foi o general Isaías Medina Angarita cujo poder durou de 1941 a 1945.

¹¹ O PCV surgiu em 1931 clandestinamente durante a ditadura do general Juan Vicente Gómez com forte atuação nos movimentos sociais, principalmente sindical e estudantil, e nas Forças Armadas.

Gilberto Maringoni explica que

“A esta frente incorporaram-se depois a Ação Democrática (AD) e o Copei, num crescente movimento antiditatorial. Até mesmo um setor expressivo da burguesia se colocou contra o governo, por conta da situação da economia, isolando de forma crescente a gestão de Pérez Jiménez” (2004: 100).

A articulação reuniu em Nova York líderes da AD, o ex-presidente Rómulo Betancourt, do Copei, Rafael Caldera, e da URD, Jóvito Villalba, além de um empresário, Eugenio Mendoza, que deixaram de fora o PCV – então a principal força de esquerda – do processo.

“A exclusão (...) não foi acidental: desejava-se uma transição sem sustos para um regime civil, com eleições diretas, que isolasse os setores mais radicalizados do movimento popular” (idem).

A Junta Patriótica convocou uma greve geral no dia 21 de janeiro, que contou com sérios enfrentamentos entre manifestantes e as forças repressivas do governo pela capital. Em 23 de janeiro, com a perda do apoio da Marinha, Jiménez se viu isolado e fugiu para a República Dominicana.

A partir de 1958, a Venezuela então passou a ser governada por pelo esquema articulado pelos partidos que estiveram em Nova York – AD, Copei e o URD – se alternava no poder. O acordo, conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, foi responsável por um esgotamento do sistema democrático no país.

“(...) os partidos monopolizaram as funções de representação política e assumiram de maneira exclusiva as funções de canalização de demandas e de representação de interesses” (GONZALEZ; 2001: 28)¹².

¹² Todos os textos de língua espanhola utilizados nesta pesquisa foram traduzidos pela autora.

O acordo geriu nove presidentes – Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Gonzalo Barrios, da AD; Rafael Caldera, Pedro Del Corral e Lorenzo Fernández, do Copei; e Jívito Villaba, Ignacio Luís Arcaya e Manuel López Rivas, da URD – que acertaram através do pacto o que chamaram de uma “política nacional de longo alcance”.

Segundo Maringoni,

“O pacto (...) representou uma maneira de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal pró-Estados Unidos. Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo” (2004: 102).

Entretanto, nestes governos ligados ao *Pacto de Punto Fijo* ocorreram casos explícitos de intervenção federal nos meios de comunicação mais críticos à sua atuação.

São exemplos os episódios citados pelo jornalista Aléxis Rosas (2005: 95), entre eles: o fechamento da Rádio Caracas Televisão, no primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979); processos contra jornalistas de RCTV e do Diário de Caracas em 1982 no governo de Luis Herrera Campíns (1979-1984); bombas colocadas nos jornais *El Vigilante* (Mérida) e *Región* (Sucre) no governo de Jaime Lusinchi (1984-1989); e os empastelamentos das redações de jornais, emissoras de rádio e de televisão no segundo governo de Carlos Andrés Pérez, em 1992.

Em 1959, assumiu provisoriamente Edgar Sanabria até se realizarem novas eleições, das quais saiu vencedor Rómulo Betancourt, principal liderança da AD, que já havia presidido o país em 1945 após o golpe de Estado militar que derrubou Isaías Medina Angarita. Considerado o “pai da democracia venezuelana” por ter sido o primeiro governante democrático após

os longos anos de ditadura, foi em seu governo que se consolidou o *Pacto de Punto Fijo*.

Segundo o economista Domingo Maza Zavala¹³, Betancourt fez uma administração voltada fundamentalmente a tentar formar o que seria uma burguesia nacional, com uma política de substituição de importações e de vultosas concessões ao capital estrangeiro do petróleo – apesar da criação em 1960 da *Corporación Venezolana de Petróleos (CVP)* seguido pelo surgimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep)¹⁴ tendo como sócios Irã, Kuwait, Arábia Saudita e Iraque.

A gestão foi também marcada por uma controversa redistribuição de terras públicas e privadas entre produtores e latifundiários correligionários do governo, mantendo os camponeses à margem do processo.

Entre 1960 e 1963 houve um forte descontentamento popular com a dura recessão econômica e os pagamentos integrais de dívidas herdadas da ditadura. Betancourt respondeu com a tradicional repressão às manifestações procurando neutralizar a ação da esquerda.

“As insatisfações alcançaram até mesmo seu partido, a Ação Democrática. Em abril de 1961, vários militantes deixam a legenda e criam o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)* fortemente inspirado pelos ventos que vinham de Cuba” (MARINGONI; 2004: 123).

Um mês antes, o III Congresso do PCV havia definido a via da luta armada para alcançar as transformações e por meio de seu braço armado, as *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN)*, criado logo após o congresso.

¹³ Citado por Maringoni (2004: 123)

¹⁴ Os 14 países membros da OPEP possuem 78% das reservas mundiais da principal fonte de energia do mundo, suprimindo 40% da produção mundial e metade das exportações mundiais.

Para Alfredo Maneiro, líder guerrilheiro na década de 60 pelo PCV e fundador da dissidência *La Causa Roja (LCR)*¹⁵ na década de 70,

“A luta armada tem início com uma provocação de Betancourt. Essa situação se constituiria no fato de o presidente atacar duramente ‘as formas democráticas de luta e mobilização’ que se seguiram ao 23 de janeiro, visando dirigir de maneira autoritária o desenvolvimento da sociedade”. (idem)

Segundo Douglas Bravo¹⁶, ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela e atual líder da organização Terceiro Caminho, de oposição de esquerda ao governo Chávez, revela que no auge do movimento havia 2 mil guerrilheiros urbanos e 700 nas montanhas. A esse esforço logo se somaria o MIR.

John Lee Anderson, um dos biógrafos de Che Guevara, refere-se a este período da seguinte forma:

“Em novembro de 1961, militantes do MIR e comunistas deram início a uma insurreição violenta em Caracas contra o governo Betancourt. O almirante Wolfgang Larrazábal, ex-presidente da Venezuela, eleito pela URD, de centro-esquerda, e que fizera parte da coligação que estava no poder, abandonou Betancourt juntando-se a uma coalizão com o MIR e os comunistas, formando um Conselho de Libertação Nacional para derrubar o governo. Houve manifestações estudantis e choques com a polícia, mas a revolta acabou sendo debelada. Mesmo assim, Betancourt reagiu com um aumento da repressão e, no final do ano, as garantias constitucionais foram suspensas por tempo indeterminado, as universidades foram fechadas, os jornais de esquerda proibidos de circular e os campos de petróleo ocupados por tropas do Exército”. (idem; 2004: 123)

¹⁵ Em 1997 *La Causa R* sofreu uma divisão e gerou o Partido Pátria Para Todos (PPT) que integrou a coligação que elegeu Chávez.

¹⁶ Citado por Maringoni (2004: 124).

O professor Gonzalez informa ainda que a gestão Betancourt é a primeira do período de três administrações sucessivas que irão manter uma estratégia de crescimento definida como “*substitución de importaciones*” e “*compre venezolano*”, que tinha o objetivo de estimular o capital nacional através do desenvolvimento do mercado interno.

“Rômulo Betancourt, Raúl Leoni e Rafael Caldera, conseguiram manter uma disciplina fiscal, em particular a partir de 1962, e monetária (...) e um crescimento econômico de forma sustentável, um setor externo viável, sob índice de desemprego (abaixo de dois dígitos) e uma inflação bastante irrisória” (2001: 64).

O autor considera que esta política foi acertada naquele momento uma vez que permitiu a construção da infra-estrutura industrial que existe hoje no país.

Em 1968 o *Pacto de Punto Fijo* gerou mais um acordo bipartidário no qual AD e Copei repartiram as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, incluindo presidências de comissões, e outros cargos decisivos na direção do Estado, como os membros da Corte Suprema de Justiça.

Segundo Maringoni, AD e Copei eram de fato dois partidos de massa que, aliados à suas estruturas verticalizadas e centralizadas, possibilitaram um estrito comando dos setores organizados do movimento popular (sindicatos e estrutura do Estado). Entretanto,

“Os dois maiores parceiros da democracia venezuelana foram, ao longo dos anos, dissolvendo as diferenças programáticas entre si. (...) O problema é que, segundo o braço institucional de uma dominação de classe, (...) foi realizado um esforço constante e eficaz para se eliminar a esquerda, as forças populares e o dissenso da sociedade venezuelana”. (2004: 104)

Esta eliminação se deu por meio da repressão violenta contra as guerrilhas, nos anos 60 e 70, e também pela neutralização da ação da esquerda que participava da Central de Trabalhadores da Venezuela, respaldando a direção histórica da AD.

Entre 1974 e 1979, Carlos Andrés Pérez governou o país em uma gestão que ficou marcada pelo redimensionamento do papel do Estado, não só como regulador e promotor da economia, mas também como o principal agente produtivo, conseqüência direta do aumento dos preços do petróleo – foi em 1973 que começou o boom petrolífero mundial, que triplicou os preços até o final da década com a Revolução Iraniana (1979).

Esta primeira gestão de Pérez é conhecida pelos venezuelanos como “tempos bons”. Segundo Edgardo Lander¹⁷,

“Nas primeiras duas décadas a partir de 1958, as condições gerais de vida da população realmente melhoraram, a mortalidade infantil era declinante, as taxas de emprego seguiam em alta, enfim, havia a expectativa real de que o país caminhava rumo ao desenvolvimento econômico e que a ascensão social era uma possibilidade concreta”.

Em 1 de janeiro de 1976, o ouro negro venezuelano foi nacionalizado gerando a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), resultado de um complexo jogo político destinado a aumentar a participação estatal na receita fiscal da indústria, dando fim às concessões. As 15 concessionárias existentes no país – entre elas Exxon, Shell e Mobil – se tornaram filiais no negócio.

Graças à tranquilidade econômica daqueles anos, explica Maringoni, o regime *puntofijista* contava com grande apoio popular o que lhe possibilitou dar forma a uma comissão tripartite entre governo, empresários e

¹⁷ Citado por Maringoni (2004: 105).

trabalhadores. Assim, estes dois últimos setores passaram a ter papel de parceiros em várias decisões de Estado como modificações na legislação trabalhista e na previdência social. Na prática, *Fedecámaras* e CTV assumiram o monopólio da representação social. (2004: 106)

“Este modelo de capitalismo de Estado não discriminou entre aqueles empresários e produtores eficientes, dispostos a arriscar o capital e fazer crescer a demanda agregada interna, e aqueles que sob o amparo da tutela do Estado e aliados com o setor político, conseguiram se apropriar de grande parte da renda petrolífera para seus próprios fins” (GONZALEZ; 2001: 65).

No período seguinte teve início a desaceleração da economia mundial que gerou graves conseqüências nos países da América do Sul. Na Venezuela, o presidente Luis Herrera Campíns (1979-1984) enfrentou a queda substancial dos preços do petróleo, a disparada da dívida pública e o aumento dos juros para empréstimos internacionais.

“Estima-se que US\$ 8 bilhões tenham saído da Venezuela ao longo de 1983. O desemprego avançou aos saltos, dando início a uma crise material e de valores que acabou se mostrando irreversível” (MARINGONI; 2004: 107).

O governo posterior, de Jaime Lusinshi (1984-1989), foi marcado pela consolidação de novos partidos de esquerda, notadamente do *Movimiento al Socialismo (MAS)*¹⁸ e *La Causa Roja (LCR)*. Isso se deveu, principalmente, a alterações no sistema eleitoral do país, que possibilitou maior visibilidade às lideranças dos partidos. Em 1985 as eleições para prefeitos e governadores passaram a ser diretas, e as proporcionais aboliram as listas partidárias.

As eleições de dezembro de 1988 reelegeram Carlos Andrés Pérez à Presidência, com o país submerso na crise econômica e enfrentando

¹⁸ Dissidência do Partido Comunista da Venezuela (PCV) nos anos 70.

elevada impopularidade. Em 27 de fevereiro de 1989, uma série de protestos tomou Caracas e as cidades satélites. O estopim foi o pacote de medidas neoliberais impostas pelo governo de Pérez que envolvia a redução do gasto público, a liberação dos preços, do comércio, do investimento estrangeiro no país e a privatização das empresas do Estado.

“A causa imediata da rebelião popular foi o aumento do preço do transporte como consequência da alta do preço da gasolina. As pessoas dos bairros mais pobres saíram massivamente às ruas e começaram a queimar ônibus, saquear comércios, destruir lojas e supermercados. Os militares saíram a pôr ordem. O *Caracazo*, (...) terminou com um massacre de grandes proporções e foi um acontecimento determinante no amadurecimento político de muitos jovens oficiais” (HARNECKER; 2005: 10).

Segundo as cifras oficiais, o *Caracazo* ou, como cita Pablo Bachelet, “o dia que desceram dos morros”, deixou cerca de 300 mortos e mais de mil feridos e é considerado um marco na luta contra o neoliberalismo no país, tendo aberto caminho para o fortalecimento de uma corrente de oposição no seio das forças armadas.

“O enorme contraste na distribuição da riqueza, em um país que havia vivido um boom petrolífero e poderia ter resolvido com esses recursos os problemas sociais da população mais pobre, e a corrupção reinante a todos os níveis, foram elementos chave na gestação de uma corrente de repúdio a situação existente dentro da própria instituição militar” (HARNECKER; 2005, 10).

Quase onze meses após o *Caracazo* o movimento militar clandestino cresceu internamente, inclusive expandindo-se para setores civis, resultando no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (em homenagem ao bicentenário de Simón Bolívar). O MBR 200 era inspirado em três pensamentos: de Simón Bolívar, de Simón Rodríguez e de Ezequiel Zamora.

Bolívar (1783-1830) foi figura destacada na luta pela independência da América Latina contra a Espanha. Além da Venezuela, o general participou da libertação da Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá e Peru. Bolívar ressaltava a necessidade de abolir a escravidão e integrar a América Latina para enfrentar os países da Europa e dos Estados Unidos, e levar a felicidade ao povo através de um sistema democrático. Na segunda década do século XIX, Bolívar já prenunciava “Estados Unidos da América do Norte parecem destinados pela providência de infestar a América de misérias em nome da liberdade”¹⁹.

Simón Rodríguez foi tutor e amigo de Bolívar, que defendia a originalidade da nossa realidade latino-americana, sua composição multiétnica e a necessidade de integrar os povos indígenas e os escravos negros nas futuras sociedades latino-americanas. Rodríguez acreditava na necessidade de criar instituições originais adaptadas a nossa realidade, rechaçando a cópia de soluções oriundas da Europa.

Ezequiel Zamora foi um general liberal que atuou na chamada Guerra Federal (1859-1863), conflito que se deflagrou entre as camadas mais baixas da sociedade e as elites *criollas* (mestiças) transformadas em oligarquias. Zamora definiu um programa de reforma agrária em favor dos camponeses, destacou-se como inimigo dos latifundiários e defendeu uma aliança cívico-militar.

O pensamento destes três revolucionários é conhecido como árvore de três raízes e é onde residem os pilares da Revolução Bolivariana. O MBR 200 teve entre seus idealizadores o jovem Hugo Chávez, que junto com outros dois capitães, recitou, em 17 de dezembro de 1982, o mesmo discurso proferido por Simón Bolívar em Roma em 1805, quando prometeu dedicar sua vida ao fim do domínio espanhol:

¹⁹ Citado por Harnecker (2005: 8).

“Juramos pelo Deus de nossos pais, juramos por eles, juramos por nossa honra e juramos por nossa pátria, que não daremos descanso a nossos braços e nem repouso a nossa alma, até que tenhamos quebrado as correntes que nos oprimem e oprimem nosso povo por vontade dos poderosos”. (MARINGONI, 2004: 130)

Outro importante elemento simbólico por ter acontecido sob os pés da mesma árvore onde se acredita que Bolívar tenha adormecido na Batalha de Carabobo (1821). A organização adotou o juramento como senha para ingresso, inicialmente clandestino.

O MBR 200 também baseou sua formação ideológica em um pequeno poema de Simón Rodríguez, que se tornou comum nos discursos de Chávez e uma referência popular da Revolução:

“Não é sonho e nem delírio, senão filosofia...
Nem o lugar onde isto se passa será imaginário,
Como o que delineou o chanceler Thomas Morus;
Sua utopia será, na realidade, a América.
Onde buscaremos modelos? A América espanhola é original.
Originais não de ser suas instituições e seu governo
E originais os meios de se fundarem umas e outro.
Ou inventamos ou erramos”. (idem)

É importante também verificarmos as características diferenciadas na estruturação e formação, principalmente política, dos militares na Venezuela. Segundo o cientista político Alberto Muller Rojas²⁰, o fato que distingue as Forças Armadas venezuelanas da grande parte de suas homólogas do continente é que sua institucionalização é um fenômeno do século XX.

²⁰ Citado por Maringoni (2004:131).

“Em todos os casos em que a força militar se formou a partir das frações dos exércitos envolvidos nos conflitos de independência – e o caso venezuelano não foi uma exceção -, os quadros de comando ficaram diretamente associados aos interesses das oligarquias, que conduziram esses processos de libertação”. (MARINGONI; 2004: 132)

O excepcional do caso venezuelano, diz Rojas, é que essa força armada foi desbaratada como resultado da chamada Guerra Federal (1859-1863), de Ezequiel Zamora, e da chamada Revolução Restauradora (1899-1900) na qual o general Cipriano Castro desafiou as oligarquias regionais e impôs sua primazia sobre os caudilhos locais, começando a formar um novo Exército através de milícias regionais, agregadas inicialmente ao redor de pequenos proprietários e de povoados pobres dos Andes.

“Este seria um fato que permitiria formular uma explicação para a ausência de relações de cooperação entre a corporação fardada venezuelana e as elites *criollas* (...) características da maioria dos países latino-americanos”, afirma Muller Rojas.

Ademais a este processo histórico, a geração de Hugo Chávez foi também marcada pelo surgimento do programa Plano Andrés Bello (educador e contemporâneo de Bolívar). Iniciado em 1971, tinha como objetivo incentivar o aprimoramento da carreira militar enviando aspirantes a oficiais às universidades. Quadros do Exército começaram a estudar ciências políticas e passaram a conhecer pensadores da democracia e analistas da realidade venezuelana.

Em entrevista à professora da *Universidad Central de Venezuela* (UCV) Ángela Zago²¹, ex-integrante do MBR 200, Chávez afirmou que

“O plano teve como objetivo elevar o nível da Escola Militar. Os estudantes ingressavam como curso médio concluído e saíam formados

²¹ Citada por Maringoni (2004: 134).

em Ciências Militares e logo continuavam os estudos em nível de pós-graduação”. Por isso, acredita que “o perfil dos militares venezuelanos não se assemelha àquela visão do gorila que vê os civis como inimigos”.

Segundo o general Wilfredo Ramón Silva, em entrevista à Marta Harnecker, na Academia Militar os jovens estudavam todas doutrinas políticas, entre elas Marx e Lênin.

“A esquerda venezuelana havia sido execrada nos anos 59-60 pelo presidente Rómulo Betancourt e muitos deles se haviam ido à guerrilha. Então dominavam na cena política dois partidos políticos: Ação Democrática (AD) e Copei, social democracia e democracia cristã. (...) Nós, que vínhamos do campo, víamos o abuso dos proprietários de terras contra os camponeses, como lhes tiravam a terra, os maltratavam. (...) Tudo isso influenciou um debate aberto sobre uma nova possibilidade e uma nova forma de conduzir o país”. (2005: 38)

“A maior característica que a nova orientação trouxe foi retirar a influência da Escola das Américas sobre as Forças Armadas venezuelanas. A Escola era um centro de formação para militares latino-americanos, fundada em 1946, nos primórdios da Guerra Fria, e fechada em 2001. Durante este período, mais de 60 mil pessoas assistiram a seus cursos de contra-insurgência, segurança nacional e repressão a movimentos políticos” (MARINGONI; 2004: 134).

Marta Harnecker também destaca outro elemento diferenciador: esta geração de oficiais, formada a partir dos anos 70, não teve que enfrentar uma guerrilha como outros militares latino-americanos. Neste período, o país já estava praticamente pacificado e muitos poucos núcleos guerrilheiros²² ainda persistiam.

²² Na década de 60, grande parte da esquerda venezuelana optou pela guerrilha armada tendo sido violentamente reprimida pelo governo Rómulo Betancourt.

“Ao recorrer zonas camponesas (...) não encontravam guerrilheiros mas pobreza. Mesmo com a ideologia burguesa dominante em nossos países que nos faz acreditar que os pobres são pobres porque são bêbados, porque não têm espírito de trabalho nem iniciativa, porque são pouco inteligentes, e essa é a ideologia que impregna geralmente nossos corpos armadas, os militares venezuelanos vêm por trás da pobreza a oligarquia venezuelana que controla as riquezas e os Estados Unidos orientados a semeá-la” (2005: 9).

Depois do *Caracazo*, a autoridade e a popularidade do governo de Carlos Andrés Pérez estavam ainda menores. A perda de legitimidade das instituições, segundo Maringoni, era enorme, falava-se abertamente na necessidade da saída do presidente e na constituição de um governo de emergência. Neste contexto cresciam os rumores de um possível golpe militar (2004: 140).

Três anos depois, em 4 de fevereiro de 1992, o MBR 200 organizou uma sub-elevação militar contra o presidente. O golpe fracassou nos seus objetivos imediatos. Mas permitiu o surgimento do líder do movimento, o tenente coronel Hugo Chávez, na cena política nacional.

“Ao carismático militar bastaram dois minutos na televisão para que sua imagem ficasse gravada na memória de seu povo. Neste escasso tempo assume publicamente sua responsabilidade diante dos fatos, em um país onde nenhum político era capaz deste tipo de gestos; chama à rendição as unidades que ainda estavam levantadas; e lança sua famosa frase: ‘Por enquanto!’, clara mensagem a seu povo de que não havia renunciado a continuar na luta” (HARNECKER; 2005: 11).

Na conjuntura de profundo desgaste político em que estava mergulhada a sociedade venezuelana, o gesto de Chávez permitiu que fosse construída uma opinião pública favorável a sua pessoa e ao projeto que representava. Foi uma tática importante que se tornou possível graças aos meios de comunicação de massa, que mesmo procurando rotular

pejorativamente o militar de golpista, acabou fortalecendo sua inserção junto à população.

De certa forma, o falido golpe de 1992 marcou a disputa hegemônica que se deflagra hoje no país. Gustavo Cisneros, magnata da comunicação venezuelana, cumpriu importante papel de articulador do contragolpe à Pérez. Da sua emissora de televisão, *Venevisión*, foram transmitidas as primeiras declarações do presidente afirmando que estava vivo. De Madri, mesmo sabendo que o governo era impopular, Cisneros ligou pessoalmente para políticos, empresários e diplomatas (BACHELET, 2005: 126).

O apoio ao golpe articulado pelo MBR 200 foi tamanho que a transmissão da imagem de Pérez na *Venevisión* gerou uma queda radical na audiência do canal.

“Foi uma grande lição”, lembra Gustavo Cisneros. ‘Diminuiu o número de espectadores porque o povo nos identificava com a democracia. Isto reafirmou nossa convicção de que a democracia tem de enfrentar com urgência e eficácia os problemas sociais’ (idem: 127).

Depois do episódio, as organizações Cisneros se deram conta de que precisavam disputar mais a fundo a opinião pública. Segundo a biografia escrita por Pablo Bachelet, o magnata decidiu passar o antigo “modelo baseado em geração de fluxo de caixa para outro mais ligado à geração de valor” (2004: 121). Na prática, isso significava ingressar definitivamente na luta de idéias. A decisão levou o grupo a investir de forma mais agressiva na indústria das comunicações de massa.

O tenente-coronel golpista Hugo Chávez, dirigente do MBR 200, foi preso junto com outros 180 oficiais, 58 suboficiais, 90 integrantes das tropas profissionais e 2 mil soldados. Segundo Ângela Zago²³, quatro meses depois

²³ Citada por Maringoni (2004: 144).

do golpe, pesquisas de opinião pedidas pelo Ministério da Defesa registravam que Chávez tinha 64,7% de apoio da população.

No cenário político, Carlos Andrés Pérez continuou com a chamada *Apertura Petrolera*, uma fórmula para responder às exigências e condições da globalização neoliberal. Assim, foi dado o processo de transferência do setor público para o setor privado, fundamentalmente para o capital transnacional, inclusive da poderosa indústria de hidrocarbonetos do país, aumentando a autonomia da PDVSA e suas filiais. Também marcou este período a aprovação da “Lei Orgânica que Reserva ao Estado a Indústria e o Comércio dos Hidrocarbonetos no Congresso Nacional”, que permitiu a participação privada no negócio petrolífero.

A crise de representatividade política, o caráter do levante e a instabilidade do *Pacto de Punto Fijo* foram acompanhadas amplamente pela sociedade. Discussões que aconteciam nas tribunas do Senado eram televisionadas ao vivo e as lideranças dos partidos se fortaleciam junto à sociedade.

Ainda em 1992, em 27 de novembro, um grupo de militares do MBR 200, do *Bandera Roja* e do Terceiro Caminho, tentaria realizar outro golpe contra Pérez sem sucesso. Já compreendendo a importância de usar a mídia a seu favor, tomaram um canal de televisão, mas uma confusão com a edição de imagens teve resultado contrário. Desta vez, 170 pessoas morreram em Caracas.

“O que deveria ser um golpe bem organizado resultou também numa sucessão de erros e desencontros fatais. À diferença de fevereiro, porém desta vez os insubordinados conseguiram tomar um canal de televisão, para tentar transmitir uma mensagem para a nação. No que se revelou uma autêntica comédia de erros, a fita foi inadvertidamente trocada por outra, com imagens confusas. E, mais uma vez, no início de uma tarde, Carlos Andrés Pérez pôde cantar vitória” (MARINGONI; 2004: 149).

Mas a decadência de Pérez era inevitável. Em março de 1993, o Congresso Nacional afasta Pérez do cargo por desvios de dinheiro público. Em maio ele foi condenado pela justiça a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar. O presidente do Congresso, Octavio Lepage, assumiu interinamente a Presidência, seguido pelo senador Ramón Velázquez, escolhido por um acordo parlamentar entre AD, Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), a patronal *Fedecámaras* e as Forças Armadas.

No final de 1993, o ex-presidente Rafael Caldera (AD), que despontou politicamente durante o processo de desgaste de Pérez, foi reeleito para o período entre 1994 e 1999. Ele havia sido um dos apoiadores do golpe e ganhou destaque com suas críticas públicas à política neoliberal implementada por Pérez.

A coligação vencedora chamada Convergência Nacional era composta por 17 pequenos partidos, entre eles estavam o MAS e o PCV. A expectativa era que um novo e amplo governo rompesse com o avanço da globalização neoliberal.

Esta eleição foi também marcada por evidenciar a crise do sistema partidário venezuelano,

“hegemonizado havia décadas por dois partidos, a AD e o Copei. Ambos, somados, chegavam a conquistar cerca de 90% da votação em disputas presidenciais e, a partir de 1974, empalmavam mais de 80% das cadeiras do Congresso. Tudo isso conformava explicitamente um quadro bipartidário” (MARINGONI; 2004: 155).

Entretanto, no início do governo, Rafael Caldera (Copei) deu sinais de que a cartilha neoliberal seria mantida com o programa “Agenda Venezuela”, coordenada pelo ex-comunista Teodoro Petkoff, do MAS. As medidas defenderam os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e levaram o país a um acelerado processo de destruição do patrimônio nacional

que incluiu a redução acelerada do papel do Estado na economia, e a desindustrialização e privatização dos setores estratégicos.

Por conta deste programa, foram privatizadas – e em alguns casos, também desnacionalizadas –, a *Compañía Nacional de Teléfonos* (Cantv), a *Siderúrgica del Orinoco* (Sidor) e a *Venezolana Internacional de Aviación S.A.* (Viasa), entre outras instituições. O golpe fatal seria dado em 1998, quando estava prevista a entrega da PDVSA aos cartéis internacionais, o que foi inviabilizado com a eleição de Chávez em 1998.

Segundo Gonzalez, os sintomas de deterioração do sistema político estavam estreitamente relacionados com a crise do modelo de desenvolvimento vigente desde os anos 1960 e com as limitações e restrições intrínsecas ao modelo democrático elitista que simultaneamente havia se desenvolvido (2001: 29).

Havia um crescente distanciamento e uma desconfiança generalizada sobre o sistema político. A participação eleitoral (o voto na Venezuela não é obrigatório) vinha caindo de maneira acelerada e conseqüentemente a participação política. O quadro era bastante desfavorável para as elites que se mantinham no poder.

“(…) os níveis de abstenção se mantiveram na média histórica, desde que as eleições para governador foram estabelecidas em 1989. Ela apresentou a seguinte evolução: 54% em 1989, 50,72% em 1992, e 53,85% em 1995. O grave é que indiretamente a pregação absenteísta fortalecia um dos traços negativos do desencanto popular: a aversão à participação política” (MARINGONI; 2004: 156).

Outra face do desgaste do sistema político era um movimento de antipolítica que crescia entre os setores da classe média e média alta das grandes cidades. Segundo o cientista político Edgardo Lander²⁴, as

²⁴ Citado por Maringoni (2004: 160).

organizações sociais e políticas (partidos e sindicatos), que nas décadas anteriores serviram de canal de expressão para demandas populares, não somente estavam em crise, mas tendiam a ser consideradas ilegítimas. Este modelo de cidadania tem a imagem paradigmática da vizinhança de classe média e classe média alta, e tem como instrumentos de organização sua capacitação profissional, acesso à mídia, relações políticas pessoais e uso da internet. Este modelo político poderia ser chamado de Venezuela imaginária, desconectada da Venezuela profunda, na qual está a vida cotidiana da maioria da sua população, à margem disso tudo.

Em 1997 o MBR, que até então vinha defendendo a não participação nos pleitos, decidiu lançar candidatos às eleições. Como a legislação eleitoral venezuelana não permite que grupos ou facções apropriem-se de símbolos nacionais, no caso do nome de Simón Bolívar, foi preciso reformular o nome do movimento. Daí surgiu o Movimento V República (MVR).

A escolha do nome decorreu de dois motivos. Primeiro à idéia de que eram necessárias mudanças tão profundas no país que era preciso refundar a República. Segundo uma inteligente propaganda, como explica Maringoni:

“Os autoproclamados revolucionários recorreram, então, a um trocadilho. As pronúncias das letras “B” e “V” em castelhano são praticamente idênticas. Trocar uma pela outra, na sigla partidária, não muda em nada sua fonética; pronuncia-se MVR da mesma maneira que MBR. A ‘pegadinha’ deu resultado” (2004: 162).

Enquanto a conjuntura política do país era efervescente, Cisneros transformou a *Venevisión* em uma das principais emissoras de televisão da América Latina, exportando telenovelas para diversos países de língua espanhola. O magnata conseguiu aumentar exponencialmente seu aparato midiático, principalmente no que diz respeito ao entretenimento.

Durante o ano de 1998 começou a se constituir uma frente partidária de apoio a candidatura de Hugo Chávez, que envolvia o Partido Pátria Para Todos (PPT), uma cisão de *La Causa R*, grande parte do MAS e do PCV. Se constituiu a coligação Pólo Patriótico.

Em outubro de 1996, Chávez escreveu um pequeno livreto chamado “Proposta para transformar a Venezuela – Uma revolução democrática”, no qual explica a idéia central do seu MVR.

“Estamos em plena transição. Forças desatadas a impulsionam, a maioria das vezes sem controle. Essa transição se iniciou no fim dos anos 70, quando a situação A (capitalismo de Estado-Pacto de Punto Fijo) começou a dar mostras de esgotamento. O objetivo hoje está em impulsionar esta transição para uma situação B desenhada, preconcebida. Para impulsioná-la pode haver vários caminhos. Trata-se (...) de vislumbrar esses possíveis caminhos, e de orientar a transição por aquele ou aqueles que oferecem maior viabilidade” (Chávez; 1996: 3).

Rachados, Copei e AD chegaram a iniciar a disputa eleitoral divididos, cada um com seu candidato. Segundo Maringoni, depois reuniram os esforços em torno da candidatura social-democrata, de Henrique Salas Römer, que chegou a ter 40% das intenções de voto nas pesquisas prévias (2004: 164). As mudanças táticas favoreceram a candidatura de Chávez, que obteve uma vitória expressiva com 3,67 milhões de votos, o que representou 56,2% dos votos válidos, contra 32,97% dos votos de Römer.

Assim como a maioria da composição social das Forças Armadas, Hugo Chávez também provém de setores populares. Nasceu em 28 de julho de 1954, em Sabaneta, estado de Barinas, cerca de 450 quilômetros de Caracas. Seus pais eram professores de escola pública e participavam da vida política local. O pai militou no Copei e um tataravô, o coronel Pedro Pérez Pérez, fora chefe guerrilheiro, na década de 1840, e posteriormente integrou-se as tropas do general Ezequiel Zamora.

Também em 1998, Cisneros já era dono de três importantes canais de televisão, um deles de transmissão nos Estados Unidos.

1.2 Sistema bolivariano

“No começo de 1996 a situação do país era de prognóstico reservado desde o ponto de vista econômico e social. A inflação havia chegado nos três primeiros meses a pouco mais de 20%, as reservas internacionais declinavam vertiginosamente pela via da fuga de capitais que se apoiavam nos *Bonos Brady*, nas importações incontroladas que eram feitas apesar do ‘controle de câmbio’ (...), as contas fiscais se encontravam seriamente desequilibradas pela seqüela da crise financeira (...), e o país estava as portas da hiperinflação (...), além de uma pobreza em níveis bastante elevados” (GONZALEZ, 2001: 68).

Nesse contexto, como já vimos, as propostas do MVR de Hugo Chávez falavam de uma revolução democrática. No livreto de 1996 – que hoje é encontrado a venda nas inúmeras barracas de rua localizadas nas principais avenidas do centro de Caracas que vendem livros usados por preços simbólicos –, Chávez explica que da “crise-catástrofe” nasceu a necessidade da transição e que do “seu próprio seio veio se conformando o ator político novo capaz de impulsionar o processo”. Ele se refere ao Pólo Patriótico como

“Uma aliança de forças transformadoras que avança com vigor crescente no mapa político venezuelano. Isto constitui uma condição necessária para garantir a transição” (1996: 6).



Dois exemplares de bolso da Constituição amplamente vendidos

O projeto de transição reúne cinco pólos para a construção da nova República: em primeiro lugar vem o Pólo Macropolítico, “cuja linha central é a o processo constituinte e seu objetivo de transformar o marco político-jurídico atual, já esgotado, para dar um passo à autêntica democracia participativa”. A primeira fase do Projeto de Transição se encontra justamente na busca do equilíbrio político através da Assembléia Constituinte.

Os outros pólos, em ordem de importância, são a desconcentração territorial, necessária para o desenvolvimento sustentável; o desenvolvimento humano para conseguir o equilíbrio social; a transformação produtiva para o equilíbrio econômico, dando ênfase na disciplina macroeconômica de forma humanista, autogestionária e competitiva; e a visão internacional e geopolítica do Projeto de Transição.

A primeira república (*Confederación Venezolana*) foi fundada em 1811 quando o país se tornou independente do domínio espanhol. Como os espanhóis recuperaram parte do controle do país, a segunda república foi fundada então em 1813 pelos libertadores, entre eles Simón Bolívar. Seguiu-se um período de instabilidade política e novas batalhas. Em 1817, foi fundada a terceira com a campanha de Guayana. Os espanhóis foram definitivamente expulsos em 1821, quando a Venezuela se integrou à chamada *Gran Colombia* (integrada por territórios que hoje correspondem a Colômbia, Equador e

Panamá). Em 1864, a Venezuela se separou do bloco e foi fundada a quarta República.

Em 1998, o Pólo Patriótico era composto pelo MVR, MAS, *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP), Pátria para Todos (PPT), o Partido Comunista de Venezuela (PCV), entre outros agrupamentos menores. Logo depois da eleição, o Pólo Patriótico se desarticulou, com a saída de partidos e o ingresso de outros na base governista²⁵.

Em fevereiro de 1999, Chávez contava com amplo apoio – lembrando que obteve 56,2% dos votos válidos de vários segmentos da sociedade –, logo de início anunciou a realização da sua primeira grande proposta: a reforma constituinte que abriu espaço para a realização e sustentação das inúmeras mudanças estruturais que a sociedade viria a vivenciar.

A Constituição de 1999 abriu espaço para o fortalecimento da democracia participativa e para um novo desenvolvimento econômico, chamado endógeno. Documento assinado pelo sociólogo Edgardo Lander²⁶ e outros intelectuais venezuelanos, datado de 19 de abril de 2003, avalia sobre a nova Carta Magna:

“Pela primeira vez, reconhecem-se os direitos dos indígenas, saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana em incluir estes povos e outorgar-lhes a dignidade da plena cidadania. Reconhecem-se também os direitos ambientais e amplia-se o conjunto de direitos sociais. Assentam-se as bases para a transformação do Poder Judiciário e se reorganizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão (...). Inauguram-se formas participativas de exercício da democracia, com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades de

²⁵ Hoje este bloco de partidos apoiadores do governo discute a proposta do presidente Chávez, lançada em dezembro de 2006, de criar o Partido Socialista Unido (PSU) capaz de reunir todos partidos e movimentos apoiadores da Revolução. Até março de 2007, parte da base havia se pronunciado favoravelmente a que a proposta fosse estudada.

²⁶ Citado por Maringoni (2004: 59)

referendo, que permitem consultar a população sobre assuntos de elevado interesse público, revogar o mandato de funcionários eleitos e aprovar e revogar algumas leis. Igualmente se reconhecem mecanismos vinculantes de participação direta, como as assembléias de cidadãos. Concedem-se direitos aos trabalhadores e comunidades de desenvolver articulações de carácter social e participativo, orientadas a melhorar a economia popular e alternativa”.



Leis são vendidas em livretos de bolso por preços populares

Ademais, a Constituição também dá tratamento estratégico para a política externa da Revolução, que se fundamenta na defesa da soberania e da integração dos povos latino-americanos e caribenhos:

“As relações internacionais da República respondem aos fins do Estado em função do exercício da soberania e dos interesses do povo; elas se regem pelos princípios de independência, igualdade entre os Estados, livre determinação e não intervenção em seus assuntos internos, solução pacífica dos conflitos internacionais, cooperação, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre os povos na luta por

sua emancipação e bem-estar da humanidade. A República manterá a mais firme e decidida defesa destes princípios e da prática democrática em todos os organismos e instituições internacionais”. (VENEZUELA; 1999: 147)

O novo texto constituinte garante a liberdade econômica e a propriedade privada. Mas também define claras e centrais responsabilidades para o Estado na política comercial e na defesa das indústrias nacionais, principalmente dos setores estratégicos. Além disso, atribui um papel fundamental ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável e à segurança alimentar.

A elevada popularidade do governo e o apoio generalizado à convocação da Assembléia Constituinte proporcionou uma extraordinária oportunidade para convertê-la em um amplo processo participativo de reflexão e aprendizagem coletiva sobre o país, o poder, a propriedade, o mercado, o Estado, a igualdade, a justiça e a democracia.

Outro investimento estratégico do governo foi na organização dos setores excluídos, em um país em que mais de 60% dos trabalhadores estavam na informalidade e no desemprego. O jornalista Altamiro Borges narra que para estimular a participação dessa enorme parcela inorgânica, Chávez percorreu o país conclamando a criação dos Círculos Bolivarianos.

“Satanizados pela direita, que enxerga neles a encarnação dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR) de Cuba, os círculos são organismos que abarcam associações de bairros, clubes de mães, cooperativas de pequenos produtores, devotos de paróquias e, também, núcleos politizados. Eles não possuem comando centralizado e nem se articulam de forma estável e permanente”. (2005: 43)

Tendo em vista o contexto neoliberal hegemônico no continente sul-americano, o processo bolivariano realiza um projeto de país que contrasta essencialmente. Uma revolução democrática, como Hugo Chávez afirmava no

começo do governo, que não se propunha a alterar o controle sobre os meios de produção. Mas uma alternativa concreta ao avanço neoliberal, que coloca a pobreza como causa do subdesenvolvimento, desumano, desintegrador, antiético e imoral. (2003)

Não é por acaso que Hugo Chávez reafirma continuamente em seus discursos, em um esforço pedagógico como analisa Borges, a dimensão nacional do processo bolivariano.

“A Venezuela trava uma batalha contra o imperialismo norte-americano. O diabo tem nome e sobrenome. O chefe da oposição venezuelana se chama George W. Bush. Que ninguém ache que estamos lutando contra um inimigo débil. Muito pelo contrário: estamos liderando uma batalha contra o império mais poderoso que já existiu sobre a face da terra. A luta é entre a pátria ou a colônia, e nós já decidimos que seremos uma pátria livre e não uma colônia norte-americana”. (2005: 32)

É importante ressaltarmos que a ampliação do espaço de participação popular conquistado pela aprovação da nova Constituição também passa pelo direito de revogar o mandato de qualquer funcionário público eleito, incluindo o do presidente. Venezuela e Cuba são os únicos países da América Latina em que, cumprindo determinados requisitos, existe essa possibilidade.

Em agosto de 2004 foi realizado o referendo revogatório solicitado por setores da oposição ao governo – principalmente composta pelos tradicionais detentores do poder, AD e Copei, alguns movimentos e partidos de esquerda –, amparados pela grande mídia. Ao contrário do que se poderia imaginar, o presidente acabou saindo mais forte do processo. Chávez parabenizou a oposição por atuar no terreno institucional e convocou os setores populares a encararem a disputa eleitoral como estratégica para os destinos da revolução, no que chamou de Batalha de Santa Inês²⁷.

²⁷ A Batalha de Santa Inês foi vencida contra a oligarquia caraquenha pelo estrategista Ezequiel Zamora.

Segundo avalia Borges,

“Decorrente desta tática arriscada, os dois meses que precederam o referendo vivenciaram uma efervescência política jamais vista no país, com a adesão de milhões de venezuelanos às Patrulhas Eleitorais e às Unidades de Batalhas Eleitorais²⁸ (UBEs)”. (2005: 44)

O referendo foi um marco na onda de entusiasmo político que vive o país, fortalecendo a democracia participativa e protagonista.

Além da importante liderança de Hugo Chávez, o processo bolivariano é também marcado pela destacada participação de militares em muitas instituições do Estado e nos programas do governo, principalmente os sociais. Segundo Harnecker (2005:7), o exemplo mais destacado é o Plano Bolívar 2000, que foi um programa voltado a melhorar as condições de vida dos setores populares, como limpeza de ruas e escolas, de saneamento ambiental para combater enfermidades endêmicas, e recuperação da infraestrutura social nas zonas urbanas e rurais.

Este esforço dos militares começou a ser aplicado no primeiro ano do governo, quando, segundo Harnecker, a correlação de forças nas instituições era desfavorável: a maioria dos governadores e prefeitos era dos partidos de oposição (Copei e AD), assim como a conformação da Assembléia Nacional e o Tribunal Supremo de Justiça.

“Era imprescindível que o novo governo demonstrasse ser conseqüente com seu programa e começasse a satisfazer as expectativas do povo, e o único aparato presente em todo o território

²⁸ As patrulhas foram pequenos organismos compostos de dez militantes, cada um encarregado de agregar mais dez, formando assim uma UBE.

nacional com uma estrutura central capacitada para cumprir esta missão era a instituição militar” (HARNECKER, 2005: 8).²⁹

Para se ter uma idéia da abrangência da influência militar, analisemos a letra do hino nacional, intitulado “*Gloria al Bravo Pueblo*” (Gloria ao Bravo Povo). A letra foi escrita por Vicente Salias por volta de 1810 como parte de um canto patriótico. A música foi composta mais tarde por Juan José Landaeta. Ao contrário do que se pode pensar em um primeiro momento, a canção não foi adotada como hino nacional por Chávez, mas pelo presidente Antonio Guzmán Blanco em 1881.

Letra em espanhol	Tradução
Refrão Gloria al bravo pueblo Que el yugo lanzó la ley respetando la virtud y honor. (repete)	Refrão Glória ao bravo povo que a opressão lançou à lei respeitando a virtude e a honra. (repete)
¡Abajo cadenas! (repete) Gritaba el Señor (repete) y el pobre en su choza libertad pidió A este santo nombre (repete) Tembló de pavor el vil egoísmo que otra vez triunfó.	Abaixo cadeias! (repete) Gritava o Senhor (repete) E o pobre em seu casebre liberdade pediu A este santo nome (repete) Estremeceu de pavor o vil egoísmo que outra vez triunfou.
(repetir as duas linhas anteriores)	(repete as duas últimas linhas)
(Refrão)	(Refrão)
Gritemos con brío: (repete) ¡Muera la opresión! (repete)	Gritemos com força: (repete) Morte à opressão! (repete)

²⁹ Diferentemente da atuação dos militares brasileiros que em 1964 realizaram um golpe de Estado e controlaram o poder com “mãos de ferro” até 1985, período marcado pelo descumprimento de direitos civis, além do desaparecimento de centenas de militantes de esquerda.

Compatriotas fieles,
 la fuerza es la unión;
 y desde el Empíreo
 (repete)
 el Supremo Autor,
 Um sublime aliento
 al pueblo infundió.
 (repetir duas linhas anteriores)

(Refrão)

Unida con lazos
 (repete)
 que el cielo formo
 (repete)
 la América toda
 existe en nación.
 Y si el despotismo
 (repete)
 Levanta la voz
 Seguid el ejemplo
 que Caracas dio.

(repete as duas linhas anteriores)

Compatriotas fiéis,
 a força é a união;
 e desde o Céu
 (repete)
 o Supremo Autor,
 um sublime fôlego
 ao povo infundiu.
 (repete as duas últimas linhas)

(Refrão)

Unida com laços
 (repete)
 que o céu formou
 (repete)
 a América toda
 existe em nação.
 E se o despotismo
 (repete)
 levantar a voz
 sigamos o exemplo
 que Caracas deu.

(repete as duas últimas linhas)

1.3 Revolução Bolivariana e Socialismo do Século XXI

A Revolução Bolivariana e o Socialismo do Século XXI são idéias transformadoras que surgiram no cenário político na última década em um contínuo processo dialético de elaboração. Em discurso proferido no 16º Festival Mundial da Juventude, realizado em agosto de 2005 em Caracas, e posteriormente publicado no site Rebelión³⁰, Heinz Dieterich explicou que “a Revolução Bolivariana pode ser definida como um processo de transformação caracterizado por quatro macrodinâmicas: 1. a revolução antiimperialista; 2. a revolução democrática-burguesa; 3. a contra-revolução neoliberal; 4. a pretensão de chegar a uma sociedade socialista do século XXI”.

O jornalista Altamiro Borges complementa e problematiza:

“A revolução bolivariana, essa experiência tão original e ousada, não se define como socialista. Sua meta é construir uma alternativa ao neoliberalismo com base num projeto nacionalista, democrático e popular. A dúvida que atormenta as consciências é se essa transição será possível na atual fase agressiva e regressiva do capitalismo globalizado. Hugo Chávez, católico fervoroso, bota fé nesse caminho” (2005: 67).

O país protagoniza um processo de transformações política, econômica e social que envolve surpreendentemente toda a sociedade civil. O elevado nível de polarização eleva a participação política tanto dos setores representantes da oligarquia tradicional, os opositores à revolução, quanto da pequena classe média, dividida entre apoiadores e críticos do processo, e das camadas mais populares, a grande maioria chavistas.

³⁰ <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=19098>

Uma das principais características da Revolução Bolivariana é justamente a de renovar a cultura política, despertando interesse e a fundamental participação população. O projeto desperta no povo sua consciência de classe, sobre o processo histórico que vivencia, entendendo-se como sujeito protagonista no desenvolvimento e sustentação das mudanças.

Na verdade, esta é a lógica do pensamento da Revolução Bolivariana, que procura fomentar condições reais de libertação ideológica do homem. Podemos afirmar que, nesta atual etapa do processo, suas principais formas de ação se dão através dos programas sociais do governo, como veremos mais adiante, na qual se destaca um novo processo educativo da população que se soma também a um novo conceito de comunicação.

Ou seja, a comunicação passa a ser considerada instrumento essencial para construir a nova educação política da sociedade, promovendo não apenas a participação popular nas ações do governo, mas também a consciência de classe necessária para a apropriação ideológica do processo bolivariano como etapa para a construção do Socialismo do Século XXI.

O governo bolivariano, cuja principal marca "*Venezuela ahora de todos*", realiza uma série de transformações estruturais através do desenvolvimento da democracia participativa, advinda principalmente das missões sociais e dos núcleos endógenos, que desenvolvem emprego e renda em comunidades carentes, além de viabilizar o acesso à alfabetização, à educação de nível médio e superior, e saúde. Tudo isso permeado pelo resgate da história autêntica do povo, sua cultura e tradições.



Entrada do Núcleo de Desenvolvimento Endógeno Fabrízio Ojeda, em Sucre

Depois de sete anos implementando estas políticas, a Venezuela não é mais a mesma. Nem o país, nem o povo. A sociedade hoje enfrenta, de forma organizada e mais consciente, a constante luta de idéias. A população – então acostumada a ser afastada do sistema político – é protagonista no desenvolvimento das mudanças. Milhares de venezuelanos atuam hoje na coordenação de missões, como operários nas cooperativas, ensinam nas escolas, se organizam politicamente nos partidos e nos movimentos de sustentação do governo. O pensamento coletivo passou a ser predominante nesta grande parcela da população que se envolve diretamente na construção da Revolução.

Em artigo publicado no site Rede Voltaire³¹, os professores venezuelanos Mario Sanoja Obediente e Iraidá Vargas-Arenas explicam que

“Autodenominar-se como venezuelano pela simples contingência de ter nascido neste país, é um direito constitucional que deve se transformar em uma expressão substantiva via a socialização do indivíduo. Aprender e aceitar que compartilha com outros cidadãos uma cultura comum, valores sociais e sentimentos de lealdade para com seu povo e seu país é o resultado da educação tanto formal como informal.

³¹ www.redvoltaire.org/article125012.html

Isso permite que os cidadãos internalizem e aceitem os fundamentos históricos de um povo e uma nação determinados”.

O que os professores pretendem ressaltar é que na Venezuela bolivariana a enorme parcela da população que antes estava aquém de todo processo histórico, hoje sente orgulho de ser venezuelana. E esse sentimento é resultado de um exercício de consciência reflexiva que surge a partir do conhecimento e da participação ativa na construção cotidiana deste processo histórico de construção de sua nação bolivariana.

De forma geral, essa percepção difere bastante da que tem o brasileiro, por exemplo. No Brasil ainda encontramos com força a reprodução do pensamento eurocêntrico, do preconceito racial, regional e de classe. Mas entre as maiores discrepâncias está a própria história de cada país. A Venezuela não apenas lutou – com batalhas e centenas de mortes - pela sua independência da Espanha, mas também a “exportou” para outras nações que considerava irmãs, compreendendo que a integração era estratégica para o fortalecimento da região. Como sabemos, o processo de independência brasileira foi um acerto político que abriu espaço para uma disputa entre os setores da elite pela liderança do processo.

Existe em andamento um projeto cultural do qual participam fundamentalmente as instituições públicas venezuelanas, respondendo a um interesse comum, e conseqüentemente da própria Revolução, de fomentar na sociedade o entendimento e o apreço pelo seu país, da mesma forma como uma compreensão da luta de classes acirrada que enfrenta. Este processo de formação cultural e política da nação avança através das vias educacionais tradicionais, mas também por um amplo processo de difusão de informações via meios de comunicação.

Como exemplo desta estratégia de reeducação política citamos a coleção “Biblioteca Básica Temática”, editada pela primeira vez em 2004 pelo Conselho Nacional de Cultura, ligado ao Ministério de Educação, Cultura e Esportes. Segundo o texto introdutório, a série tem o objetivo de ser um “aporte

significativo do Estado venezuelano ao enriquecimento cultural da população, fomentando (...) a capacidade de leitura, de reflexão, documentação e conhecimento sobre os aspectos determinantes da vida comum dos cidadãos, propiciando o talento crítico, construtivo, criador e transformador da comunidade”.



Capa de quatro exemplares

A Biblioteca Básica Temática integra o Plano Nacional de Leitura do país que tem entre suas ações a formação da Biblioteca Familiar da Missão Robinson, responsável pela distribuição dos 25 livretos de bolso. Alguns títulos são: 1) “Questões da organização social – a participação cidadã”, cujo autor é Andrés Mejía, professor universitário e funcionário de uma das maiores editoras de livros, a Monte Ávila Editores Latinoamericana, que cumpre importante papel na disputa pela hegemonia; 2) “Cada um segundo sua língua”, escrito por Roberto Hernández Montoya, cientista social; 3) “Servir à nação, servir ao povo”, assinado por Miguel Mendoza Barreto, poeta; 4) “Para crescer a partir de dentro”, escrito por Christian Valles Caraballo, historiadora; 5) “Para compreender e querer Venezuela”, assinado por Luis Britto García, escritor.

Há ainda: 6) “Cultura e patrimônio”, escrito por Armando José Sequera, jornalista e contista, com trabalhos premiados de literatura infantil; 7) “O legado indígena”, do poeta Gustavo Pereira, doutor em ciências literárias e fundador do Departamento de Humanidades e Ciências e do Centro de Pesquisas Sócio-humanísticas da Universidade de Oriente; 8) “Sobre a terra”, de Adhely Rivero, professor e diretor da revista *Poesía*; 9) “Pensar a pátria”, escrito por Nelson González Leal, jornalista premiado e autor de vários textos poéticos, contos e ensaios. Este último inclui dois anexos importantes: “Juramento de Roma”, de Simón Bolívar, e “*Vuelta a la Patria*”, de Juan Antonio Pérez Bonalde, que reafirmam os aspectos de latinidade e de integração da Revolução Bolivariana.

Outra coleção interessante que tem circulação entre os venezuelanos que atuam nas *misiones* e nos círculos bolivarianos é a do *El Correo Breve*, composta por 13 pequeninos livretos cujo conteúdo é bem resumido mas essencial para o processo de educação política e a organização popular. Os textos dos livrinhos são, em sua maioria, trechos de intervenções de dirigentes da Revolução ou retirados de outras publicações clássicas.



Seis exemplares da coleção do *El Correo Breve*

Os títulos são: 1) “Que é Alca?”, de Osvaldo Martinez, diretor do Centro de Estudos de Economia Mundial (CIEM, Havana), tirado da revista

Cuba Socialista, nº 22, 2001; 2) “Manual do dirigente”, de Gabriel González, que organizou extrações do livro “As qualidades do dirigente”, do falecido dirigente comunista Eduardo Gallegos Mancera; 3) “A fome”, trecho extraído do segundo tomo das Obras Escolhidas de Vladimir I. Lênin; 4) “PDVSA: a estafa histórica”, de Carlos Mendoza Potellá, trecho de sua dissertação de mestrado³² defendida em 1985; 5) “Carta aos meritocratas, de um ‘tradicional inimigo da indústria petroléira’ para um veterano aproveitador do negócio petroléiro público”, um artigo do mesmo autor; 6) “Nossa América”, de José Martí, artigo clássico da literatura hispano-americana; 7) “O neoliberalismo”, trecho de um discurso de Hugo Chávez proferido na inauguração da 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, em 2 de setembro de 2002.

Além de contribuir com a popularização dos estudos políticos e o aprofundamento da luta de idéias, o processo bolivariano é caracterizado também por sua grande criatividade. As dezenas de programas sociais – as chamadas *misiones* – criam mecanismos alternativos de participação popular, possibilitando o desenvolvimento e aprofundamento da democracia no país. As missões mais importantes são a Robinson e a Bairro Adentro, que levam respectivamente a alfabetização e assistência médica às regiões mais carentes do país em ações coordenadas pela própria comunidade, apoiada pela união cívico-militar (como veremos adiante).

³² Não informa a instituição de ensino.



Noya Vázquez, estudante da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Bolivariana, dá aula de “Pensamento Crítico” na Missão Robinson

No âmbito cultural, a revolução resgatou valores originários do povo venezuelano, sua história e tradições, usando para isso as missões, construindo uma nova consciência política. Para o professor Edgardo Lander, dentre as principais mudanças que o país vivenciou, as mais importantes são justamente as

“Transformações na cultura política e os processos de inclusão, a incorporação como sujeitos da ação política e organizativa das maiorias pobres do país que se encontravam excluídas, não somente histórica mas crescentemente nos últimos anos” (2004: 220).

Essa consciência política é conhecida como bolivarianismo, carregado pela ideologia que se baseia no pensamento do estrategista da libertação do domínio espanhol Simón Bolívar (1783-1830). A revolução se fundamenta principalmente em seu caráter patriótico e integracionista de nações, mesclado ao humanismo e ao nacionalismo. Na prática, é um projeto contra-hegemônico e antiimperialista que vem mudando radicalmente a sociedade venezuelana, polarizada entre chavistas (a grande maioria da população que estava marginalizada) e anti-chavistas (os setores dominantes acostumados a controlar o poder).



Muro que circunda o Palácio Miraflores é todo pintado com menções às missões

O projeto bolivariano tem como principal referência a chamada “árvore de três raízes”, ou seja, a união do pensamento de três figuras importantes da história venezuelana. Todos libertadores: Simón Bolívar, Simón Rodríguez (mentor do primeiro) e Ezequiel Zamora (general federalista), que tem mais um conteúdo simbólico integrador de reconstrução do sentido da história nacional e continental. Além disso, à idéia bolivariana se soma também a noção da unidade cívico-militar e o papel preponderante que têm os setores militares em todo o processo.



Outro trecho do muro do Palácio que registra a Batalha de Carabobo

Mas o professor Edgardo Lander explica que o bolivarianismo

“Não conforma uma doutrina nem um corpo teórico que possa ser utilizado para solucionar os problemas reais que enfrenta a sociedade, é mais um espaço no qual se atribui conteúdo metafórico à sociedade venezuelana. Através da formação de símbolos se reforçam os valores que nos definem nacionalmente, estruturando-se através do fortalecimento da figura do Libertador, matizando com duas figuras emblemáticas (...) que concedem o caráter igualitário e revolucionário ao movimento, para se diferenciar das invocações bolivarianas que tradicionalmente se realizaram para sustentar a hegemonia das elites políticas e econômicas do país”. (2004: 199).

Além da participação popular na construção do processo, a idéia do bolivarianismo é também que a Revolução seja defendida com unhas e dentes. Como explica o jornalista Altamiro Borges,

“Esse processo realiza um gigantesco e acelerado esforço de politização e organização das camadas populares. Na prática, vivencia-se uma verdadeira ‘pedagogia dos oprimidos’, na melhor acepção dos ensinamentos do mestre Paulo Freire. Num curto espaço de tempo, milhões de venezuelanos, antes meros objetos da manipulação das elites, passam a ser sujeitos da sua própria história”. (BORGES; 2004: 37)



Assembléia das associadas da Cooperativa têxtil do NDE Fabricio Ojeda

É a força popular que impulsiona a Revolução na defesa e ampliação da democracia e das conquistas sociais. Com esta compreensão, em uma entrevista coletiva de imprensa em agosto de 2004, Chávez garantiu “a Venezuela mudou para sempre. Não há mais retorno”.

Em agosto de 2006, quando estive por um período de 15 dias em Caracas, foi possível perceber o nível de consciência política da sociedade venezuelana como um todo – incluindo os apoiadores do governo, chamados chavistas, e os opositores. Existe uma militância ativa de ambos os lados na disputa constante pela hegemonia.

Para fomentar essa conscientização e estímulo da participação social, o governo estabeleceu uma estratégia comunicacional delineada mais profundamente depois que Chávez sofreu o golpe orquestrado midiaticamente em abril de 2002.

“Através do único canal estatal do país, a Venezolana Televisión, o governo orienta diariamente os trabalhadores a se sindicalizarem, a se filiarem aos partidos e a participarem dos movimentos comunitários – numa cena inusitada para os brasileiros” (BORGES; 2005: 33).

Até então, o Estado contava com um número irrisório de veículos de comunicação sem uma política previamente definida e discutida entre os protagonistas da Revolução. Hoje são dois canais de televisão nacionais: *Venezolana de Televisión* (VTV, uma espécie de Radiobrás) e a *Vive* (que tem uma estética mais voltada para os jovens, parecida com a MTV só que politizada).

Há uma rádio nacional, a *Rádio Nacional Venezolana*, e um grande incentivo às rádios comunitárias. Existe ainda um jornal impresso de circulação nacional, *Diario Vea*, que não é exatamente do governo mas grande parte de sua publicidade é dos ministérios e órgãos governamentais. Além disso, o governo incentiva a produção de jornais comunitários, alternativos e

informativos das missões. Estes chegam a casa dos milhares e nem mesmo o Ministério da Comunicação e Informação (Minci) tem conhecimento da quantidade total de veículos, que têm distribuição gratuita.



Capa da edição de 11/08/2005

O *Diario Vea* custa 500 bolívares – o correspondente a R\$ 0,50) – e é vendido em praticamente todas bancas de jornais da região central da capital. Normalmente todos seus exemplares são vendidos até o meio-dia.

Miguel Ugas, coordenador do Comando de Meios Alternativos (CMT), em artigo no site venezuelano Aporrea³³, explica que

“Aqui e agora, se está abrindo um passo na prática inovadora, criativa e coletiva que parte de considerar a comunicação social como algo que sucede nas relações humanas, entre a pluralidade de sujeitos, ativos e copartícipes criticamente, entre construtores de uma verdade produzida por todos. É uma concepção de natureza claramente revolucionária que se fundamenta no axioma que o protagonismo é do povo e não dos comunicadores, àqueles que corresponde a função facilitadora e estimuladora da participação social”.

³³ www.aporrea.org/medios/a24007.html

Ou seja, estão se estabelecendo as bases para a democratização da comunicação, que contribui para a construção de uma nova sociedade. A comunicação bolivariana procura romper com o princípio com que se concebe o fazer comunicacional como uma relação em que existe o emissor ativo e o receptor passivo. Em outras palavras, a intelectualidade superior e o resto da sociedade ignorante, alheia e inferior.

Alerta à guerra midiática que urge travar com os meios hegemônicos que realizam a cobertura internacional sobre a Revolução, o governo lançou o projeto da *Televisión del Sur* (*Telesur*, www.telesurtv.net, a emissora de notícias sul-americana que é sediada em Caracas mas mantém sucursais na Argentina, Uruguai, Bolívia, Cuba, Brasil) e a rádio Yvke mundial (www.rn.gov.ve/yvke). Ambas mídias possuem sites atualizados on-line e sinais de transmissão digital.

O governo também investe na internet para não apenas difundir seus avanços e defender a Revolução na luta de idéias contra os meios de comunicação hegemônicos e a grande imprensa venezuelana, que atua no cenário como um poderoso partido político de oposição. Existe a Agência Bolivariana de Notícias (www.abn.info.ve), a página do governo (www.gobiernoenlinea.ve), além dos ministérios e a grande maioria das missões também possui sites atualizados.

Além disso, todo domingo³⁴ o presidente Hugo Chávez fala à população através do programa *Aló Presidente*, transmitido ao vivo desde o local aonde o presidente se encontre (o que significa que muitas vezes não é um estúdio, mas uma fazenda, um palácio, um evento). Nestas falas, que muitas vezes superam a duração de cinco horas, o líder da Revolução Bolivariana trata de temas estratégicos para a Revolução, como por exemplo responder a ataques dos setores opositores, comentar a integração latino-

³⁴ Desde fevereiro de 2007 o programa passou a ser diário.

americana e a luta antiimperialista, os avanços do governo bolivariano, e ressaltar os simbólicos históricos do país.

Além do programa, a Direção Geral da Imprensa Presidencial do Ministério de Comunicação e Informação produz também *Aló Presidente* em uma versão impressa. Um pequeno jornal de quatro páginas traz os temas abordados na edição do programa. Neste exemplar da edição 230 do programa, as manchetes eram:



Edição 230, nº 45, de 3 de agosto de 2005

- **“Habitação e moradia: prioridade para a Revolução Bolivariana”**

“Uma melhor qualidade de vida para todos, é o objetivo principal da luta que está levando adiante o presidente Hugo Chávez Frias. Uma solução habitacional digna é o norte das políticas sociais que impulsiona o Governo Nacional; firme neste propósito, realiza esforços incansáveis a fim de concretizar uma realidade que se vislumbra no horizonte”.

- **“O milagre da integração une nossos povos”**

“Milhares de pessoas em todo o continente poderão ser operadas da vista, graças à solidariedade e o apoio que os povos de Cuba e Venezuela oferecem ao continente”.

- *“NUDE [Núcleo de Desenvolvimento Endógeno] Frabicio Ojeda, sinônimo de trabalho”*

“Um exemplo de constância, cooperativismo e desenvolvimento que impacta positivamente toda a comunidade”

- *“Empresários dispostos a conhecer o socialismo”*

“Consciente da nova realidade do país, nova gerencia patronal expressou seu desejo de iniciar um diálogo sincero”

Outro elemento importante na construção deste processo histórico é a aliança cívico-militar. Um movimento que Chávez chama de “nova doutrina militar” que está diretamente relacionada à formação de novos quadros políticos para ajudar na organização e defesa do processo revolucionário.

Nos primeiros anos do governo, a base de sustentação era bastante frágil, sem um movimento social, sindical e político estruturado e com força hegemônica na sociedade. Na prática, Chávez não liderava um partido, mas uma federação de interesses locais e eleitorais.

Atento a essa debilidade, o presidente investiu desde o início na construção de um movimento organizado e enraizado nos setores populares. Mas para isso, apostou na estratégica aliança civil militar. Por isso, poucos dias depois de ter tomado posse, seu segundo anúncio impactante e histórico foi o Plano Bolívar-2000, pelo qual os militares interagem com os programas sociais. A idéia era desenvolver um plano de emergência para a reparação da infraestrutura dos bairros, escolas, clínicas e hospitais, atenção médica, reparação e construção de moradias, assim como a distribuição de comida para áreas mais remotas do país.

Diante da ausência da organização popular, ofuscada no passado pela repressão e pelos pactos das elites, essa unidade tem se mostrado indispensável para o êxito da revolução bolivariana.



Militar trabalha na Clínica Popular do NDE Fabricio Ojeda

Ao todo são 18 as missões sociais coordenadas pela união civil-militar: *Barrio Adentro*, *Ciência*, *Cultura*, *Guaicaipuro*, *Hábitat*, *Identidad*, *Madres del Barrio*, *Mercal*, *Milagro*, *Miranda*, *Negra Hipólita*, *Piar*, *Ribas*, *Robinson I*, *Robinson II*, *Sucre*, *Vuelvan Caras* e *Zamora*.

Segundo o Ministério da Informação e Comunicação (Minci), a Missão Robinson é a operação cívico-militar mais importante da história do país.

“Tem como objetivo formar corações para a liberdade, ensinando a ler e escrever a mais de um milhão de venezuelanos distribuídos pelo território nacional. Povo e Forças Armadas formam o Exército da Luz, levando uma mensagem de amor e pátria que não poderá ser apagada jamais”³⁵.

Na década de 90, existia uma taxa de analfabetismo de aproximadamente dois milhões de venezuelanos, quase 9% da população maior de 10 anos. Criada em julho de 2003, a missão já atingiu 1 milhão e 70 mil venezuelanos.

³⁵ Informação disponível no site do ministério.

Destacam-se ainda a Missão Sucre, que incorpora massivamente aos estudos de nível universitário estudantes com os estudos secundários concluídos, dando prioridade aos estudantes de setores de classe média baixa e pobres; a Missão Rivas, que tem o objetivo de identificar todos os cidadãos de qualquer idade que, tendo concluído seus estudos primários, não puderam terminar os secundários; e a criação da Universidade Bolivariana, uma instituição universitária nacional com cobertura nacional e com políticas de admissão dirigidas a reverter a longa tendência à exclusão social característica do sistema de educação universitária no país nas últimas décadas.

Chama a atenção também a missão Barrio Adentro, que teve início em 2003, contando determinante do governo cubano que enviou milhares de médicos e especialistas³⁶, com o objetivo de levar assistência médica e remédios gratuitos, atenção 24 horas por dia nas clínicas populares e visitas domiciliares para a população carente. De acordo com números oficiais, durante sua primeira etapa (de 2003 a julho de 2005) o programa atendeu a mais de 1,4 milhão de pessoas, tendo salvado mais de 25 mil vidas.

Como podemos ver, a participação popular e a politização são crescentes. Segundo José Cademartori, economista e ministro da Economia do governo de Salvador Allende, de

“Todas as missões e projetos não se implementam de modo paternalista, burocrático ou clientelístico, senão mediante uma participação cidadã ativa, sem exclusões partidistas. Associações de bairro, comitês de saúde, conselhos comunais do orçamento público, círculos bolivarianos, cooperativas, sindicatos e a ação autônoma das organizações indígenas dão conta de uma revolução participativa e massiva que incorpora o povo venezuelano pela primeira vez na história”. (BORGES; 2005: 44)

³⁶ Foram enviados a Caracas cerca de 20 mil profissionais da saúde, entre eles 14 mil médicos, três mil odontologistas e 500 enfermeiras.

O governo também apostou no controle da gestão pública criando a Lei dos Conselhos Locais de Planificação Pública, baseada no artigo 62 da Constituição. A lei regula a participação do povo na formulação, execução e controle da gestão pública, sendo concebida como parte de um sistema nacional de planificação participativa que integra os níveis nacional, municipal, paroquial e comunal (estes últimos correspondentes ao nosso distrital).

No entanto, para Matilde Parra e Tito Lacruz, do *Centro de Investigaciones em Ciencias Sociales* (CISOR), citados por Lander,

“As ações da política social têm sido orientadas mais à supressão de limitações políticas (falta de poder e de contextos para participar) e culturais (ausência de reconhecimento e desvalorização dos estilos de vida), que à remoção de obstáculos de natureza econômica (pobreza e desigualdade). A partir deste ponto de vista, a política social não parece caminhar a sanar as privações de liberdade ou limitações que ocasionam as injustiças sócio-econômicas. Isso é devido a que a pobreza, desde a perspectiva do atual governo, é produto não das condições de produtividade, mas das relações sociais de dominação e exploração”. (2004: 212)

A Revolução Bolivariana é, portanto, um processo anti-neoliberal que envolve toda a sociedade venezuelana através de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, que seriam os elementos concretos de uma primeira etapa de construção do Socialismo do Século XXI, fundamentado na integração dos povos latino-americanos.

Apesar da intensa investida dos setores oposicionistas, a Revolução vai se aprofundando cada vez mais e se destacando no cenário político internacional como alternativa real ao imperialismo articulando projetos estratégicos como a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Petrosul (cujos

primeiros passos foram dados pelo acordo entre Venezuela e Brasil em meados de 2006), o Banco Sul (que Venezuela e Argentina deram início em fevereiro de 2007) e a Telesul (viabilizada em meados de 2005 com a participação de Venezuela, Cuba, Argentina, Chile e Uruguai, com sucursal em Brasília).

Por isso, a política externa do governo bolivariano é bastante pautada por esta estratégia integracionista e, ao mesmo tempo, a responder a cobertura unilateral da grande mídia internacional sobre a Revolução. Em janeiro de 2006 foi dado um importante passo neste sentido com a realização em Caracas da etapa americana do Fórum Social Mundial. O evento reuniu mais de 50 mil pessoas, principalmente advindas dos países latino-americanos, além de milhares de jornalistas de meios de comunicação alternativos, que puderam conhecer in loco o processo bolivariano.

Em meio a uma sociedade global marcada pela desideologização, o pensamento da árvore de três raízes emerge surpreendentemente propondo um novo modelo de sociedade, composto pela interação de sistema social (questões relacionadas à estrutura da sociedade), cultural (relacionadas à superestrutura), além de fatores individuais.

Bolívar acompanhou os processos de independência em andamento na Bolívia, Colômbia, Peru, Chile, Guatemala, México, Jamaica, e escreveu inúmeros documentos sempre reforçando a idéia da integração dos povos contra a coroa espanhola. Em uma de suas cartas, o libertador afirma:

“Tudo que é estrangeiro neste solo, religião, leis, costumes, alimentos, vestidos, era de Europa. Como seres passivos, nosso destino se limitava a levar docilmente o freio que, com violência e rigor, controlavam nossos donos. Igualados a bestas selvagens, a irresistível força da natureza, não mais, foi capaz de nos repor na esfera dos

homens; e ainda que todavia débeis em razão, demos já início aos ensaios da luta a que somos predestinados”. (GARRIDO; 2002: 120)

É importante destacarmos que o forte sentimento de latinidade no processo bolivariano advém ainda, além da árvore de três raízes, das contribuições teóricas do cubano José Martí, que acreditava também na solidariedade humana e na amizade entre os povos, e do peruano Carlos Mariategui, que se debruçou sobre a unidade sul-americana e os processos revolucionários que se deflagravam.

No texto “Nossa América”, Martí afirma:

“(…) O dever urgente de nossa América é se ensinar como é, uma em alma e tentativa, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada apenas com sangue de abono que arranca das mãos a briga com as ruínas, e das veias que nos deixaram picadas nossos donos”. (2003: 22)

Nesse mesmo sentido, do pensamento de Mariategui, podemos destacar:

“Os povos da América espanhola se movem em uma mesma direção. A solidariedade de seus destinos históricos não é uma ilusão da literatura americanista. Estes povos, realmente, não só são irmãos na retórica senão também na história. Procedem de uma matriz única. A conquista espanhola, destruindo as culturas e as agrupações autóctonas, uniformizou a fisionomia étnica, política e moral da América Hipânica. (...) A geração libertadora sentiu intensamente a unidade sul-americana. Opôs a Espanha uma frente única continental”. (1985: 13)

Capítulo 2

Disputa midiática

A grande mídia possui um papel decisivo na correlação de forças que compõem o bloco hegemônico na sociedade capitalista mundial. É um processo dinâmico em que o poder econômico e o poder midiático estão diretamente relacionados com o poder político dominante. Os complexos transnacionais de comunicação interagem com o modelo tecnoburocrático hegemônico, reproduzindo o modo de pensamento que transfere para o mercado a regulação da sociedade.

“A convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática, gestada pela ‘era digital’, colocou a mídia como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para o qual estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais. (...) Não surpreende (...), que a mídia tenha se transformado em palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação ao futuro da democracia”, comenta o estudioso Venício Lima (2004: 176).

Mais do que nunca, os veículos de comunicação atuam como dispositivos tecnológicos de construção e conservação das hegemonias e da fantasiosa formação do consenso. As Novas Tecnologias de Informação (NTIs)

e a globalização cultural pós-moderna intensificaram esse aparato e tensionaram a disputa hegemônica.

Muniz Sodré explica que

“A informação tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, isto é, o lubrificante dos ciclos de troca e de lucro, nesse sentido a mercadoria mais importante. A ‘mais-valia decisória’ que se consolida como informação e se transforma em recurso básico de gestão e produção”³⁷.

A representação geopolítica do mundo, fomentada desde o fim da Guerra Fria pela ação imperialista norte-americanas, serve para encobrir a lógica do capital, sua força de estruturação do espaço mundial (política e culturalmente) e do desequilíbrio dos países, caminhando para o fim dos Estados nacionais.

Uma nova ordem mundial da informação e da comunicação é urgente. O monopólio da comunicação pelas corporações midiáticas tem conseqüências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Distorce o tratamento da notícia, agora um produto sujeito às “leis do mercado”, construindo um consenso sobre debates não plurais e antidemocráticos. Através de técnicas como o sensacionalismo e a espetacularização cria estratégias de sedução do “público”.

Neste contexto, quem sai perdendo são os movimentos sociais, que recebem tratamento “endemonizado”, como se fossem a personificação do caos, da barbárie e da violência. Do ponto de vista mundial, existe o mesmo movimento com relação aos países latino-americanos e africanos, renegados a notícias muitas vezes preconceituosas, superficiais e muito distantes de uma análise do processo histórico regional. Além disso, a estas informações sobre

³⁷ Citado por Moraes (1997: 14)

estes países pouco importantes para o contexto geopolítico imperialista, são dedicadas notas que somam no máximo vinte palavras.

“É evidente a deterioração no que se refere aos países pobres ou ‘em vias de desenvolvimento’, cujos diversos patrimônios intangíveis (...) são muitas vezes deslocados, distorcidos ou ignorados. A hegemonia dos Estados Unidos (...) descarta grande volume de informação sobre os países do Terceiro Mundo”. (FORD; 2003: 90)

Para o estudioso Martín Barbero (2003: 63), que relaciona a globalização comunicacional com a transformação cultural, os pesquisadores sociais começaram a acreditar que os êxitos e fracassos dos povos latino-americanos na luta para se defenderem e se renovarem culturalmente estão estrategicamente ligados às dinâmicas e aos bloqueios na comunicação, seja associando os processos de modernização dos países à revolução das tecnologias comunicativas, seja fazendo da comunicação de massas um sinônimo daquilo que nos engana e manipula, que nos desfigura como países e destrói culturalmente como povos.

Em 11 de abril de 2002, o presidente venezuelano sofreu um golpe de Estado midiático econômico e militar e a cobertura deste fato não foi diferente. Através do seu aparato midiático, os setores dominantes que haviam perdido sua influência histórica nos rumos do país, orquestraram os acontecimentos e procuraram “informar” a população sobre o que queriam que fosse verdade.

Graças à intensa organização popular, articulada fundamentalmente pelos Círculos Bolivarianos e a ação de uma guerrilha contra-informativa, a reação ao golpe foi rápida a ponto de conseguir derrubar o governo de Carmona em um dia. Movimentos sociais venezuelanos e latino-americanos combinaram seus esforços e levaram mais de um milhão de manifestantes às portas do Palácio Miraflores para reivindicar o retorno de Chávez.

Segundo Pedro Ibañez³⁸, ex-funcionário da emissora RCTV,

“Nós trabalhávamos em um departamento que cuidava de toda a área de comunicação de publicidade do canal (RCTV). Na terça-feira (9 de abril), Chávez foi à cadeia nacional para dizer que havia mortos e tudo. Na televisão, dividiram a tela em duas telas. De um lado, Chávez falando. Do outro, a imagem dos mortos. Essa imagem havia sido feita por uma composição gráfica dois dias antes. Nós, eu e outros, a vimos quando a estavam fazendo. Ou seja, já se sabia dois dias antes que haveria mortos”.

O golpe foi o desfecho de um processo de desgaste da imagem do governo e do presidente que teve início com uma grande greve dos funcionários da PDVSA, que estava sob o controle da Ação Democrática.

Segundo avalia Renato Rovai em sua dissertação de mestrado, o assunto foi tratado como questão de Estado pela imprensa venezuelana e mais da metade do noticiário jornalístico era reservado ao tema. “Motivos até existiam, a PDVSA proporciona ao país algo próximo a 80% de suas divisas ano após ano. Mas a editorialização dessa cobertura não tinha por objetivo discutir o caso PDVSA. O objetivo era desmoralizar Chávez e mostrá-lo ainda mais como louco e inconseqüente”. (2003: 69)

A repercussão do golpe de Estado na Venezuela na grande mídia internacional foi pautada pelo pronunciamento do porta-voz dos Estados Unidos, que concedeu uma coletiva de imprensa em que manifestou apoio ao novo governo e disse que Chávez não havia obtido apoio popular, nem dos países vizinhos, nem dos Estados Unidos, e por isso havia caído.

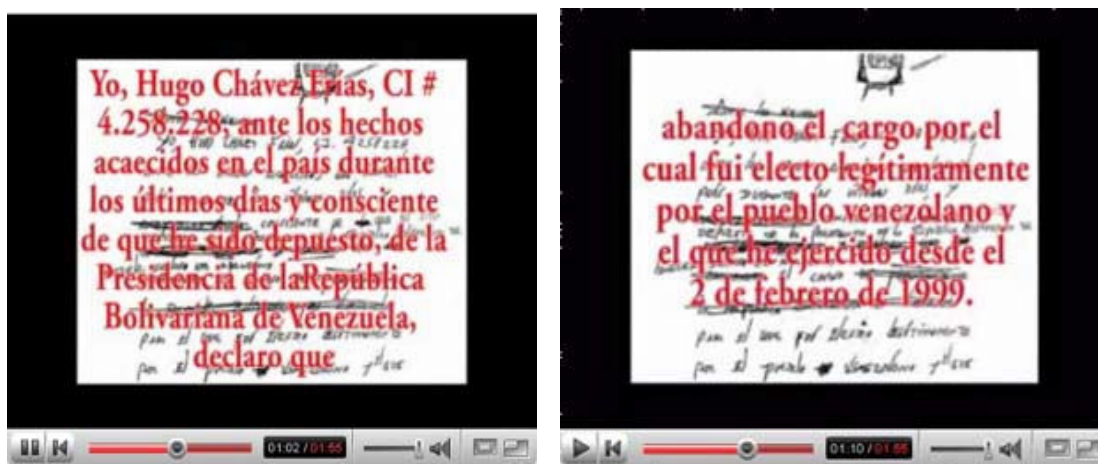
A aventura do presidente da entidade nacional de empresários, *Fedecámaras*, Pedro Carmona, e setores da elite dominante do poder

³⁸ Entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

econômico – entre eles grande parte da classe média, os meios de comunicação privados, os partidos do *Pacto de Punto Fijo*, da Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) e da Igreja Católica – durou pouco. Mas foi um episódio que marcou profundamente a história do país.

Como explica Renato Rovai, “no caso da Venezuela, a novidade é que os meios de informação, por terem perdido esse espaço não só se colocaram em luta contra a força política no poder (...), mas organizaram e comandaram todo o processo de enfrentamento ao governo eleito e constitucional. Os veículos de comunicação comercial da Venezuela exerceram e continuam exercendo o papel de grande liderança e de articulação política da oposição. Mais que isso, tornaram-se o grande partido político dos descontentes com o governo e comandaram duas tentativas de golpe em menos de um ano”. (2003: 54)

Foram horas de uma guerra midiática travada de forma agressiva entre meios de comunicação hegemônicos e contra-hegemônicos, impulsionados por redes informacionais privadas, estatais e alternativas. Segundo o documentário “A Revolução não será televisionada”³⁹, a informação de que Chávez havia sido aprisionado e que não havia renunciado como alegavam os veículos privados se tornou conhecida em território venezuelano através do sinal a cabo da inglesa BBC.



Trechos da carta de renúncia atribuída a Chávez divulgada pelos canais privados.

³⁹ Produção de Power Pictures 2002 em associação com a Agência de Cinema da Irlanda.

Na Venezuela, os canais de televisão privados anti-Chávez eram – e são – Venevisión (canal 4), Televen (canal 10), RCTV (canal 2) e Globovisión (canal 33). Os principais jornais impressos opositores e de grande circulação são o *El Nacional* e *El Universal*.

A grande imprensa internacional seguiu a orientação hegemônica dada pelo governo norte-americano. Segundo relatou Rosa Mirian Elizalde⁴⁰, jornalista cubana, “para a CNN, ‘apenas alguns chavistas protestam diante de Miraflores’, mas a câmera mostra a entrada do palácio presidencial coalhada de boinas vermelhas. (...) Cinco horas depois de Cuba anunciar o acontecimento, outra câmera capta os militares bolivarianos na janela de Miraflores. A apresentadora de plantão rende-se enfim aos fatos, ainda que de modo oblíquo, visivelmente contrariada, admite (...): segundo o que nosso correspondente sugere, ocuparam o Palácio do Governo”.

No Brasil, a linha não era muito diferente. Segundo Rovai (2003: 99), no dia 12 de abril de 2002, a cobertura foi bastante especulativa e todos os meios apontavam que o governo de Chávez estava ameaçado. A tônica geral era de que havia caído mais um presidente impopular na América Latina.

A revista semanal *Veja*, conhecida por sua atuação panfletária sobre os temas que vão contra o pensamento único neoliberal, chegou às bancas defendendo o golpe. Publicação impressa de maior tiragem por edição do país, a revista beirou à comemoração. A edição de nº 1747 chegou às bancas anunciando “a queda do presidente fanfarrão” e na matéria, assinada por Raul Juste Lores, situada à página 43, julgava que “o destino dramático do presidente contém certa dose de justiça: há dez anos, quando era tenente-coronel do corpo de pára-quedistas, comandou uma sangrenta tentativa de golpe de Estado. Agora, sentiu na pele o peso da insubordinação nos quartéis”.

⁴⁰ Artigo publicado no jornal *Juventud Rebelde* citada na dissertação de mestrado de Renato Rovai.

O golpe mostrou ao governo que havia uma fissura em sua comunicação com a sociedade e que era preciso elaborar uma estratégia comunicacional da Revolução Bolivariana.

Conforme explica Ernesto Navarro⁴¹,

“Depois do golpe, que foi eminentemente um golpe midiático precedido por um bloqueio à informação que se gerava a partir do governo, uma das primeiras coisas que se analisa é que o governo não estava com uma política comunicacional estrutural. Então se decide criar o ministério de comunicação e informação”.

Segundo Navarro, nas eleições de 1998, a estrutura que existia para as comunicações se limitava a um Escritório Central de Informação que dependia diretamente do despacho do presidente. “O escritório estava encarregado basicamente de controlar as comunicações presidenciais. Era como uma assessoria de imprensa do presidente da República”, diz concluindo que era muito incipiente para confrontar os ataques da oposição.

Depois do episódio houve uma reorganização e redistribuição dos quadros políticos no processo bolivariano de forma a se repensar a estratégia para romper com o monopólio informacional dos veículos venezuelanos privados, cujos donos eram praticamente todos opositores ferozes à Revolução Bolivariana. Entre eles, destacadamente o magnata Gustavo Cisneros, que chegou a ceder um avião particular para transferir Chávez no golpe de abril.

“O governo de Carmona (...) teria concedido permissão para Chávez e sua família partir para outro país. Chávez teria escolhido Cuba. (...) A intenção era com isso sugerir aos manifestantes que Chávez os teria abandonado. Uma aeronave vai para a ilha La Orchila com a intenção de resgatar o presidente. É um avião civil, cedido pelo empresário Gustavo Cisneros”. (ROVAI; 2003: 98)

⁴¹ Entrevista à autora em 10 de agosto de 2005.

Segundo Octavio Ianni,

“O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose de mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’, em escala global” (2000: 67).

Na América Latina, a grande mídia é basicamente composta por três grupos poderosos que reproduzem o pensamento único neoliberal: o argentino Clarín, o venezuelano Cisneros e o brasileiro Marinho. Neste capítulo, apresentamos alguns elementos que possibilitam compreendermos a dimensão que o complexo informacional e propagandístico destas corporações têm na disputa hegemônica.

Também retomamos a orquestração do golpe de Estado midiático de abril de 2002 a partir das últimas referências bibliográficas acerca do tema. Por fim, apresentamos aspectos da nova política comunicacional do governo bolivariano, que foi reestruturada a partir da percepção de que neste momento de polarização era necessário um sistema integral de comunicação e informação capaz de promover a política comunicacional do governo associada à exaltação do ideário bolivariano, à divulgação e difusão da obra da administração pública, unificando o tratamento da informação nas mensagens e no estilo entre os corpos governamentais, reforçando o papel do Estado na contraposição ao uso da informação como conhecimento estrito de especialistas, na democratização da informação sobre a gestão pública, no cumprimento do mandato constitucional no que se refere a garantia da informação oportuna, veraz, imparcial e sem censuras, no desenvolvimento da democracia participativa e protagonista na gestão comunicativa do Estado⁴².

⁴² Segundo documento do Ministério de Comunicação e Informação datado de agosto de 2003 intitulado “*Sistema integral de comunicación e información – SICI*”

2.1 O poder midiático na América Latina

No cenário do mundo globalizado, as condições sob as quais se desenvolve a teoria e a prática da política se modificaram radicalmente. Os meios de comunicação de massa participam ativamente do processo de estratificação social e na reprodução das relações de classe.

Em seu artigo “O príncipe eletrônico”, Octávio Ianni recorreu à metáfora clássica de Maquiavel – na qual o príncipe é uma liderança política capaz de articular as qualidades de virtú e fortuna –, encontrada também em Gramsci – para quem o príncipe é o partido político –, para afirmar que neste momento histórico, o príncipe são as poderosas instituições de comunicação, imprensa, rádio e televisão.

“É uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes (...) sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo” (IANNI; 2000: 64).

Segundo ele, a mídia é o novo arquiteto do ágora eletrônico, no qual “todos” estão representados sem o “risco” da convivência nem da experiência.

“Cria-se o príncipe eletrônico que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros”. (2000: 63)

Usando a idéia dos aparelhos privados de hegemonia que compõem a sociedade civil, podemos afirmar que a empresa e a mídia são os principais aparelhos privados de hegemonia atualmente. Segundo Murilo César Ramos, entre estes aparelhos, a mídia se destaca por ser muito mais poderosa por ser

“Produtora e disseminadora de conteúdos jornalísticos, informativos em geral e de entretenimento, embebidos em sua virtual totalidade da lógica do consumo total, que é a principal força ideologicamente reprodutora do capitalismo”. (2005: 65)

Na disputa pela hegemonia, a mídia é a detentora do poder de construir a imagem de países, governos ou organizações junto à opinião pública ocidental. Estas entidades econômicas se mascaram dos valores agregados de neutralidade, imparcialidade e fidedignidade, para manter, de forma sem precedentes, a concentração da propriedade, o que provoca o monopólio de um reduzido número de megaempresas mundiais.

Além disso, há ainda o processo subjetivo de construção da hegemonia no qual, segundo Martín-Barbero (2003: 63), tendo a comunicação sendo percebida como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários, os meios de comunicação fazem parte decisiva dos novos modos como nos percebemos; o que significa que neles não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva.

Nesse sentido, o historiador francês Ignacio Ramonet explica que

“O que temos diante de nós não é o mundo da informação apenas, mas um universo bem complexo, no qual os atores principais da globalização, as grandes empresas, desempenham além do mais um papel muito importante no campo da informação”. (2003: 246)

O mundo atual é dominado por dois tipos de poderes, e nenhum deles é político.

“O primeiro é o poder econômico e financeiro. E o segundo é o poder midiático. Porque o sistema midiático, (...) é o aparato ideológico da globalização. É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização. Esse sistema ideológico, esse aparato ideológico global, é o aparato midiático em seu conjunto. Quer dizer, o que a imprensa diz a televisão repete, e não apenas os noticiários, mas também nas ficções, na apresentação de um tipo de modelo de vida que se deve apresentar”. (idem)

Neste cenário, a América Latina cumpriu durante muito tempo, um papel aliado à construção dessa hegemonia. Nas últimas décadas, nosso continente era visto como um conjunto de nações consideradas “terceiro-mundistas”, decadentes, periféricas, cujo desenvolvimento dependia diretamente da expansão do imperialismo norte-americano.

Desde o começo do século XIX, a política externa norte-americana tinha bem definida suas prioridades dentro do seu hemisfério. O objetivo era assegurar seu progresso e prosperidade interna, mas também garantir seus interesses externos na região, presentes desde 1823. Segundo Cristina Soreanu Pecequilo,

“Se, em 1898, os Estados Unidos inauguraram uma época de ativismo no sistema internacional global, pelo menos em nível hemisférico esse ativismo já fora precedido por duas importantes iniciativas de política externa, a Doutrina Monroe⁴³ (1823) e a I Conferência Pan-americana (1889), que deram origem aos temas básicos e permanentes do engajamento continental. No século XIX,

⁴³ A Doutrina Monroe foi uma política unilateral que veio justificar a intervenção norte-americana na área do Caribe, enquanto o pan-americanismo baseava-se em uma ideia de igualdade e cooperação.

essas duas iniciativas lançaram as idéias do hemisfério ocidental, ou das duas esferas (que se traduzem na afirmação ‘América para os americanos’) e do pan-americanismo”. (2003: 62)

É importante verificarmos que neste mesmo período emergia o pensamento de unificação, integração e cooperação dos Estados latino-americanos que se formulava no bojo do processo de independência das colônias espanholas. O Juramento de Roma, de Simón Bolívar, por exemplo, quando prometeu dedicar sua vida à independência da Espanha, foi feito em 15 de agosto de 1805. A Carta de Jamaica, em que o mesmo analisa a situação presente da América espanhola e indica as perspectivas do processo de independência, data de 6 de setembro de 1815. Já a convocação do Congresso de Panamá foi assinada por Bolívar, então chefe de Estado do Peru, em 7 de dezembro de 1824, em Lima, para ser enviada aos governos de Colômbia, México, Rio da Prata (Argentina), Chile e da América Central (Guatemala).

Carlos Mariategui, por sua vez, também estava publicando seus artigos sobre a unidade da América analisando os processos revolucionários que pulsavam pelo continente, o avanço do pensamento marxista e a conformação de partidos comunistas. Em junho de 1929, o pensador peruano enviava o artigo “O problema indígena na América Latina” à Primeira Conferência Comunista que se realizaria no mesmo ano.

No pan-americanismo dos Estados Unidos, ao contrário, havia uma suposição de cooperação e parceria política, econômica e até de segurança, mas sob o controle do império. Segundo Pecequillo, foi na América Latina que os Estados Unidos exerceram na prática a sua posição de poder hegemônico, simbolizado no Corolário Roosevelt⁴⁴ à Doutrina Monroe também conhecido como a política do “big stick”. Em 1904, nas Américas, assistiu-se à

⁴⁴ Segundo Ayerbe, o Corolário escrito pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) foi um manifesto precursor dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos.

“Reafirmação não só do sistema americano, como do império norte-americano. (...) O Corolário não trazia implícitas quaisquer reivindicações territoriais sobre a América Latina, mas assegurava aos Estados Unidos o direito de intervenção e interferência nos assuntos hemisféricos. Tal direito, e o papel de ‘polícia hemisférica’, seria exercido caso se comprovasse que uma nação era incapaz ou não desejava conduzir sua política de forma responsável, ameaçando a estabilidade do hemisfério”. (2003: 85)

Entre os acontecimentos que marcaram a política para a região nesse período, segundo Ayerbe, destacam-se a assinatura da Emenda Platt, em 1902, estabelecendo a tutela sobre Cuba e a autorização, em 1903, para a instalação da base militar de Guantânamo; o apoio à insurreição separatista do Panamá em relação à Colômbia, que culminou com a formação do novo Estado e a cessão, em novembro de 1903, do controle da zona do canal aos Estados Unidos; e o desembarque na República Dominicana em 1905, em aplicação do Corolário Roosevelt, assumindo a administração das aduanas com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa.

Assim, até 1930, avalia Pecequilo, a

“Lógica da tutela do poder dos Estados Unidos como caminho único para a ‘democracia e o livre mercado’ nas Américas era o orientador das políticas para a região, convertendo-se em uma série de intervenções diretas, não só políticas como militares. Entre 1898 e 1934, (...) os Estados Unidos lançaram mais de 30 intervenções militares na América Latina, com o envio de tropas para diversos países”. (2003: 87)

Os motivos das invasões eram – como hoje –, econômicos, mas também políticos, reafirmando a hegemonia norte-americana na região, com a eliminação da presença residual européia e a proteção dos interesses comerciais e financeiros de grupos privados norte-americanos, que sustentavam a expansão de seus mercados.

Desta forma, segundo Hernandez, os Estados Unidos intervieram⁴⁵ em Porto Rico (1824); Malvinas (1831); México (1845, 1847, 1876, 1912, 1914); Uruguai (1855, 1858, 1968); Nicarágua (1857, 1860, 1895, 1899, 1909, 1910, 1912); Panamá (1860, 1903, 1918, 1919); Haiti (1888, 1914, 1918); Chile (1891), Cuba (1898, 1906, 1912, 1916, 1919, 1961), República Dominicana (1904, 1912, 1914, 1965), Honduras (1907, 1910, 1912, 1919, 1923, 1924), Costa Rica (1917), e Guatemala (1954).

Esse período de consolidação da hegemonia do império norte-americano se estendeu até mais ou menos a Grande Depressão de 1929 e a crise econômica norte-americana e mundial que se seguiu, que reduziram a capacidade de projeção de poder e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina.

Paralelamente, na Europa,

“No seio da II Internacional Socialista, teóricos como Edward Bernstein, Rosa Luxemburg, Karl Kautsky e Vladimir Lênin, entre os principais, começaram a dar uma atenção especial ao estudo da nova dinâmica do capitalismo como premissa necessária à formulação de estratégias políticas capazes de dar resposta aos desafios da ordem em formação”. (AYERBE; 2002: 55)

Da mesma forma, na América Latina, ocorria o avanço de uma corrente marxista de pensamento de resistência ao imperialismo norte-americano, a partir de uma análise da realidade latino-americana. São exemplos Na década de 1920⁴⁶, começaram a surgir os primeiros partidos comunistas.

Com a Guerra Fria (1947-1989), a estratégia dos Estados Unidos na região se voltou, embora mantendo seus preceitos originais, à contenção da

⁴⁵ As datas correspondem apenas às intervenções militares.

⁴⁶ Pela ordem cronológica os primeiros foram Argentina (1918), México (1919), Uruguai (1920), Chile (1922) e Brasil (1922).

União Soviética e do comunismo e a expansão dos valores e ideais capitalistas. A partir de 1959, com a Revolução Cubana, o império optou pelo endurecimento de suas posturas com o descolamento não apenas de um governo aliado, mas que mostrava a possibilidade real de avanço do comunismo na América Latina em meio ao cenário de desestabilização política que já vinha de longa data.

Como analisa Pecequilo,

“Mais do que uma simples conquista para o bloco oriental, Cuba foi dotada de toda uma simbologia especial e passou a representar o declínio da influência norte-americana, abrindo as portas para a penetração do comunismo em todo o hemisfério, em claro desafio à liderança dos Estados Unidos e à Doutrina Monroe. (...) Para os países em desenvolvimento na América Latina, Cuba também aparecia como uma ‘promessa’ de reforma econômica e política interna, respondendo a duas de suas aspirações tradicionais: uma melhor vida para as massas e a capacidade de determinar seu próprio destino”. (2003: 223)

Em 1961, o presidente John Kennedy lançou a Aliança para o Progresso (Alpro), uma espécie de Plano Marshall para a América Latina que procurava retomar a ofensiva política e estratégica, impedindo novos avanços soviéticos. Mas dois anos depois, com o seu assassinato, a estratégia perdeu espaço havendo um deslocamento do eixo das preocupações norte-americanas para a Ásia, mais especificamente o Vietnã.

“Em substituição à Alpro, os norte-americanos voltaram a uma estratégia já experimentada nos anos 50, a destituição de regimes percebidos como de esquerda e o apoio aos governos de direita na América Latina, independentemente de seu caráter autoritário. Em 1961, os Estados Unidos invadiram a República Dominicana; em 1962, apoiaram os golpes na Argentina (e depois em 1966) e Peru, seguindo-se, em 1963, Guatemala, novamente República Dominicana, Equador e

Honduras; Brasil em 1964, e Chile em 1973, retomando seu padrão de intervenção e interferência”. (PECEQUILO; 2003: 226)

Segundo Hernández (1975: 97), além das intervenções e agressões armadas diretas, os Estados Unidos favoreceram golpes de estado na região, mantendo uma política de pressões, bloqueios e agressões econômicas. “Estes fatos são demonstrados muito claramente em cada ocasião em que a exploração norte-americana esteve ameaçada de sofrer um enfraquecimento como produto do avanço revolucionário dos povos. Mas estes fatos são só os mais visíveis; há muitos mais que se sucedem diariamente, que (...) fazem parte da estratégia imperialista de travar qualquer movimento progressista e de aumentar cada dia a exploração em benefício das companhias imperialistas.

Em 2004, o sociólogo James Petras analisou a então classificação dos governos latino-americanos pelos Estados Unidos baseada não apenas na disposição para adotar as políticas neoliberais orientadas por Wall Street (pólo financeiro) e por Washington (pólo político), mas na habilidade para implementá-las e assegurar-lhes legitimidade política. Segundo o artigo, os últimos na avaliação são Venezuela e Cuba, mas não exatamente pelos mesmos motivos.

“Para Washington, a Venezuela está negativa, mas nem tanto para Wall Street. Esta diferença, entre os dois organismos, tem a ver com a política heterodoxa do presidente Chávez. As dívidas são pagas em dia aos bancos de Wall Street; ele tem sido um fornecedor leal de óleo⁴⁷ para os EUA mesmo durante a guerra imperialista; não nacionalizou nenhuma propriedade dos EUA ou impôs redução de tarifas. A equipe econômica neoliberal e suas políticas são vistas como positivas em Wall Street”. (PETRAS; 2004: 202)

⁴⁷ É importada da Venezuela a maior parte do petróleo usado nos Estados Unidos.

Petras ressalta que Chávez demitiu os mais influenciáveis e corruptos executivos pró-Wall Street da companhia estatal de petróleo, desviando lucros para investimentos em desenvolvimentos internos, ou seja, nos programas sociais do governo – as missões –, instituiu controles para limitar fuga de capitais e lucros, lícitos e ilícitos, para os bancos dos EUA e para os investidores em propriedades imobiliárias.

Já para Washington a classificação do líder bolivariano é totalmente negativa.

“Derrotou a CIA dirigida por ‘agentes’ venezuelanos e políticos de Washington – clientes econômicos que por duas vezes tentaram destituir o presidente eleito. (...) Chávez tem tomado posição crítica com relação à guerra dos EUA ao terrorismo, ao Plano Colômbia e à Alca, em nome da paz, da anti-militarização e da integração latino-americana. (...) Venezuela tem mantido a comercialização e as relações diplomáticas com Cuba. Na visão de mundo da dupla Rumsfeld-Wolfowitz⁴⁸, a Venezuela precisa ‘mudar o governo’” (PETRAS; 2004: 203).

No continente sul-americano, os aparelhos privados mais poderosos representantes das elites orgânicas são: as organizações Globo (Brasil), o Grupo Clarín (Argentina) e o Grupo Cisneros (Venezuela).

No Brasil, as organizações Globo são a mais poderosa corporação midiática que monopoliza a audiência em todas as áreas das telecomunicações no país. É detentora da TV Globo, composta por cinco emissoras de televisão mais 68 afiliadas, cinco jornais impressos de grande circulação (O Globo, Diário de S. Paulo, Extra, Expresso e Valor Econômico – este com 50% de participação do Grupo Folha), seis rádios nas principais capitais do país (Rádio Globo FM, Rádio Globo AM, Rede Mundial AM, CBN SP/RJ/BH, 98 FM e BH FM), uma editora (Editora Globo) de revistas de distribuição nacional, uma gráfica (Gráfica Globo Cochrane), duas empresas de

⁴⁸ Respectivamente secretário e vice-secretário de Defesa do primeiro governo de George W. Bush.

transmissão de TV a cabo (Sky Brasil - 47% em parceria com Direct TV/News Corporation - e NET), vários portais de serviços na internet, além de uma produtora cinematográfica (Globo Filmes).

A primeira empresa das Organizações Globo surgiu em 1911 com o jornal carioca “A Noite”. Em 1925, Irineu Marinho fundou seu segundo jornal, O Globo. Em 1944, Roberto Marinho (que assumiu o controle do conglomerado após a morte de seu pai) inaugurou a Rádio Globo.

O processo histórico de implantação da Rede Globo foi bastante apoiado pelas diretrizes da política oficial de radiodifusão que garantiu o predomínio das empresas privado-comerciais. Desde 1964, segundo Daniel Herz, graças a essa política, a radiodifusão e a imprensa no país “passaram a ser fortemente oligopolizadas, especialmente devido à moderna dinâmica de produção que foi imposta pela Rede Globo”. (1991: 17)

Segundo informações da própria empresa coletadas em janeiro de 2007, a Globo possui 121 emissoras entre geradoras e afiliadas em todo o país. Só a TV Globo atinge 99,84% dos 5.043 municípios brasileiros e possui uma média de 74% de share (audiência) no horário nobre, 56% no matutino, 59% no vespertino e 69% no horário noturno.

O Grupo Clarín é o grupo de meios de comunicação líder na Argentina e um dos principais de fala espanhola. Com capital aberto, majoritariamente argentino, tem presença em meios escritos, rádio, televisão por ar e cabo, produção audiovisual, indústria gráfica e internet. Em 27 de dezembro de 1999, o Goldman Sachs, antigo banco de investimento norte-americano, ingressou no grupo como sócio minoritário com 18% de participação.

A história do Grupo se inicia em 1945, ano da fundação do jornal Clarín de Buenos Aires por Roberto Noble. Dirigido desde 1969 por sua esposa, Ernestina Herrera de Noble, o Clarín é hoje um dos jornais de maior circulação do mundo no idioma espanhol.

No começo dos anos 90, o grupo ingressou no mundo da rádio e televisão. Hoje é titular de um dos dois canais de televisão aberta líder de audiência da Argentina (ARTEAR / Canal 13), e de estações de rádio em AM (Mitre) e FM (99,9).

O Grupo Clarín também edita o jornal esportivo Olé (o primeiro da Argentina), uma revista infantil e a edição local da revista Elle. O grupo é dono de uma das mais importantes gráficas da América do Sul (AGR) e também participa em uma rede de jornais regionais (Cimeco), na indústria de papel (Papel Prensa) e em uma agência de notícias nacionais (DyN).

No mundo audiovisual, produz sinais de cabo (TodoNoticias e Volver, entre outras), canais e eventos esportivos (TyC Sports), ciclos televisivos e obras cinematográficas. Também tem presença na distribuição de conteúdos através de Multicanal, um dos maiores sistemas de cabo da América Latina. Possui também uma empresa (Prima) de provedor de acesso e conteúdo de internet com presença no país e em outros países da região. Segundo informações do grupo, seus sites reúnem mais da metade dos registros de visitas em páginas argentinas na rede.

Mas a maior fortuna entre estes três conglomerados latino-americanos é a do venezuelano Gustavo Cisneros. Cisneros está em 114º lugar na lista dos 500 mais ricos do mundo da revista Forbes⁴⁹, com 5 bilhões de dólares. É a segunda maior fortuna do continente, atrás apenas do brasileiro Joseph Safra, cujo montante é contabilizado em 7,4 bilhões de dólares. No total, o venezuelano possui cerca de 70 empresas estabelecidas em 40 países que empregam aproximadamente 37 mil pessoas.

“Quando o patriarca Diego Cisneros morreu, em 1980, a família já era poderosa. Entre as propriedades estava a Venevisión, rede de televisão líder de audiência e que havia tornado Dom Diego, como

⁴⁹ Apesar da lista ter incluído entre seus milionários o presidente cubano Fidel Castro, como parte da constante campanha anti-socialista, ela é uma referência.

gostava de ser chamado, eminência parda de todos os governos venezuelanos e o homem mais influente do país”. (ROVAI; 2003: 61)

A Organização Cisneros é acionista majoritária da Univisión, principal grupo de mídia nos Estados Unidos em língua espanhola, que possui 18 estações nos Estados Unidos e tem a maior audiência entre a comunidade latina do país; e também da Direct TV Latin América, que oferece 325 canais de TV paga via satélite para a América Latina e o Caribe, a *holding* tem participação acionária na *Chilevisión*, Caracol Televisão (Colômbia) e na *Caribbean Communications Network*.

Associados a *Hicks Muse, Tate & Furst*, os Cisneros participam da aliança ibero-americana de investimentos *Ibero-American Media Partners* (IAMP) que nasceu em 1997 com capital de 500 milhões de dólares para comprar negócios de comunicações na América Latina, na Espanha e em Portugal. As emissoras do grupo produzem e distribuem mais de 19 mil horas de programas em espanhol e português por ano para 40 milhões de lares em 21 países em três continentes. É um gigante midiático.

A organização atua ainda em outros setores, sendo também uma das líderes do mercado de bebidas da América Latina, com fornecimento para mais de 100 milhões de consumidores da região. Os Cisneros são donos ainda da Panamco, a maior engarrafadora da Coca-Cola fora dos Estados Unidos.

Em 1998, a organização se aliou à América Online com o objetivo de controlar os serviços de internet da América Latina⁵⁰. Rovai avalia que

“Esta ambiciosa combinação de internet e televisão em nível continental garante ao grupo uma extraordinária influência na vida cotidiana de aproximadamente 500 milhões de latino-americanos”. (2003: 62)

⁵⁰ A empresa tem atuação no Brasil, México, Porto Rico e Argentina.

Nessa parceria, cruzam-se as redes de informação do grupo Cisneros com a CNN, AOL e *Time Warner*. Como explica Rovai, “a CNN, primeiro canal noticioso televisivo 24 horas criado por Ted Turner, modifica sua atuação em outubro de 1996 quando a *Turner Broadcasting System, Inc.* se funde minoritariamente com o conglomerado Time Warner, Inc., que, entre outros ativos, controla a revista mundial *Time* e a revista de negócios *Fortune*. Em 11 de janeiro de 2001, a *Time Warner* acaba realizando outra fusão, dessa vez com a América Online, que obtém o controle da maioria das ações. A CNN se torna assim administrada pelo AOL, com a qual os Cisneros haviam realizado *joint venture* em 1998”.

Segundo Renato Rovai (2003: 63), no cenário político, para Cisneros nunca houve muita diferença entre AD e Copei, os dois partidos do *Pacto de Punto Fijo*. Amigo e interlocutor de todos os presidentes que governaram, o autor comenta que no bojo do debate da renegociação da dívida externa durante a gestão do presidente Jaime Lusinchi, este teria pedido a mediação de Gustavo Cisneros devido ao seu contato pessoal com os banqueiros. Por essa ajuda, o magnata e seus amigos passaram a gozar de vantagens que incluíam uma taxa de câmbio preferencial de dólar para importações e exportações.

Para analisarmos o príncipe eletrônico latino-americano é preciso citar ainda o papel das agências internacionais de notícias. As principais advêm de França (*France Press*), Inglaterra (BBC), Espanha (EFE) e Estados Unidos (*Reuters* e *Association Press*), e mantém correspondentes em países considerados importantes segundo o poder hegemônico. Na prática, estes profissionais são enviados aos países que recebem enorme quantidade de investimentos estrangeiros ou onde as transnacionais querem atuar de forma “mais livre”. Ou seja, são aquelas mesmas nações consideradas pela grande mídia como antidemocráticas e onde não existe liberdade.

Estas fontes de informação atuam na disputa pela hegemonia defendendo ideologicamente o bloco a qual pertence: o das elites orgânicas.

Segundo Gramsci,

“Todo grupo social, (...) cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc”. (2004: 15)

A estes exemplos, podemos somar o jornalista, que sustenta subjetivamente a ideologia da classe dominante. O objeto de trabalho do jornalista, a informação, é lapidado de acordo com os interesses do capital.

Conseqüentemente, na América Latina, encontramos um noticiário internacional comum, homogêneo e linear nas grandes mídias. Nos jornais impressos, por exemplo, são poucas as páginas destinadas aos acontecimentos em outras partes do mundo. Os espaços maiores trazem informações sobre os países que estão diretamente relacionados com políticas norte-americanas e européias, como o Iraque. Sobre o nosso continente, adotam-se notas bem resumidas colocadas lateralmente.

Nas editorias de cobertura internacional, os jornalistas têm muitas vezes apenas a função de redator, traduzindo e editando o material que vem da agência, mantendo a fidelidade editorial – e ideológica – com o “serviço”. Por isso, sabemos mais sobre o sistema político norte-americano e temos mais acesso ao discurso do primeiro-ministro britânico Tony Blair na Câmara dos Comuns em Londres, no lugar de nos informarmos mais sobre os fatos políticos, econômicos e sociais na Argentina, Uruguai, Chile ou no Paraguai. A não ser que ocorra um fato que diga respeito diretamente aos interesses hegemônicos.

Entretanto, verificamos que a disputa pela hegemonia no continente é mais presente nas páginas dos jornais venezuelanos do que nos brasileiros. O acompanhamento sobre a situação na Colômbia, por exemplo, se

faz bastante presente. Nos textos – que na sua maioria não são assinados, nem possuem referências claras de qual agência o forneceu – não se apresenta uma relação direta entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o presidente Hugo Chávez, mas há a sustentação do tensionamento entre os governos⁵¹ e os projetos de desenvolvimento que implementam em seus países.

No jornal venezuelano *El Universal*, por exemplo, são destinadas ao caderno “Internacional” uma média de três páginas, seguintes às quase dez páginas do noticiário nacional. Entre os assuntos que recebem maior destaque estão Oriente Médio, Estados Unidos e Europa com os maiores espaços. No meio do caderno também aparecem os espaços publicitários, que chegam algumas vezes a ocupar uma página inteira. Para os países *hermanos*, destinam-se, em geral, colunas laterais.



Na capa da edição de 09/08/2005, dois dias depois das eleições municipais, entre as manchetes do jornal estão:

- “EUA ressalta deficiência de Venezuela na luta antidrogas” (1ª coluna à direita da parte superior da página)

- “Washington revisa eventual corte de envios venezuelanos de petróleo” (2ª coluna à direita da parte superior da página)

- “Tentáculos das FARC no Paraguai” (2ª coluna na parte inferior da página)

⁵¹ Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, é um dos principais aliados do governo norte-americano de George W. Bush na região, tendo sido um dos primeiros a assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) descumprindo o acordo entre os países membros da Comunidade Andina de Nações – CAN.

Na página 1-9, capa do caderno Internacional, a principal notícia é a das FARC: “As FARC estão no Paraguai”. A foto é de um soldado numa cadeira de rodas caminhando ao lado de uma coroa de flores escrito “Paz”. A legenda é: “Soldados feridos em combates contra a insurgência de esquerda e direita colocam uma oferenda floral pela paz”. O texto, que cita a AFP uma vez, afirma que, segundo o Exército colombiano e o comandante do Plano Patriota – plano patrocinado pelos Estados Unidos que usa o pretexto do narcotráfico para eliminar as guerrilhas armadas –, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estariam recrutando estrangeiros nas zonas fronteiriças.



Duas colunas com três parágrafos de texto, que também cita uma vez a AFP, têm o título “Rebeldes na Venezuela assegura Colômbia” e afirmam que as “autoridades colombianas asseguraram que os presentes guerrilheiros das FARC, autores de um atentado com uma bicicleta bomba que deixou uma morte e 29 feridos no departamento fronteiriço de Arauca, se escondem em território venezuelano”. O tema é delicado entre os dois países e é citado comumente pela oposição, que junto com o governo colombiano e os Estados Unidos, sustenta que Hugo Chávez apóia as FARC.

Em seguida à matéria principal, na mesma página, vêm logo abaixo quatro boxes:

- À esquerda: “Crise política no Brasil não danificará conquistas de Lula”. O texto, que possui duas colunas de texto e cita a AFP uma vez, trata do desgaste político do governo Lula no Brasil.

- À direita: “Estudam em Nova Iorque efeito de eventual ataque químico”. O texto, que cita também a AFP uma vez, traz informações sobre um teste

realizado em Nova Iorque para saber *“de que forma se espalharia uma substância química ou biológica em caso de atentado terrorista”*.

- Abaixo à direita: *“Derrubada de Palácios ameaça Equador”*. O texto, que cita a AFP uma vez, informa sobre a ameaça da saída do presidente Alfredo Palácios caso os gigantescos protestos populares se mantenham. *“Manifestantes clamam pelo regresso de Rafael Correa”*, então ministro da Economia.

- Abaixo à esquerda: *“Protesto explosivo”* (foto legenda: *“Camponês chinês, doente de câncer terminal, se imolou dentro de um ônibus na cidade de Fuzhou em protesto pelo alto custo dos serviços médicos. A bomba, de fabricação caseira, rompeu os vidros dos negócios próximos ao transporte e deixou 31 pessoas feridas”*).

Destaca-se a forma com que o jornal cita suas fontes, diferente do padrão adotado no meio jornalístico. A citação da fonte é introduzida no texto como se fosse uma declaração a mais, e não a agência de informação que forneceu o conjunto daquelas informações. Aparentemente, todas estas matérias usaram como fonte de informações a agência AFP, mas não podemos fazer essa afirmação com total certeza.

Nas colunas laterais, está a seção “Breves Internacional”:

[Chapéu e título da nota]

(Textos na íntegra)

- *Cidade do México, México – “Apóiam diálogo”*

“O governo de Vicente Fox reiterou que apóia o diálogo político empreendido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), informou AFP”.

- *Miami, Estados Unidos – “Tempestade às portas”*

“Irene’, a nona tempestade tropical da temporada de furacões do Atlântico, se formou nas últimas horas. “Harvey” se debilita, revelou EFE”.

- Tegucigalpa, Honduras – “Luta antidrogas”

“A chanceler da Colômbia, Carolina Barco e o presidente hondurenho, Ricardo Maduro, acordaram fortalecer a luta antidrogas, assinalou AFP”.

- Madri, Espanha – “Emergência latente” (com foto)

“Os incêndios que têm arrasado grandes extensões no noroeste do país têm sido controlados, mas outros dois despontaram ao sul, manifestou AP”.

- Buenos Aires, Argentina – “Menem aspira”

“O ex-presidente Carlos Menem ganhou sua candidatura para optar a senador, destacou EFE”.

- Nações Unidas – “Primeiro detido”

“O funcionário Alexander Yakovlev foi detido ao ser acusado pela corrupção do organismo no Iraque, expressou EFE”.

- Santiago do Chile, Chile – “Processam militares”

“Três generais e onze ex-agentes do regime de Augusto Pinochet foram processados pelo desaparecimento de oito esquerdistas em Villa Grimaldi, indicou AP”.

- Moscou, Rússia – “Agradecem ajuda” (com três ilustrações que se seguem abaixo da nota com imagens de mapa que localiza onde estava o submarino, outra que informa as dimensões do robô britânico e outra com os dados do submarino)

“O presidente Vladimir Putin agradeceu ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair, o papel que jogou o grupo de especialistas do Reino Unido no resgate de um batiscafo russo, disse EFE”.

A página seguinte é a última do caderno e tem a manchete: *“Irã retoma conversão de urânio”*. A foto é de oito técnicos com feição apreensiva em torno de um latão escrito “radioativo”. A legenda é: *“Iniciaram os trabalhos de enriquecimento de urânio na central Ispahan, apesar da oposição*

internacional”. A matéria cita como fonte a AFP e apresenta do lado direito a “Expectativa mundial” (textos na íntegra):

- *“AIEA: O Conselho da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA) se reunirá com caráter de urgência em Viena a pedido dos europeus e lançará uma advertência severa a Irã. A AIEA vigia as atividades em Teerã desde fevereiro de 2003, depois do descobrimento de atividades nucleares”.*

- *“Estados Unidos: Consultará com seus aliados o ‘passo apropriado’ a tomar em resposta à decisão iraniana de retomar sua atividade nuclear, desestimando a proposta da tríade européia, anunciou o Departamento de Estado”.*

- *“Reino Unido: ‘Lamentamos a decisão do Irã de rechaçar a proposta da tríade européia, formada por França, Reino Unido e Alemanha’, segundo o secretário de Estado de Exteriores, Ian Pearson”.*

- *“França: O ministro francês de Exteriores, Philippe Douste-Blazy, lamentou o rechaço pelo Irã da oferta européia para resolver o contencioso sobre o programa nuclear iraniano e considerou ‘não convincentes’ os ‘pretextos’ aduzidos por Teerã para rechaçá-la”.*

- *“Alemanha: O ministro alemão de Relações Exteriores, Joschka Fischer, considerou ‘para evitar um desenvolvimento errôneo com conseqüências desastrosas’ desta decisão”.*

Abaixo da foto, duas colunas em destaque esclarecem: *“Sem permissão para trabalhar”*. Como podemos observar, a matéria traz a opinião do império norte-americano, que incluiu o Irã no chamado “Eixo do Mal”⁵² e vem – desde que o governo anunciou sua decisão soberana de continuar as pesquisas para conversão de urânio para bens pacíficos –, procurando desgastar a imagem iraniana no cenário internacional.

⁵² Grupo de países inimigos da democracia e da liberdade, segundo o Departamento de Estado norte-americano.

No jornal *El Nacional* a linha geral é a mesma. O caderno destinado a esta cobertura, chamado “Internacional e diplomacia”, possui média de quatro páginas sendo que entre elas há, normalmente, uma página inteira de publicidade.



Ao analisarmos a edição do mesmo dia (09/08/2005), entre as manchetes da capa, encontramos:

- “EUA debate eventual corte de fornecimento de petróleo venezuelano” (1ª coluna à direita da parte superior da página)
- “Bush assinou lei contra dependência energética” (2ª coluna à direita da parte superior da página)

-Petróleo a ponto de romper barreira histórica de \$ 64

- “Lula adverte: ‘Se alguém falou terá que pagar’”

Na página A10, capa do caderno “Internacional e Diplomacia”, a principal notícia é sobre a crise no governo brasileiro. A manchete é “Lula: quem falou terá que pagar”. O texto possui informações das agências ANSA-EFE-AFP-AP. A foto, da Reuters, traz Lula e a legenda: “O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva nega que seu governo esteja paralisado pela crise”. Acima da manchete, uma faixa composta por cinco colunas com sete linhas de texto e uma foto informa: “Líder do EZLN embaraça intelectuais mexicanos”, sobre as eleições mexicanas.

Ao lado direito da matéria de Lula estão duas colunas de texto assinado por Ana Elena Azpurua (que não é identificada corretamente como jornalista, editorialista ou comentarista nem de que país de origem): *“Chancelaria pede a Washington esclarecer acusações”*, que trata do pedido pelo governo venezuelano de que o governo dos Estados Unidos esclareça suas declarações de que o país estaria desestabilizando a região.



Na parte debaixo da página, a matéria com maior destaque é: *“Colômbia evitará que narcos participem em negociações de paz”*, que trata da estratégia do governo para incentivar a desmobilização dos paramilitares, pela Lei de Justiça e Paz, então recém aprovada, e os guerrilheiros no país pelo Plano Patriota, que conta com a ajuda financeira do governo norte-americano na ordem de mais de 6 bilhões de dólares. O texto cita como fontes as agências DPA e EFE e traz uma foto do presidente Uribe com uma jovem, que tem a legenda: *“Uribe entregou um reconhecimento a um grupo de estudantes universitários que se destacaram por seu desempenho acadêmico”*.

A coluna do lado esquerdo da página diz *“SIP protesta por pressões a jornalistas estadunidenses”*. O texto da EFE informa sobre o caso da jornalista presa por não revelar suas fontes da CIA.

A coluna do lado direito da página informa *“Venezuelanos negociarão por proteção nos EUA”*. O texto da EFE diz que os venezuelanos que emigraram para os Estados Unidos estão negociando um tipo de proteção temporal. No terceiro parágrafo, traz a declaração de um membro da Organização de Venezuelanos em Exílio (Orvex): *“A Revolução Bolivariana de*

cunho Castro-comunista, que impede o livre desenvolvimento dos venezuelanos em seu próprio país, tem provocado que milhares de pessoas busquem seus sonhos e metas fora do nosso território. Isso tem trazido uma situação nova: a do exílio”.

Na página A11, a matéria principal é *“Alarme mundial pela decisão nuclear iraniana”*. O texto da EFE e da DPA traz a mesma linha editorial da matéria do *El Universal*. A foto com os três homens tem a legenda:



“Técnicos observam um inspetor do Organismo Internacional de Energia Atômica, enquanto trabalha na central Isfahan, ao sul de Teerã”. Do lado direito, um box traz *“As reações”*: *“Londres preocupado”*; *“Paris denuncia violação”*; *“Berlim pede cautela”*; *“Washington apelará”*.

A matéria traz ainda uma ilustração *“Polêmicas instalações”* com o mapa do país e a localização das centrais nucleares, fábricas de transformação de urânio, de pesquisa nuclear e das minas de urânio.

A faixa superior da página composta por cinco colunas de texto e uma foto de um policial agarrando um homem tem o título *“Sharon ratificou seu plano de retirada de Gaza”*.

Na parte debaixo da página, do lado esquerdo, tem a matéria *“Detido ex-funcionário da ONU por corrupção em programa de ajuda ao Iraque”*. O texto da EFE traz informações sobre a investigação sobre o esquema de corrupção no programa de ajuda ao Iraque da ONU Petróleo por Alimentos.

Uma foto legenda no meio da parte inferior da página traz um soldado sob uma tempestade de área. Com o chapéu “*Natureza contra*”, o texto informa que a tempestade obrigou a data da reunião de líderes políticos iraquianos para analisar o acordo para a nova Constituição.

Ao lado direito, vem o box sob o título “*Despedidos advogados de Saddam*”, com informações da ANSA sobre o julgamento do ex-presidente iraquiano.

A última página do caderno, A12, tem como matéria principal “*Londres e Washington advertem sobre atentados na Arábia Saudita*”, com as agências AFP, Reuters, AP e ANSA como fontes. A foto, da AP, traz a imagem de homens armados de pé e muçulmanos sentados ao chão como se fossem reféns. A legenda é “*Agentes armados das forças de segurança sauditas protegem alguns dos lugares sagrados muçulmanos no reino*”. O texto informa que ambos governos asseguram que um grupo terrorista está na fase final de preparação de uma onda de ataques no país, “*em participar contra ocidentais e lugares vinculados a eles*”.



A faixa superior da página, com cinco colunas e uma foto, sem fonte, diz “*Putin agradece a Blair resgate da tripulação*”, sobre o episódio do submarino russo.

Na coluna do lado esquerdo, “*Koizumi adiante eleições no Japão*”. Logo acima do texto, a foto do então primeiro-ministro japonês, e a legenda:

“Junichiro Koizumi dissolveu a Câmara Baixa”. O texto, da DPA, informa sobre a decisão oficial do conselho de ministros do Japão, que convocou eleições para o dia 11 de setembro.

Na coluna do lado direito, vem o título *“Ex-presidente da Mauritânia quer voltar ao poder”*. O texto, das agências DPA e EFE, traz informações sobre o golpe de Estado que havia acontecido no país há uma semana.

Na parte debaixo da página, ao lado esquerdo, vem *“Madri começou a aplicar medida de arraigo trabalhista”*. O texto, da AFP e da EFE, informa sobre os novos direitos trabalhistas que os imigrantes na Espanha passaram a ter após a aprovação de nova legislação no dia anterior.

Na parte debaixo da página, ao lado direito, vem *“Altas temperaturas causam estragos na Espanha e Portugal”*, que traz informações sobre a onda de incêndios que ocorreram nos países devido às altas temperaturas. A ilustração traz o mapa da região e as localidades onde ocorreram os incidentes. Texto da AFP e EFE e a ilustração da AFP.

Como podemos observar, existe uma unidade de linha editorial em ambos jornais, que constrói uma realidade internacional a partir das agências hegemônicas, aparatos ideológicos que sustentam os interesses do capital, sob uma cobertura carregada de maniqueísmos – como no caso da cobertura sobre a situação na Colômbia, que não cita a opinião do governo venezuelano – e que reflete o mundo sob olhos europeus e norte-americanos, induzindo os leitores ao epistemocentrismo, como se houvesse apenas essa matéria de conhecer.

2.2 Golpe e contragolpe na Venezuela

Em 11 de abril de 2002, setores detentores do poder econômico venezuelano, apoiados política e financeiramente pelo governo norte-americano –, realizou um golpe de Estado no país. A estratégia havia sido formulada meses antes e contou com uma campanha de desgaste da imagem do governo e do presidente Hugo Chávez. Para isso, estes setores golpistas usaram do seu poder hegemônico sobre os meios de comunicação privados – principais canais de televisão, jornais, revistas, rádios e agências internacionais de notícia – para construir uma realidade não verdadeira.

O início do conflito se deu na disputa eleitoral de 1998. Segundo o editorialista Clodovaldo Hernandez, do *El Universal*⁵³,

“As resistências dos veículos comerciais de informação a Hugo Chávez se iniciaram já na disputa eleitoral. (...) Desde quando Hugo Chávez despontou nas pesquisas de opinião articulou-se uma reação da mídia para impedir seu crescimento. Quando os meios perceberam que a eleição dele era inevitável, tentaram uma aproximação. Como não conseguiram, voltaram a atacá-lo”.

Blanca Ekhout, então diretora da *Catía Tve* e hoje diretora da *Vive TV*, cita uma campanha em que se buscava assustar o eleitor:

⁵³ Citado por Rovai (2003: 59)

“Uma cabeça de ser humano era cortada e jogada numa frigideira com óleo muito quente. Ao fundo uma voz anunciava: ‘se Chávez ganhar, muita gente vai perder a cabeça’”⁵⁴.

Ao assumir o poder, Chávez foi procurado pelos derrotados numa tentativa de cooptar o líder popular para o campo da elite orgânica. Em uma entrevista coletiva realizada em 26 de janeiro de 2003, o presidente lembrou:

“Fiquei num programa de televisão durante quatro horas ao vivo após minha vitória. Até músicos tocando harpas entraram no estúdio. Não tinha mais o que dizer nem eles o que me perguntar, mas insistiam para que eu ficasse. Mostraram uma foto minha de quando era neném e estava pelado brincando. (...) Fizeram de tudo para me agradar e depois enviaram mensageiros para tentar se aproximar. Mas, quando comecei a escolher o ministério, passaram a me chamar de golpista”⁵⁵.

Segundo Rovai, que participou da entrevista coletiva, Chávez ainda revelou ter recebido, nos primeiros dias do seu governo, um enviado dos meios de informação do país que lhe apresentaram uma série de indicações para o governo, entre elas, a do futuro ministro das Comunicações.

Em 2002, a popularidade de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana já era imensa. Apesar das investidas da grande imprensa, que usava – e usa – de linguagem panfletária e dramatizada para criticar tudo com relação ao governo. O documentário “A Revolução não será televisionada” mostra alguns trechos de falas de jornalistas de canais de televisão privados que provam isso. Um deles mostra uma âncora afirmando ser necessário uma “transição” no país, “sem Chávez, obviamente”. Em outro vídeo, um comentarista afirma que Chávez “tem uma relação freudiana, sexual, com Fidel” e atesta sua insanidade. Esse nível de julgamento moral é bastante comum na mídia privada do país e é ainda hoje um dos recursos mais

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem.

utilizados por estes setores oposicionistas ao governo como veremos no próximo capítulo.

O documentário mostra que o presidente percebia que a comunicação do governo estava incipiente com relação à ofensiva dos grandes meios contra suas políticas sociais. Sete meses antes do golpe, numa reunião em que se discutiam os micro-créditos para as cooperativas, Chávez comentou que estava percebendo que seus ministros não estavam valorizando adequadamente a divulgação dos avanços do governo. “Não divulgamos as conquistas, os planos em marcha, mostrar os resultados. Todo dia sai na imprensa que o país está afundando. Temos que ir a televisão local”.

Outro elemento importante na orquestração do golpe de 11 de abril de 2002 foi a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos venezuelanos. Membros do governo norte-americano manifestaram diversas vezes preocupação com “a situação” no país, supostamente antidemocrática e cujo governo era colaborador dos narco-terroristas da Colômbia.

Por sua vez, Hugo Chávez não se intimidava com a campanha internacional. Em 2001, a política internacional norte-americana se voltava ao combate contra o terror, localizado especificamente no Afeganistão. Em seu programa *Aló Presidente*, Chávez criticava a ação imperialista que estava deixando dezenas de civis mortos e sua brutalidade injustificável.

Segundo o jornalista venezuelano Brito García, desde o começo da gestão, Chávez iniciou uma política de fortalecimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Até então, os gerentes da empresa impunham uma estratégia de dumping para baratear o petróleo, quebrar os aliados do cartel petrolífero e forçar a privatização da indústria. Chávez reverteu tudo isso, contribuiu para a elevação dos preços e designou o venezuelano Alí Rodríguez presidente da OPEP. (2004: 34)

Em 10 de dezembro de 2001, a Confederação de Trabalhadores de Venezuela (CTV), controlada pela AD, a empresarial *Fedecámaras* e os

partidos de oposição convocaram uma paralisação geral sem muito êxito. Em fevereiro de 2002, entretanto, a decisão do governo de mudar a cúpula da direção da PDVSA acirrou os ânimos da oposição. A direção da empresa estatal era composta por representantes do antigo Pacto de *Punto Fijo*.

Maringoni explica que

“A atividade petroleira criou uma casta apartada da sociedade. Seus vencimentos, costumes e modo de vida são balizados pelos padrões das grandes transnacionais do setor. Os executivos ganham em dólar. As chefias (...) formaram um duríssimo foco de resistência a qualquer tipo de reforma. Sentem-se inseguros e ao mesmo tempo relutam em perder espaços conquistados. Os cargos mais altos eram nomeados pelo presidente da empresa, sem nenhuma interferência do Ministério ou da Presidência da República”. (2004: 183)

Em 15 de março de 2002, a CTV convocou uma paralisação das atividades da PDVSA que atingiu o complexo Paranaguá, o maior em refino de gasolina do mundo, produzindo 955 mil barris por dia. Segundo Rovai (2003: 69), o tema foi tratado como questão de Estado pela imprensa local e mais da metade do noticiário jornalístico era reservado ao assunto com o objetivo de mostrar Hugo Chávez como um inconseqüente e louco.

Em 9 de abril de 2002, a CTV convocou novamente uma paralisação nacional e os meios de comunicação privados participam da convocação da paralisação de forma unânime e abrumadora, segundo García. (2004: 35)

“*El Nacional* dá ampla cobertura ao chamamento da greve em manchete na primeira página. De uma vez anuncia a suspeita cumplicidade entre a agremiação dos trabalhadores e o sindicato patronal. ‘Empresários em pé de luta’, subtitula o jornal, afirmando que ‘o setor privado do país agrupado na *Fedecámaras* prepara sua artilharia’”. (GARCÍA; 2004: 37)



Âncora defende um governo de transição sem Chávez⁵⁶

A campanha foi protagonizada pelos cinco principais canais de televisão – RCTV⁵⁷, *Venevisión*, *Televen*, *Globovisión* e *CMT* –, que colocaram no ar uma programação voltada exclusivamente a desgastar a figura do presidente e aumentar a participação dos venezuelanos.

Rovai (2003: 63) analisa que um show midiático foi criado para justificar o golpe no dia 11 de abril e a escolha das lideranças políticas das manifestações fazia parte do roteiro da orquestração, que usou a imagem da união entre trabalhadores e empresários – através dos presidentes da entidade dos empresários *Fedecámaras*, Pedro Carmona, e da CTV, Carlos Ortega – para transmitir a falsa idéia de que a sociedade venezuelana estava unida contra um ditador.

As passeatas contra o presidente Hugo Chávez aconteceram nos dias 9 e 10 de abril e as emissoras de televisão transmitiam intensamente. No dia 11 as emissoras chegaram a ficar quatro horas ao vivo sem abrir espaço comercial nas transmissões da marcha.

⁵⁶ Imagem captada do documentário “A revolução não será televisionada”.

⁵⁷ No final de 2006, o governo anunciou que não vai renovar a concessão deste canal que termina em maio de 2007.

O ponto alto do show midiático no dia do golpe foi a encenação na Ponte Laguno. A emissora de Cisneros, *Venevisión*, transmitiu uma montagem de cenas e de dissimulação de manifestantes golpistas que davam a entender que chavistas estavam atirando nos marchistas da oposição. As imagens foram transmitidas unissonamente por todos canais privados no país e retransmitidas pelo mundo afora.



Encenação na ponte Laguno foi fundamental para o golpe

Andrés Izarra, então chefe de produção da RCTV⁵⁸, a orientação naquele momento era de que não se transmitisse nada com relação aos apoiadores do governo, apenas da oposição. Discordando dessa ordem superior, o jornalista pediu demissão. Dois anos depois, Izarra assumiria o cargo de ministro de Comunicação e Informação do governo.

Segundo o jornalista Pedro Ibañez, que trabalhou no departamento que cuidava de toda área de comunicação de publicidade do canal, houve manipulação grosseira também no canal RCTV.

“Dois dias antes do golpe, Chávez foi à cadeia nacional para dizer que havia mortos e tudo mais. Na televisão, dividiram a imagem em duas telas. De um lado, Chávez falando. Do outro, a imagem dos

⁵⁸ Entrevista gravada no documentário “A Revolução não será televisionada”.

mortos. Essa imagem havia sido feita por uma composição gráfica dois dias antes. Eu vi e outros a viram quando a estavam fazendo”.⁵⁹

Após a intensa massificação do que a mídia privada chamava de “massacre”, onde morreram 20 pessoas, o passo seguinte da orquestração foi um pronunciamento do almirante Héctor Ramírez Pérez que, em nome das Forças Armadas, deu um ultimato à Chávez para que deixasse o cargo. Segundo Rovai (2003: 78), Ramirez se tornou a nova estrela do show midiático e chegou a ser apontado pela CNN como o líder máximo das Forças Armadas no país.



Ultimato do coronel, gravado na casa de um jornalista da RCTV⁶⁰

Ibañez lembra que

“As rádios que escutei mantiveram o noticiário gravado e o repetiam várias vezes. Não havia notícia imediata. Era tudo gravado. E na televisão, a *Venevisión*, que fica no estado Miranda, ameaçou os funcionários do Canal 8. Diziam ‘essa gente do canal 8, vamos tirá-los do ar. Vamos para lá!’. E no canal 8 se deram conta que haveria um confronto e abandonaram as instalações. Ficou tudo só. Foi feio. Foram três dias de pesadelo”.⁶¹

⁵⁹ Entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

⁶⁰ Imagem captada do documentário “A revolução não será televisionada”.

⁶¹ Idem.

O golpe se concretizou na madrugada do dia 11 para o dia 12, uma sexta-feira. Chávez foi levado do Palácio Miraflores para o Forte Tiúna e de lá para uma prisão na ilha de La Orchila onde ficou incomunicável. O dia começou com todas as emissoras privadas anunciando o novo presidente da República, o empresário Pedro Carmona, um homem “sério e competente”.

As reportagens sobre Carmona ocuparam as emissoras simultaneamente com os destaques às manifestações de apoio internacional, entre elas, a de Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca:

“Os detalhes ainda não estão claros, mas sabemos que ações encorajadas pelo governo de Chávez provocaram a crise. De acordo com as informações que temos, o governo tentou suprimir um protesto pacífico da população”. (ROVAI; 2003: 81)

Fleischer ainda parabenizou a polícia e os militares venezuelanos por terem se recusado a acatar as ordens do governo e a endossar o papel do governo em violar os direitos humanos.

Mas o apoio do governo dos Estados Unidos aos setores golpistas era anterior ao golpe, chegando inclusive a enviar recursos financeiros sob o pretexto de incentivar o desenvolvimento da democracia naquele país⁶².

Segundo García,

“A *National Endowment for Democracy* (NED), entidade privada que financia com fundos federais à oposição venezuelana, durante o conflitivo ano de 2002 financia a *Acción Campesina* com 35 mil dólares; a *American Center for International Labor Solidarity* (vinculado à corrupta Confederação de Trabalhadores da Venezuela - CTV) com \$116.001; a

⁶² O governo dos Estados Unidos usa deste mesmo artifício para sustentar a oposição ao governo cubano.

associação civil *Consortio Justicia del Estado Táchira* com \$11.000, e logo com \$84.000, à associação civil *Asamblea de Educación* com \$57.000; à associação civil *Justicia Alternativa* com \$10.000; ao *Center for International Private Enterprise* com \$90.561 e com \$66.266 e \$116.525 para apoiar a CTV e a *Assembléa de Ciudadanos*; também doa \$63.000 para o *Centro a Servicio de la Acción Popular* (Cesap); \$11.000 para a *Fundación Justicia de Paz* do Estado Monagas; \$25.000 para o *Instituto de Prensa y Sociedad*; \$299.999 para o Instituto Internacional Republicano; \$64.000 para *Momento de la Gente* e \$50.000 para o *Instituto Democrata Nacional para Asuntos Internacionales*”. (2004: 173)

Pedro Ibañez conta que

“No dia seguinte ao golpe me pediram para fazer uma peça publicitária onde se dizia que Venezuela voltava a liberdade, enaltecendo o 11 de abril, ‘nos livramos do ditador’. O noticiário abriu de manhã e a primeira notícia era um poema onde dizia que o amarelo era a riqueza e o vermelho era o sangue dos compatriotas que caíram ontem em nome da liberdade. Havia todo um aparato”.⁶³

Às seis da manhã, o programa televisivo⁶⁴ “24 Horas”, apresentado pelo jornalista Napoleón Bravo, confirmou e contou detalhes da orquestração do golpe com os convidados Carlos Molina Tamayo, vice-almirante que participou diretamente do golpe, Víctor Manuel García, diretor da empresa de pesquisas Cifra, e Leopoldo López, prefeito do distrito de Chacao (região nobre da capital). Todos agradeceram às emissoras *Venevisión*, *RCTV*, *Televen*, *Globovisión* e *CMT*, e não se intimidaram em narrar como fizeram a gravação do pronunciamento do general Pérez na casa de um dos jornalistas presentes.

⁶³ Em entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

⁶⁴ Gravação consta no documentário “A revolução não será televisionada”.



*Participantes do Programa 24 horas elogiam articulação dos meios privados*⁶⁵

“Se acabou!” foi a manchete gigantesca do jornal *El Universal* no dia 12 de abril.

No Brasil, além da manifestação explícita da revista *Veja*, como já vimos, o jornal *O Estado de São Paulo* também defendeu o golpe:

*“O que ocorreu na Venezuela não foi um simples golpe de Estado que tirou do poder o coronel Hugo Chávez. Foi – assim como ocorreu no Brasil em 1964 – uma reação cívica a um governo que, eleito em pleito livre, em consequência do cansaço popular com partidos que já não tinham representação e se excediam na corrupção, se esmerou, uma vez no poder, em eliminar progressivamente todo e qualquer vestígio daquilo que se poderia chamar de institucionalidade democrática”.*⁶⁶

A primeira página do “Jornal do Brasil” deste sábado (12/04) trazia “Venezuela se une e depõe Chávez”, seguida pela linha-fina “Presidente cai em meio a protestos de milhares de manifestantes e rebelião de militares”.

⁶⁵ Imagem captada do documentário “A revolução não será televisionada”

⁶⁶ Citado por Maringoni (2004: 43)

Na matéria de uma página inteira, a chamada era *“Generais forçam renúncia de Chávez”*⁶⁷.

Na noite de sexta-feira (12), a Rede Globo produziu um Jornal Nacional especial sobre a situação na Venezuela. Segundo análise do professor Gilson Caroni Filho⁶⁸, a emissora mostrou os franco-atiradores da RCTV e ouviu comentaristas, entre eles o cientista político Fernando Abrúcio, que recomendou

“Que sirva de alerta aos brasileiros neste ano de eleição! (...) É bom lembrar que é preciso colocar a democracia no lugar do salvacionismo. Mas tem que resolver a questão econômica e social, talvez com mais paciência e menos demagogia. O terreno é fértil para um discurso de salvação fácil”.

Em seguida, entrou o cineasta Arnaldo Jabor, segurando uma banana:

“Eu ia dizer que a América Latina estava se rebanalizando, com o Hugo Chávez no seu delírio fidelista (...). Os norte-americanos não conseguem nos achar sérios e democratas. É mais fácil nos rotular de incompetentes e ditatoriais. Mas aí, hoje, o Chávez caiu. Só que os militares entregaram o governo a um civil democrata. (...) Talvez a América Latina tenha entendido que a idéia de romper com tudo, do autoritarismo machista, só dá em bananada. (...) Por isso acho boa notícia a queda de Chávez. Acordamos mais fortes hoje e eu já posso ‘desbananizar’ a América Latina”.

Mais tarde da noite, no Jornal da Globo, depois de saber das medidas antidemocráticas do novo governo, a apresentadora Ana Paula

⁶⁷ Segundo artigo de LUCCHESI, Ivo. “O golpe de Estado e o noticiário” publicado no Observatório da imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq170420021.htm>)

⁶⁸ Citado por Rovai (2003: 100)

Padrão ouviu do então comentarista William Waack sobre o posicionamento dos Estados Unidos:

“As posições do ex-presidente venezuelano de fato irritaram os americanos. Há insistentes comentários de que Chávez gostava de se meter na política dos países vizinhos. E parece que além de apoio político, nada discreto, Chávez teria dado facilidades militares aos guerrilheiros colombianos das FARC. (...) O estilo mandão de Chávez prova que a era do populismo não funciona. (...) Chávez prova uma lição que o restante da América do Sul aprendeu já há algum tempo: quem trata a democracia como ele tratou, desrespeitando instituições e preferindo mandar com a bota em vez de dialogar, não deve ficar espantado ao ser varrido do poder”.

Ainda no sábado, a revista *Época* (edição 204) também chegou às bancas confirmando a opinião em bloco da mídia brasileira. Segundo Rovai (2004: 105), em matéria de capa com quatro páginas internas, a linha editorial foi semelhante à de *Veja* e comparou especificamente à queda do presidente argentino De La Rúa, alegando que Chávez havia sido derrubado depois que a população “esgotou todas as reservas de paciência com o que julgava errado no governo.

A essa altura, a disputa pela hegemonia estava praticamente sendo travada através dos meios de comunicação. Por isso, na Venezuela, a etapa seguinte dizia respeito a calar os meios alternativos.

“O novo governo de Pedro Carmona nem estava instalado e várias rádios e TV’s comunitárias e todos os veículos de comunicação alternativa haviam sido invadidos e tirados do ar. (...) A Televisão Nacional, do governo, também foi dominada pela Polícia Metropolitana que é comandada por um opositor de Chávez, (...) e ficou calada durante todo o golpe. Só havia a versão das emissoras comerciais”. (ROVAI; 2003: 83)

A famigerada liberdade de imprensa que a oposição tanto reivindicava – e reivindica ainda hoje – estava inexistente. Blanca Ekhouit avalia que esse “movimento midiático” tinha duas finalidades: estimular que os apoiadores do novo governo saíssem às ruas e que os chavistas se escondessem por medo:

“Eu assistia a isso tudo. Era uma agonia. As emissoras mostravam ataques a casas de chavistas, eles sendo presos aos gritos de assassinos. Era um linchamento ao vivo, sendo tratado como algo democrático, natural. A ponto de uma apresentadora de TV pedir que todos que conhecessem alguém que tivesse apoiado o governo denunciassem, ligassem para a TV ou para a Polícia Metropolitana”.⁶⁹

Neste mesmo dia, chegou às mãos do procurador geral da nação Isaias Rodriguez um bilhete de Chávez assinado afirmando que não havia renunciado. Ao contrário do que era a expectativa da grande mídia, que o procurador anunciaria sua renúncia ao cargo, os principais canais de televisão entraram com sinal ao vivo na coletiva em que ele denunciou a prisão de Chávez. A transmissão teve o sinal logo cortado, mas foi o suficiente para que a população se organizasse para pressionar pela restauração da democracia.

As afirmações de Rodríguez foram transmitidas para vários países causando grande repercussão internacional, o que foi fundamental para que alguns países, entre eles os pertencentes ao Grupo do Rio – que estava reunido na Costa Rica –, se pronunciassem exigindo respeito ao Estado de Direito na Venezuela. (ROVAI; 2003: 89)

Da mesma forma que os meios de comunicação cumpriram papel essencial para a concretização do golpe contra Chávez, a articulação para o restabelecimento da democracia entre os militantes de movimentos populares, dos Círculos Bolivarianos e dos partidos de esquerda usou de uma espécie de

⁶⁹ Citada por Rovai (2003: 84)

guerrilha informativa contra-hegemônica para disputar o noticiário e mobilizar a população para ocupar as ruas.

Segundo Blanca, os que tinham internet se comunicavam com gente do mundo inteiro e se interavam a respeito de como outros governos estavam tratando o golpe, uma vez que as emissoras privadas apenas veiculavam as manifestações de apoio à Carmona⁷⁰.

Aram Ahorianian, então editor do *The Question* e hoje diretor da *Telesur*, conta que

“Fui para os morros ver o que estava acontecendo e fiquei impressionado. As pessoas juntavam dinheiro em grupos para comprar cartões e ficar ligando para colegas e lideranças de outros bairros para avisar o que estava acontecendo e organizar a reação que incluía fazer panelaços e descer os morros para pressionar pela volta de Chávez”.
(ROVAI; 2003: 95)

Na madrugada do dia 12 para o dia 13, nos bairros populares, primeiro de forma tímida e depois mais intensa, começou um grande panelaço que se prolongou por várias horas. Os habitantes dos morros, segundo Maringoni (2004: 39) de forma espontânea, se dirigiam para as imediações de Miraflores e para as proximidades do Forte Tiúna, onde acreditavam estar o presidente deposto.

A programação das emissoras de rádio e televisão privadas, que um dia antes tinha sido tão pródiga em exaltar os feitos e atos do “governo de transição”, emudeceu diante dos protestos. Exibiam sucessivos desenhos animados e programas de auditório, como se reinasse uma tranquilidade absoluta em todos os estados.

Ibañez lembra que

⁷⁰ Além dos Estados Unidos, Colômbia, Peru e Espanha também pronunciaram apoio ao governo de Carmona.

“O sábado 13 amanheceu com todos os canais televisores transmitindo um filme ou programa do reino animal. Já havia rumores que Chávez regressava. Quando as pessoas começaram a se ligar pelo telefone dizendo que Chávez estava voltando. Minha irmã e eu saímos às ruas. Eu tinha que trabalhar e nós fomos buscar uma coisa para comer mas não havia nada porque as pessoas estavam fazendo compras nervosas. Elas achavam que ia acontecer um *Caracazo*, um caos social. Quando fomos pela rua vimos as caravanas de pessoas de vermelho com bandeiras e os seguimos. Aí chegamos ao Forte Tiuna, onde todos se reuniam porque Chávez regressava. Isso era como meio-dia de sábado 13. E nos canais de televisão não havia nada sobre isso. À noite, era 1h da madrugada e nós fomos de lá para o Canal Oito (a estatal *Venezolana de Televisión* - VTV). E um jornalista de guarda de uma rádio privada estava dando um boletim sobre o que estava acontecendo e dizia no ar ‘não se preocupem porque há poucos grupos de pessoas nas ruas, a situação está normal’. E as ruas estavam arrebitadas de pessoas por todos os lados. E nunca publicaram nada. Apenas no dia seguinte que a imprensa escrita conseguiu sair e publicar, mas a conta gotas. Ninguém assumiu a responsabilidade de noticiar que Chávez havia regressado”⁷¹.

A CNN também teve o seu papel na cobertura falaciosa do golpe. Segundo a jornalista cubana Rosa Mirian Elizalde⁷², o correspondente da CNN dizia o contrário do que se via nas imagens. Para a CNN, apenas “alguns chavistas” protestavam diante de Miraflores enquanto a imagem mostrava a entrada do palácio presidencial cheia de pessoas. Só cinco horas depois de Cuba anunciar os acontecimentos, a apresentadora de plantão da CNN admitiu que haviam ocupado o Palácio do Governo.

Enquanto a situação do governo golpista se complicava, os meios privados de informação e as principais agências internacionais buscavam outra

⁷¹ Entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

⁷² Citada por Rovai (2003: 97)

pauta. Tentaram forjar outra situação: que o governo havia concedido permissão para Chávez sair do país e que ele e sua família haviam decidido ir a Cuba, sugerindo que o presidente estava abandonando os manifestantes que exigiam seu retorno.

Enquanto isso, os jornais diários brasileiros ainda maquiavam o golpe na edição de domingo (13/04/2002). A capa da Folha de S. Paulo destacou: *“Militares depõem Chávez; civil toma posse e dissolve poderes”*. Já o Jornal do Brasil trazia: *“Militares prendem Chávez, fecham Congresso e assumem poder no país”*⁷³.

Na noite de sexta-feira, militares no Forte Tiúna já haviam manifestado desacordo com as medidas autoritárias de Carmona. Usando um megafone, de cima de um tanque, o general Garcia Carneiro disse à multidão que o retorno de Chávez que as Forças Armadas não apoiavam o golpe de Estado, não concordavam com o fato de Carmona ter violado a Constituição e queria sua renúncia. (MARINGONI; 2004: 41)

Na manhã de sábado, a 42ª Brigada de pára-quedistas, em Maracay, a 108 quilômetros da capital, tornava-se o centro da resistência entre os militares com o apoio guarnições de Carabobo e Guarico, e da Base Aérea de Libertador, em Grande Caracas. A rebelião se tornou pública e em poucas horas chegou ao Palácio Miraflores, onde o regimento da Guarda de Honra, fiel a Chávez, retomou o palácio por volta das 14h40.

Chávez retornou ao poder na madrugada de sábado, 13, para domingo, 14, às 3h30. Na frente do palácio, mais de 500 mil pessoas festejaram sua chegada. E em discurso transmitido pelo canal estatal, avalia:

“Ficou mais uma vez demonstrado que aqui há dois países: um real e outro virtual. O país virtual vocês viram aqui mesmo neste salão, há poucas horas. O país virtual montou uma conspiração, com o

⁷³ Citados no artigo de LUCCHESI, Ivo. “O golpe de Estado e o noticiário” publicado no Observatório da imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq170420021.htm>)

desespero da aventura, desrespeitando a todos. Mas o país real finalmente se impôs, pois tem nas mãos as bandeiras da razão, da verdade e a força infinita da fé”. (MARINGONI; 2004: 45)

Na grande imprensa brasileira, a volta de Chávez ao poder recebeu um tratamento bem menos destacado do que a de sua retirada, com poucas exceções. A revista *Veja*, por exemplo, que havia dado capa ao tema, na semana seguinte (edição 1748) traz a matéria na página 50 sob o título “O coronel voltou” com a linha fina “*Fracasso do golpe dá a Chávez nova chance de tentar reconciliar o país que ele dividiu*” e ainda o lead “O coronel Hugo Chávez, quem diria, encontrou alguém que tem menos apreço pela democracia do que ele próprio”, referindo-se a Pedro Carmona.

O texto – que, como a maioria das matérias na revista, não é assinado –, sustenta a versão de que os companheiros de Carmona trouxeram Chávez de volta por se sentirem assustados com o autoritarismo do empresário. Em uma legenda, afirma: “*Chávez, em seu retorno triunfal: o amigo de Fidel foi salvo pelos democratas*”.

Já para a revista *Época* (edição 205), o golpe sofreu uma “*reviravolta espetacular*” graças ao apoio irrestrito de militares de baixas patentes e um grande contingente de pobres que “*o idolatram como o primeiro presidente a dar atenção aos seus problemas*”. O texto, assinado pelo mesmo jornalista da edição anterior, também destaca o envolvimento de integrantes do governo norte-americano.

Na Carta do Editor, Paulo Moreira Leite ensaiou uma justificativa para a matéria anterior: “*A imprensa mundial foi apanhada no contrapé durante a crise na Venezuela. Época não foi exceção*”, atribuindo o “erro” ao velho problema da ausência de tempo nas redações.

Rovai analisa que não foi só a mídia privada brasileira que, com raras exceções, fez uma cobertura deturpada sobre a primeira tentativa de golpe de Estado na América Latina no século XXI.

“Veículos comerciais de vários pontos do planeta trataram a deposição de Chávez no golpe midiático-militar com festa. Todos tinham como referência a versão dos meios de informação da Venezuela, que era agente principal do golpe. (...) A cobertura informativa sobre a Venezuela, tanto na mídia brasileira como na de outras partes, já estava comprometida antes de o 11 de abril acontecer. O país virtual já havia sido criado bem antes do golpe. Chávez já há muito tempo apresentado pelos principais veículos de informação como um presidente impopular e incoseqüente. E prestes a cair”. (2004; 111)

Portanto, a orquestração do golpe contra o presidente Chávez na Venezuela deixou evidente a relação intrínseca entre os grupos econômicos, nacionais e transnacionais, e as corporações midiáticas, venezuelanas e mundiais, cujos personagens, como explica Gramsci (2004: 18), integram as categorias especializadas no exercício da função de intelectual, formadas historicamente em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo, em conexão com os grupos sociais mais importantes, sofrendo elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

Capítulo 3

Os desafios de uma nova comunicação possível

O debate sobre a necessidade de uma nova comunicação, capaz de disputar a hegemonia não apenas dos meios de comunicação, mas do pensamento único neoliberal, se tornou uma prioridade do governo. Após a concretização do golpe de 11 de abril de 2002 orquestrado midiaticamente, pôde-se compreender a dimensão que tem o papel dos meios de comunicação na disputa pela hegemonia.

Como pudemos observar, o príncipe eletrônico (IANNI; 2003: 75) pode ser percebido como o “intelectual orgânico” dos blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial, e dispõem de influência quase decisiva sobre os meios de comunicação, informação e propaganda, seja na mídia eletrônica ou impressa. E não é homogêneo nem monolítico, uma vez que é composto pelas divergências, concorrências e as próprias “disputas internas” que refletem os interesses e obstruções dos setores sociais que o compõem.

Ou seja, é

“Um intelectual orgânico coletivo, já que sintetiza a atividade, o descortínio e as formulações de várias categorias de intelectuais: jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, técnicos e engenheiros, psicólogos e publicitários; todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, nacional, regional e mundial”. (IANNI; 2003: 76)

Como afirma José Arbex (2003: 385), a espetacularização do mundo atenua as fronteiras entre os gêneros “jornalismo”, “entretenimento” e “publicidade”, produzindo telejornais que adotam a linguagem das telenovelas e das peças publicitárias, novelas que fingem ser “documentários” ou “reportagens” sobre comunidades culturais e movimentos sociais, e o que dizem ser os problemas do mundo contemporâneo.

Na Venezuela, essa confusão de categorias midiáticas é muito comum. A *Venevisión* de Cisneros é uma das maiores produtoras e exportadoras de telenovelas da América do Sul, junto com a emissora mexicana Televisa e a brasileira Rede Globo. A mesma linguagem dramática e romanceada típica da estética das novelas é usada também nos telejornais venezuelanos. É um recurso encontrado não apenas na *Venevisión*, mas em todas as emissoras privadas, criando uma atmosfera de tensão e medo no telespectador. Inclusive na *Globovisión*, que se auto-intitula o único canal aberto voltado exclusivamente ao jornalismo.



Apresentadores de Grado 33 transmitido às 20h00 diariamente

A estética da maioria dos programas televisivos ditos jornalísticos na mídia privada é constituída pela fórmula: apresentadores (homens e mulheres) brancos e atraentes, transparecendo tensão e preocupação (como se um *Caracazo* pudesse acontecer a qualquer momento), cuja pauta é voltada

a narrar e avaliar acontecimentos do noticiário nacional – com destaque para o que diz e faz o presidente Hugo Chávez –, e, ao fundo, uma curta trilha musical que lembra os filmes de suspense ou mesmo de terror que se repete continuamente enquanto os locutores falam.

O programa “*Grado 33*”, transmitido pela *Globovisión*, é um exemplo desse falso jornalismo. Apresentado por Norberto Mazza e Maria Elena Lavaud, o programa – que tem patrocínio da Movistar, a maior operadora de telefonia do país segundo a Conatel⁷⁴ – é composto por cinco blocos e tem duração de uma hora. O cenário simula um estúdio jornalístico, com televisões e mapas. Os dois apresentam o programa de pé e vão narrando os fatos políticos como se fosse uma novela. O programa usa muitas imagens de líderes da oposição, deputados governistas e do presidente Chávez.

No dia 8 de fevereiro de 2006, por exemplo, o programa⁷⁵ pautou uma avaliação sobre as eleições municipais que haviam ocorrido dois dias antes no país. Foram ouvidos líderes dos partidos da oposição, *Copei* e *Primero Justicia*, que disseram que Chávez era um “déspota” e que a eleição foi fraudada. Em seguida, entrou um psiquiatra que, segundo o apresentador, ia avaliar como “tudo isso” influi na vida e nas emoções dos venezuelanos.

Segundo o especialista, o cidadão sente medo e isso tem conseqüências perigosas. Decorrente da ambigüidade de notícias, ele tem seu “senso crítico reduzido” e se ilude achando que as coisas estão realmente melhores. Mas a sensação é de que algo vai acontecer a qualquer momento, que o país vai se levantar. E finalizou dizendo que “*o importante é sabermos que em qualquer situação só quem pode resolver é o indivíduo*”.

Em seguida voltou à apresentadora para finalizar o programa conclamando: “*O cidadão tem duas alternativas: se entregar à indiferença ou se organizar e lutar nesta nova etapa*”.

⁷⁴ Segundo relatório da *Comisión Nacional de Telecomunicaciones* (Conatel) referentes a 2006, a Movistar possui 42,5% do mercado.

⁷⁵ Segundo gravação realizada pela autora.

Outro elemento que compõe a subjetividade da sociedade venezuelana é um profundo machismo. A Venezuela é um dos países que participa ativamente dos concursos de mulheres mais bonitas do mundo, tendo uma das melhores classificações no *ranking* mundial. O país venceu cinco vezes o Miss Mundo e quatro vezes o Miss Universo, além de ter chegado 15 vezes à final deste último. Para muitos venezuelanos, homens e mulheres, isso é motivo de orgulho nacional.

Nos países da América do Sul o padrão de beleza ainda reproduz perversamente o olhar europeu e norte-americano, principalmente com a globalização da indústria cultural, forçando uma descaracterização das sociedades latinas, cujos traços originais pertencem – em sua grande maioria – aos inúmeros povos indígenas.

Na Venezuela, como na maioria dos países do continente, as mulheres consideradas belas, segundo os critérios imperialistas, provêm das classes dominantes. Em uma sociedade altamente midiaticizada, em que realidade e ficção se misturam prejudicialmente, muitas destas mulheres se tornam militantes da oposição, dentro e fora do país.

Entre as figuras mais conhecidas podemos citar Pilín León, miss Mundo 1981 que se tornou ícone do *paro* petroleiro⁷⁶. Destaque nas manifestações que ocorreram na Praça Altamira (zona leste da capital onde estão localizados os bairros nobres da capital, se tornou o centro das manifestações públicas da oposição), foi homenageada pela oposição que deu seu nome a um navio-tanque petroleiro que foi peça chave na greve.

Outra militante ativa é Maria Conchita Alonso, primeira finalista do Concurso de Miss Venezuela em 1975. Atriz e cantora, protagonizou várias

⁷⁶ Durante dezembro de 2002 e janeiro de 2003, altos funcionários da PDVSA, apoiados pela Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) e *Fedecámaras* praticamente paralisaram a economia do país com uma paralisação que durou 63 dias. A produção de petróleo caiu de 3 milhões de barris diários a 150 mil e o PIB do país caiu 17%. O governo demitiu 18 mil dos 42 mil funcionários da empresa e colocou na presidência o ex-guerrilheiro Ali Rodrigues (hoje no cargo de chanceler), além de ter reformado a estrutura da empresa.

novelas na RCTV. Desde 1982 vive em Los Angeles (Califórnia), onde passou a atuar em Hollywood. É uma das líderes da Organização de Venezuelanos em Exílio (Orvex), que realiza protestos periodicamente em Washington contra o terrorismo na Venezuela e em Cuba. Tanto Conchita quanto a Orvex contam grande espaço na mídia hegemônica.



Inserção de Conchita em jornal da Globovisión/CNN espanhol

Para Pablo Antillano⁷⁷, jornalista que se posiciona em oposição ao governo, a sociedade venezuelana está enfrentando profundas mudanças que envolvem uma contradição entre a democracia e o que chama de *mediocracia*, que para ele é muito mais poderosa. Segundo ele, este novo conceito envolve a substituição das instituições, a manipulação de fatos e a construção de processos políticos, sociais e culturais a partir da imagem.

Antillano compara a democracia e a *mediocracia* e comenta: Na democracia, a verdade surge dos fatos e de análises; na *mediocracia*, a verdade a tem quem mostrar mais vídeos. Na justiça da democracia, o acusado tem direito a um defensor e é inocente até que se prove o contrário; na *mediocracia*, a imagem é acusadora, prova e carrasca, e a condenação é irreparável e inapelável. Na democracia, os líderes vão às comunidades; na *mediocracia*, vão aos programas de opinião. Na democracia, os indivíduos

⁷⁷ Artigo “La mediocracia”, Todo em Domingo, 19-05-02, p. 06. Citado por García (2004: 176)

dizem o que os cidadãos pensam; na *mediocracia*, os cidadãos dizem o que os meios pensam. Na democracia, os jornalistas vão atrás dos personagens; na *mediocracia*, os personagens perseguem os jornalistas.

Na Venezuela, a polarização política venceu há muito tempo o tabu da isenção jornalística. Apesar do falido golpe e da repercussão negativa em todo o mundo, a oposição não se constrange em manter a tática ofensiva através dos meios de comunicação privados.

Em 2004, por exemplo, o jornal *El Nacional* lançou, pelo selo editorial “Debate”, a coleção “*Actualidad*” na qual publicou artigos assinados por intelectuais anti-chavistas que eram colunistas do jornal. Entre eles “*La revolución como espectáculo*”, da filósofa e professora da Universidade Central de Venezuela (UCV) Colette Capriles; “*Contra Chávez*”, do jornalista Pedro Llorens; e “*Hugo Chávez sin uniforme, una historia personal*”, da jornalista Cristina Marcano e do roteirista e professor da UCV Alberto Barrera Tyszka. Este último chegou ao Brasil com uma versão em português lançada pela editora Objetiva, cujo proprietário é Roberto Feith, jornalista, editor e ex-funcionário da Rede Globo.



Capa dos três livros da Debate, selo editorial do *El Nacional*

O prólogo de “Contra Chávez”, assinada pelo professor da *Universidad Central de Venezuela* (UCV) Jesús Sanoja Hernández, explica que o autor

“Analisa ou psicoanalisa a personalidade do presidente através de sua linguagem, oralmente pródiga, mas desprovida de escritura, o que explica o transbordamento emocional, às vezes limítrofe com a falta de limite, a irracionalidade e alguma outra palavra de perigosa menção. Llorens nos apresenta um personagem impulsivo e contraditório, verborréico, apaixonado por si mesmo, que diz hoje o que amanhã desdiz, capaz de invocar, segundo amanheça o dia, a Fidel e a Cristo (...). Para Llores, *Aló Presidente* (o falatório, o blá blá blá, a improvisação, o desbordamento emocional, o narcisismo oral) reflete a personalidade de Chávez. (2004: 7)

O historiador Vicente Lecuna, que escreveu o prólogo de “*La revolución como espectáculo*”, o livro é uma

“Lâmpada solitária que ilumina a aparatosa construção de uma nova hegemonia autocrática. Aqui não há titulares, não há sentido comum nem escândalos. Nada de farábulas, nem nenhuma teoria sobre algum complô secreto internacional de ciência ficção que tenha como tema a renda petroleira e esta improvável revolução”. (2004: 7)

O ex-guerrilheiro Teodoro Petkoff, ex dirigente do MAS, e proprietário do jornal *Tal Cual* de oposição ao governo, escreveu o prólogo de “*Hugo Chávez sin uniforme*”, em que comenta:

“Quando Gabriel García Márquez finalizou o texto de sua entrevista com Hugo Chávez deixou no ar a dúvida. Tratava-se realmente de um revolucionário ou terminaria sendo mais um desses déspotas nos quais este continente tem sido tão pródigo? Seis anos mais tarde, Alberto Barrera Tyszka e Cristina Marcano, depois de um estudo pela vida de Chávez e suas peripécias, fecham este livro

fazendo-se esta mesma pergunta. (...) Pois antes de tudo e acima de tudo, o militar, o briguento, o *showman*, Hugo Chávez é um político; cada uma de cujas performances artísticas está consciente, deliberada e estreitamente colocada a serviço de um indissimulado objetivo político”. (2004: 7)

Mas não foram apenas os proprietários das corporações midiáticas que se posicionaram. A tensão social passou a repercutir de forma maniqueísta entre os profissionais dos meios de comunicação privados e públicos, considerados opositores e apoiadores do governo.

Durante o *paro* petroleiro de dois meses, por exemplo, funcionários dos canais de televisão privados anti-chavistas chegaram a agredir fisicamente profissionais das estatais. Zayda Pereira⁷⁸, jornalista da estatal *Venezolana de Televisión* (VTV), conta que no dia 19 de novembro de 2002, minutos antes que saísse a marcha opositora da Praça Altamira, que sua equipe foi agredida fisicamente por um jornalista responsável pela comunicação dos militares dissidentes.

“Meu câmara (...) estava na praça pegando suas tomadas e quando voltou para onde estávamos, (...) estava com a câmara presa e (...), Arturo Vilar o pegou, o atira ao solo e começa a dar chutes. Imediatamente chegam como cinco rapazes e também começam a lhe dar chutes, e essa agressão estava sendo gravada. Claro, se vê o corpo no chão porque teve que deixar um momento a câmara no chão para se proteger” (SIMME; 2004: 15).

Segundo Zayda, além do câmara, também foi agredida a produtora do programa que recebeu golpes no joelho. Perguntada qual é a responsabilidade dos meios de comunicação no episódio, a jornalista respondeu:

⁷⁸ Petrusyska Simme realizou uma série de entrevistas com jornalistas de meios privados e públicos atuantes no país e publicou no livro “*Periodistas en la mira*”.

“Acredito que se os meios baixassem o tom... Há coisas que acontecem mas que as vezes se magnificam, como existem outras coisas que se minimizam de acordo com os interesses, e isso é o que faz que muita gente tenha idéias errôneas”. (2005: 17)

Questionada se não é problemático que o jornalista se identifique com o meio onde trabalha, a jornalista agredida da VTV afirmou:

“Há uma espécie de contaminação quando se identifica o jornalista com o meio no qual trabalha. A gente não pode ser limpo e puro trabalhando em um meio, porque tem que estar parcializado ou submetido, supostamente, aos desígnios desse meio. As pessoas (...) vêem o outro como um instrumento do meio e não como um profissional” (2005: 18).

A jornalista Mayela León⁷⁹, que trabalha na emissora *Globovisión*, complementa:

“A oposição é muito agressiva quando nos diz o que quer ouvir; quando não colocamos o microfone para que digam qualquer barbaridade que queiram, também te agridem. São os que te mostram um celular e dizem: ‘Falei com fulano para que me entrevistastes’”. (SIMME; 2004: 41)

Ela diz que na *Globovisión* nunca lhe disseram o que era para escrever.

“Eu sou completamente livre no meu trabalho profissional. Eu cobria o presidente Chávez e escrevi coisas boas dele. No início, quando o presidente queria construir, fazer, depurar, eu escrevia isso, porque via” (2004: 41).

⁷⁹ Citada na mesma publicação.

Entretanto, na opinião de Ibañez⁸⁰, há profissionais que trabalham nestes canais em que a manipulação da informação é evidente e que não se incomodam. Para ele, o motivo é a identificação ideológica com a opinião da empresa. Ex-funcionário da RCTV, Pedro afirma que

“Nesses casos não dá pra ser imparcial. Há uma questão de identificação corporativa. Muitos jornalistas que trabalham na RCTV se identificam com a ideologia do canal. E não reclamam porque não se incomodam com isso. São pessoas que acreditam nisso e não passam por situações difíceis”.

A jornalista Vanessa Davies⁸¹, que em 2004 trabalhava no jornal *El Nacional* e colaborava voluntariamente com os veículos estatais VTV e a rádio YVKE Mundial, contou que uma noite, durante o *paro* petroleiro, dispararam tiros contra as portas da VTV e ela estava transmitindo em um estúdio.

“Houve grande inquietação entre os companheiros do estúdio, e pensamos: ‘temos que morrer de pé porque as pessoas precisam de informação. Nós somos a única ponte, neste momento, com uma informação alternativa (...). Aqui é preciso lutar, porque isto é uma luta, para que se mantenha o canal operando no ar” (2004: 132).

Vanessa foi demitida do jornal *El Nacional* ao dizer que discordava da empresa:

“Me demitiram por minha posição política (...).Para mim, parece que é torta a linha informativa, e a linha editorial. Essa é minha opinião como jornalista. Agora eu me nego a sair, porque (...) faço meu trabalho com muito respeito, independentemente das coisas que *El Nacional* faz, que me espantam. (2004: 134)

⁸⁰ Em entrevista à autora realizada dia 2 de fevereiro de 2006.

⁸¹ Citada na mesma publicação.

Se de um lado a mídia privada é ofensiva e usa todos recursos que têm disponíveis para desgastar a imagem de Chávez e anular os avanços, principalmente sociais do processo bolivariano, por outro lado o governo também passou a disputar essa hegemonia de forma planejada e organizada.

Segundo o jornalista e funcionário do Ministério da Informação e Comunicação (Minci) Ernesto Navarro⁸²:

“Até as eleições de 1998, a estrutura que existia para as comunicações era um escritório central de informação que dependia do despacho do presidente. O escritório era encarregado basicamente de controlar as comunicações presidenciais. Era como um escritório de imprensa do presidente da República. Cada ministério por sua parte tinha um departamento de imprensa que era encarregado de informar o que fazia cada ministério”.

Depois do golpe de Estado, segundo Navarro, uma das primeiras constatações do governo foi que o governo não estava com uma “política comunicacional estrutural”. Então se decidiu criar o Ministério de Comunicação e Informação. A pasta foi ocupada primeiramente pela professora Norma Uribe, que desenhou o que seria o Ministério de Comunicação e Informação, que ainda era muito pequeno e não havia transcendido o espaço do palácio Miraflores.

Oito meses depois, assumiu Jessé Chacón, que foi quem criou de fato o ministério. Com ele, o ministério foi transferido para um edifício na região central de Caracas ocupando dois pisos, contratou pessoal e começou a criar a estrutura organizativa interna. O ministério está dividido em dois vice-ministérios, um de gestão comunicacional e outro de estratégia comunicacional.

⁸² Entrevista à autora em 10 de agosto de 2005.

A gestão comunicacional é encarregada por toda relação com os meios de comunicação: privados, estrangeiros, com a imprensa comunitária e alternativa, e também com os do Estado, que são *Venezolana de Televisión* (VTV), Vive TV, Agência Bolivariana de Notícias (ABN) e a Rádio Nacional de Venezuela (RNV). A estratégia comunicacional é responsável pelo planejamento e análise do conteúdo informacional e cumpre um papel de elaboradora da política para o setor.

Segundo Navarro, o primeiro passo importante do ministério foi estabelecer uma política comunicacional para o governo. Vários membros do ministério realizaram estudos para desenvolver o que se definiu como Sistema Integrado de Comunicação e Informação, o Sici, a ferramenta legal, aprovada por decreto presidencial, para organizar e unificar a comunicação do governo.

Além disso, o ministério também elaborou uma estratégia para dar maior visibilidade às conquistas dos programas sociais (missões). Navarro explica que

“O governo fez um grande esforço para apresentar a gestão social. Todo primeiro semestre do ano nós temos que mostrar os avanços em matéria social. Essa foi uma parte da estratégia desenhada: escrever as mensagens que os porta-vozes devem dar. O importante é isso, isso e isso, o resto não é importante. Como uma política de marketing. Aqui esteve uma equipe de assessores de marketing que fizeram a campanha de Lula⁸³ e foram os que desenharam a campanha chamada “*Venezuela, ahora és de todos*”. Foram assessores de Chávez e trabalhamos com eles durante quatro meses. Então fizeram o desenho de uma política integradora”.

⁸³ A campanha do candidato Luis Inácio Lula da Silva em 2003 foi elaborada por Duda Mendonça.



A marca “Venezuela, ahora es de todos” é usada em todas esferas do governo

A marca “*Venezuela, ahora es de todos*” teve aceitação muito positiva, dentro do governo e na sociedade, e se tornou o selo unificador e definitivo do governo bolivariano. Todos os ministérios a usam ainda hoje para divulgação de eventos, relatórios e também para difundir suas ações, tanto eletronicamente quanto nas mídias impressas.

Cerca de um ano e meio depois, assumiu o cargo o jornalista Andrés Izarra, e se destacou por ter sido articulador do projeto ambicioso *Telesur*, a nova *Televisión del Sur*. A emissora multinacional pública tem como principal objetivo responder à necessidade latino-americana de contar com um meio que permita a todos os habitantes do continente difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos, “de forma livre e equitativa”. Seguindo este conceito, foi criada a marca do canal: “Nosso Norte é o Sul”.

Segundo o conceito da emissora apresentado em sua página institucional na internet:

“Desenvolver uma nova estratégia comunicacional para a América Latina. Uma que promova o direito à informação e assuma a veracidade como princípio. Que estimule a produção, promoção e difusão de conteúdos próprios da região, fomentando assim o reconhecimento do imaginário latino-americano. Um sinal de vocação social, que se constitua a um tempo em memória histórica e expressão cultural; um canal de encontro e debate de idéias, composto por uma programação

tão diversa e plural como diversa e plural é a população latino-americana.⁸⁴

O canal – cujo custo inicial foi de cerca de US\$ 12,5 milhões – tem programação 24 horas e é transmitido por um satélite venezuelano. Constituída por uma sociedade multiestatal formada por uma rede de colaboradores provenientes de um número crescente de países, principalmente sul-americanos, a emissora é sustentada financeiramente por quatro países: Venezuela, onde se localiza a sede, Cuba, Argentina e Uruguai. No final de 2006, a Bolívia também anunciou seu ingresso no canal, mas não há informações sobre sua participação acionista.

O jornalista Beto Almeida, diretor da sucursal de Brasília, explica que:

“Não existe imparcialidade. As grandes mídias não são imparciais. Elas são favoráveis à defesa de programas econômicos neoliberais, defendem a continuidade da desnacionalização da economia, de planos econômicos que levaram a América Latina a viver essa situação de miséria. Isso não é imparcialidade. Nós tampouco somos imparciais. Somos independentes porque não temos vinculação com agentes interessados no lucro. Nós defendemos aquilo que está preconizado nas constituições dos países: a integração latino-americana”.⁸⁵

⁸⁴ <http://www.telesurtv.net/secciones/concepto/index.php>

⁸⁵ http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=233261&q=1&editoria=



Telesur realiza entrevista exclusiva com Evo Morales (2/5/2006)

A emissora, então, tem seu trabalho baseado em três pilares: informar, formar e recriar, tendo como premissa de que a informação é um direito inalienável, a educação um dever e o entretenimento um patrimônio comum dos latino-americanos.

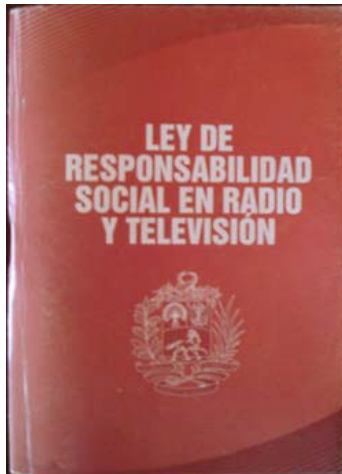
A *Telesur* transmite na América Latina via satélite e, em várias cidades da Venezuela pelo sinal aberto em castelhano. Seu conselho consultivo é formado por intelectuais de várias nacionalidades, entre eles o escritor argentino Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz em 1980, Ernesto Cardenal, poeta nicaraguense, Eduardo Galeano, escritor uruguaio, Tariq Ali, romancista paquistanês, Ignacio Ramonet, historiador francês, e Danny Glover, ator norte-americano.

A programação conta com noticiários, revistas informativas, análises jornalísticas, crônicas, entrevistas e reportagens. Tem correspondentes em Bogotá (Colômbia), Brasília (Brasil), Buenos Aires (Argentina), Caracas (Venezuela), Cidade do México (México), Havana (Cuba), Porto Príncipe (Haiti), La Paz (Bolívia), Washington (EUA) e uma rede de colaboradores que realizam uma ampla cobertura nos marcos de uma agenda própria. Além disso, oferece também conteúdos que contribuem para o conhecimento sobre as culturas originárias da América.

No Brasil, que não participa oficialmente do projeto, parte da programação é retransmitida por alguns canais comunitários e estaduais, como é o caso da TV Rocinha e da TV Paraná.

Izarra deixou o ministério em agosto de 2005 para assumir a direção da *Telesur*, cargo que ocupa ainda hoje. O Ministério passou a ser dirigido pelo jornalista Yuri Pimentel, que foi o responsável durante sete meses. Em seguida, assumiu William Lara, jornalista e dirigente nacional do MVR, ministro ainda hoje.

Outro marco no desenvolvimento da estratégia comunicacional do governo bolivariano foi lançado em dezembro de 2004 pelo Ministério da Comunicação e Informação: a *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*, conhecida como *Lei Resorte*, que passou a regular a difusão e recepção de mensagens por qualquer empresa prestadora de serviços de rádio e televisão, incluindo programação, anúncios e produções nacionais.



Lei Resorte é vendida a preço popular nas ruas

A lei, segundo o artigo 3º, tem entre seus objetivos gerais:

“1) Garantir que as famílias e pessoas em geral contem com mecanismos jurídicos que permitam desenvolver de forma adequada o rol e a responsabilidade social que lhes corresponde como usuários e usuárias, colaboração com os prestadores de serviços de divulgação e

com o Estado; 2) Garantir o respeito à liberdade de expressão e informação, sem censura, dentro dos limites próprios de um Estado Democrático e Social de Direito e de Justiça e com as responsabilidades que acarreta o exercício da dita liberdade, conforme a Constituição da República Bolivariana de Venezuela, os tratados internacionais (..) e a lei; 3) Promover o efetivo exercício e respeito dos direitos humanos, em participar, os que dizem respeito à proteção da honra, vida privada, intimidade, própria imagem, confidencialidade e reputação e ao acesso a uma informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura; 4) Procurar a difusão de informação e materiais dirigidos a crianças e adolescentes que sejam de interesse social e cultural, encaminhados ao desenvolvimento progressivo e pleno de sua personalidade, atitudes e capacidade mental e física (...); 5) Promover a difusão de produções nacionais e produções nacionais independentes e fomentar o desenvolvimento da indústria audiovisual nacional (...).”

A lei também determina que todas as imagens devem exibir na tela a identificação de ser ao vivo ou gravadas, inclusive com a hora e o dia de sua transmissão. A transmissão que não obedecer à lei será punida. Entre as penalidades, além de multas, está a de a emissora perder a concessão de sinal aberto.

Até a Lei Resorte, o setor era regulado pela Lei de Telecomunicações, datada de 1941 e que determinava uma multa de 20 bolívares (cerca de R\$ 0,02).

Para Pedro Ibañez, a lei foi um marco positivo para o setor:

“A censura nunca chegou como eles [a oposição] afirmavam. O governo regulou. Era uma falta de respeito com o presidente. Era racista. Que ‘Chávez era negro’... E como um país tropical pode ser racista, não? Lembro que diziam que Chávez não era presidente de Venezuela mas a primeira dama de Cuba. E isso foi dito por um

programa de rádio. Esse tipo de coisa tem que ser regulado. Não se pode faltar ao respeito tampouco com qualquer pessoa”⁸⁶.



Psiquiatra participa do programa Grado 33 (15/01/2007) gravado às 13h15.

A oposição aumentou suas acusações de que o governo estava limitando a liberdade de imprensa.

Entretanto, o jornalista Héctor Escalante, que trabalha na Rádio YVKE, destaca que, apesar da Lei,

“Ainda vemos que existem meios de comunicação na Venezuela que a descumprem. Penso que realmente é necessária e te dou dois exemplos: não se justifica a transmissão de programas com cenas de sexo e violência em horários de programação infantil e, também, urgia incluir a produção nacional independente, para acabar com a hegemonia das grandes indústrias midiáticas”.⁸⁷

Para ele, a liberdade de expressão existe hoje mais do que nunca na Venezuela:

⁸⁶ Em entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

⁸⁷ Em entrevista à autora em 4 de fevereiro de 2006.

“Qualquer venezuelano pode expressar seu sentimento sem ser reprimido, prova disso se evidencia nas diferentes manifestações públicas que se tem feito tanto a favor do governo como da oposição, na qual cada grupo expressa sua posição sem que se imponha nenhum tipo de censura”⁸⁸.

Como afirma Ignacio Ramonet,

“A informação está contaminada essencialmente por uma série de mentiras que podem ser factualmente demonstradas. É preciso descontaminá-la dessas mentiras, é preciso descontaminá-la de uma certa ideologia: podem-se defender idéias, todas as idéias podem ser defendidas; anunciadas, porém, como idéias e não como uma coisa natural”. (2003: 252)

Como estamos vendo, a eminente defesa da liberdade de expressão é mais uma bandeira política do que um princípio. Defesa esta que se confunde com a permissão de que os meios de comunicação, privados e públicos, não se responsabilizem por seu conteúdo, não se comprometam com o desenvolvimento social que decorre do que publicam, ou melhor, se escondam atrás da máscara de meros informadores para justificar sua ação política.

O jornalista venezuelano Britto García afirma que

“Se os proprietários dos meios desejam converte-los em atores políticos, desempenhar a função de partidos políticos, substituí-los ou suplanta-los, devem se sujeitar às regras que a coletividade impõe aos partidos”. (2004: 241)

Para ele (2004: 242), os meios que desejam se comportar como atores políticos deveriam garantir sua democracia interna, assim como os

⁸⁸ Idem.

partidos com eleições para suas direções, para definição das linhas políticas, sujeitando à lei o custo e duração de suas campanhas e a possibilidade de eleição pública de seus recursos e fontes de financiamento.

“Os meios têm não apenas o direito, senão o dever de denunciar condutas ilegais ou imorais do poder político, mas também o de denunciar as do econômico. Gozam do direito de divulgar opiniões de todo tipo, mas não somente tipo de opiniões. Podem os meios difundir opiniões, mas não fazê-las passar como informação, nem substituir esta por propaganda. Os meios têm o direito de interpretar a informação, mas não de omiti-la, falseá-la, tergiversa-la nem retê-la. Têm o direito de resistir à censura, mas não o de impor outra censura própria imposta por pequenos grupos de proprietários. A informação é, talvez, a mercadoria mais valiosa nas sociedades contemporâneas. Nem a informação nem o alimento podem ser monopolizados ou adulterados sem prejuízo para a sociedade e responsabilidade para os culpados”. (2004: 243)

A liberdade de expressão, na Venezuela, é uma garantia constitucional. Regulada de forma apenas a impedir simulações de opinião ou divulgação de idéias que vão contra os direitos humanos.

Segundo o artigo 57º do Capítulo III (Dos direitos civis) da Constituição Bolivariana de Venezuela,

“Toda pessoa tem direito a expressar livremente seus pensamentos, suas idéias ou opiniões de viva voz, por escrito ou mediante qualquer outra forma de expressão e de fazer uso para isso de qualquer meio de comunicação e difusão, sem que possa estabelecer censura. Quem fizer uso deste direito assume plena responsabilidade por tudo expressado. Não se permite o anonimato, nem a propaganda de guerra, nem as mensagens discriminatórias, nem os que promovem a intolerância religiosa”.

O artigo 58º também define que:

“Toda pessoa tem direito a informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura, de acordo com os princípios desta Constituição, assim como a réplica e retificação quando se veja afetada diretamente por informações inexatas ou agravantes”.

No artigo 61º, ainda encontramos a defesa do direito à liberdade de consciência, numa clara referência ao que ocorreu no golpe de 11 de abril de 2002:

“Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e a manifestá-la, salvo que sua prática afete sua personalidade ou constitua delito. A objeção de consciência não pode ser invocada para evitar o cumprimento da lei ou impedir a outros seus cumprimentos ou o exercício de seus direitos”.

No artigo 62º do Capítulo IV (Dos direitos políticos e do referendo popular) da Constituição, há ainda:

“Todos os cidadãos têm o direito de participar livremente nos assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos ou eleitas. A participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para alcançar o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática”.

O artigo 67º garante o direito de associação com fins políticos mediante métodos democráticos de organização, funcionamento e direção. E o 68º garante o direito à manifestação, “pacificamente e sem armas”. É também proibido o uso de armas de fogo e substâncias tóxicas no controle de manifestações pacíficas.

Portanto, a legislação venezuelana garante a liberdade de expressão. Uma liberdade de forma regulada, que não se confunda com libertinagem, irresponsabilidade ou descomprometimento social, como ocorre na maioria dos países sul-americanos – entre eles o Brasil –, onde o grande capital não permite essa limitação de seus instrumentos e acusa de ingerência do Estado e autoritarismo.

A campanha que acusa o governo venezuelano de cercear a liberdade de expressão tem origem, na verdade, na atuação política dos meios de comunicação, que é opositora ao governo Chávez. A grande mídia venezuelana conta ainda com o endosso de organismos internacionais que se autoconclamam fiscalizadores da liberdade de imprensa e defensores dos direitos humanos e da democracia – como a *Sociedad Interamericana de Prensa* e a *Human Right Watch*, que divulgam relatórios reafirmando que o governo de Hugo Chávez é uma ameaça.

Como afirma o jornalista Aléxis Rosas, a guerra midiática contra o presidente Hugo Chávez tem sido orquestrada pelos mesmos meios e os mesmos jornalistas que sofreram ataques e foram vítimas de censura durante os governos da chamada Quarta República.

“Incrivelmente, agredidos e agressores se puseram de acordo desde 1999 para denunciar os ‘desmandos’, ‘os ataques à liberdade de expressão’ e ‘a censura’ do governo revolucionário venezuelano, mesmo que nenhum meio tenha sido fechado nem nenhum jornalista preso como sim ocorreu durante os governo de AD e Copei desde o mesmo momento em que começou o processo democrático à raiz da derrubada do ditador Marcos Pérez Jiménez, em 1958”. (2005: 17)

A liberdade de expressão é tanta que, segundo Pedro Ibañez, os canais de televisão privados continuam jogando, ainda hoje, de forma beligerante contra o governo, notadamente RCTV, *Univisión*, *Venevisión* e *Globovisión*.

“Tinham shows de televisão que usavam astrólogos e eles adivinhavam pelas cartas que Chávez iria desaparecer, que ia para Cuba. E o mesmo nas telenovelas e nos shows de variedade. A atuação de personagens que falavam no Parlamento, faziam referência sobre o que estava acontecendo e usavam sobretudo o humor. Programas de humor faziam referência direta. Quando o filme Guerra nas Estrelas lançou sua edição especial [2005], eles fizeram uma paródia em que o Darth Vader era Chávez. Esse tipo de metáfora é a usada para fazer a propaganda anti-governo. Sempre foi assim. E é, até hoje”⁸⁹.

Ibañez conta que na RCTV há um programa matutino que se chama “A entrevista”, apresentado pela jornalista Milagro Rodriguez, que recebe convidados da oposição e aliados do governo, mas, segundo ele, são entrevistas muito inquisidoras.

“A maneira de fazer as perguntas é muito forte, tem um caráter mais de um programa de show de televisão do que de um programa de entrevista. E no final do programa aparece a bicha. E eles usam essa figura porque uma vez o presidente, falando da oposição, se referiu à Constituição assim. Ele disse: a oposição considera a Constituição como uma bicha. E eles pegaram isso. Se conclui que Chávez disse que a Constituição era uma bicha. E todos os meios de comunicação pegaram isso em matéria de opinião. Então, no programa, tem essa senhora que se chama a bicha e é ela que vai fazer piadas, contar rumores, comentários e dar notícias não confirmadas sobre o que está acontecendo com o governo. Que no ministério tal se perderam tantos milhões, que há caso de corrupção por aqui, que tais ministros se envolveram com isso. E inclusive em programas de rádio, se reproduziu esse formato em rádios e em outros canais de televisão”⁹⁰.

A linguagem superficial e panfletária nos programas usados para, digamos, “bater” mais no governo é comum não apenas na RCTV.

⁸⁹ Em entrevista à autora em 02/02/2006.

⁹⁰ Em entrevista à autora em 2 de fevereiro de 2006.

Praticamente todos os grandes canais de televisão têm um programa que cumpra esse papel.

Na *Globovisión*, por exemplo, há o programa *Aló Ciudadano* (Alô Cidadão), em alusão ao programa dominical gravado pelo presidente Hugo Chávez chamado *Aló Presidente* na VTV. O apresentador, Leopoldo Castillo, recebe convidados da cena política com quem faz contraposição às ações do governo bolivariano. O programa é exibido diariamente às 17h, ao vivo e tem duração de três horas⁹¹.



*Apresentador usa linguagem chula contra governo e telespectadores chavistas*⁹²

Apesar do seu claro posicionamento político, a *Globovisión* procura reafirmar continuamente durante sua programação uma suposta idoneidade jornalística, como se fosse a guardiã da verdade e atuasse em defesa do país. Além de declarar isso através de seus profissionais, as vinhetas institucionais e os vídeos que anunciam outros programas são todos voltados para esse objetivo.

Em fevereiro de 2006, havia uma vinheta que se repetia ao menos três vezes por tempo comercial, que trazia, sob uma trilha musical de

⁹¹ Segundo grade de programação da emissora disponível na internet, às 20h é exibido *Grado 33* e às 20h30 o Noticiário CNN.

⁹² Imagem possui as logomarcas da VTV e da *Globovisión* porque foi retransmitida pela primeira no programa *La Hojilla*.

suspense, várias frases soltas que iam surgindo na tela uma depois da outra dando a entender que a atuação do canal está relacionada com o bem do país: “Verdades que não puderam ser escondidas”; “EUA: caso Water Gate”; “Argentina: caso dos desaparecidos da ditadura”; “Nicarágua: caso Irã-Contras”; “Brasil: caso Collor de Melo”; “Venezuela: caso Montesinos”; “Verdades do jornalismo investigativo”; “Somos jornalistas!”.

Outra vinheta também ilustrativa da *Globovisión* neste período era, no mesmo formato: “Em 2006, mais notícias”; “24 horas”; “Como se resolve o problema do viaduto”; “O que acontecerá?”; “Aconteça o que acontecer”; “Por Globovisión”.

Esta segunda vinheta também se repetia várias vezes durante o tempo comercial, mas tinha temas diferentes. O problema do rompimento do viaduto Caracas - La Guaira, principal via de acesso de Caracas ao aeroporto de Maiquetía, foi também amplamente explorado pela oposição para acusar o governo de abandono. A dosagem excessiva de críticas também foi estimulada pelo fato de milhares de estrangeiros estarem no país por conta da realização do Fórum Social Mundial na capital venezuelana. Outra vinheta cuja veiculação também era repetida questionava “o preço do petróleo”.

No programa *Aló Ciudadano* do dia 8 de fevereiro de 2006⁹³, por exemplo, foram exibidas três curtas entrevistas com mulheres nas ruas que respondem se acham que a oposição deveria fazer eleições primárias para um candidato único. Duas dão respostas vagas, aparentemente pegadas de surpresa ou por não apoiarem a oposição. Uma apenas deixa claro que está identificada com a oposição. A repórter pede que as mulheres se identifiquem, dêem seu nome e digam o que fazem. A primeira diz prontamente. A segunda dá um riso e diz. A terceira hesita.

No programa, entretanto, Castillo e seus comentaristas – entre eles um dirigente da oposição, o deputado Luis Zamora, que chegou a ser pré-

⁹³ Segundo gravação realizada pela autora.

candidato à Presidência – interpretam que as mulheres não quiseram manifestar sua opinião porque há medo nas ruas. Zamora chega a afirmar que, baseado na imagem das entrevistadas, as pessoas estão com medo e temor de serem perseguidas.

É mais provável que as entrevistadas tenham ficado constrangidas por conhecerem o programa e terem consciência de que seriam usadas na campanha anti-chavista do canal.

Em seguida, entra uma ligação ao vivo. O telespectador, Jorge, é do Estado Bolívar e questiona o fato de só falarem mal do governo, que induzem o povo venezuelano e só convidam gente da oposição para falar. Leopoldo pergunta ao rapaz três coisas boas feitas pelo governo no seu estado. O rapaz lhe responde com relação ao tema esportivo, que há mais espaços públicos para a prática, que concedem uniformes aos jovens, houve reformas e cita a Concha Desportiva. Leopoldo corta o rapaz e diz: *“Muito bem. Em sete anos, as conchas deportivas estão bem. Breve pausa!”*. Tiram o rapaz do ar e Leopoldo chama outra ligação.

No bloco seguinte, o programa apresenta outra convidada: Maria Corina Machado, então presidente da *Súmate* (Some-se), que diz estar sendo vítima de perseguição política. A ONG *Súmate*, em fevereiro de 2006, estava sendo processada pela Procuradoria venezuelana por conspiração tendo como prova os 53 mil dólares que a organização recebeu da *National Endowment for Democracy* (NED), instituição privada, bipartidária, que apóia financeiramente grupos no mundo que se apresentam como pró-democracia com fundos do Congresso norte-americano.

No processo, Maria Corina alegou que a organização - criada para recolher a quantidade de assinaturas necessárias e propagandear o voto contra Chávez no referendo revogatório presidencial em 15 de agosto de 2004 – tinha apenas usado U\$ 30 mil da verba. A dirigente já participou de algumas reuniões em Washington, inclusive com a presença do presidente norte-americano. Hugo Chávez nunca se reuniu com George W. Bush.



Maria Corina hoje é vice-presidente e tesoureira da Súmate

No programa, Maria Corina Machado acusa Chávez de querer calar a organização, o que, segundo ela, significa “*calar os cidadãos*”. E pergunta:

“De que tem medo? Nós queremos eleições democráticas. Nós queremos um CNE imparcial, que todos acreditemos. Não esse. Que o CNE garanta eleições limpas. A justiça está a serviço dos interesses do governo e o sistema judiciário atinge a nós todos. Precisamos resgatar as instituições. E é disso que trata esse processo de conscientização, de educação e mobilização”⁹⁴.

As ligações que o programa recebe em seguida são: A primeira, manifestando apoio à Súmate; Na segunda, o telespectador pergunta “*porque não saímos às ruas?*”; A terceira é um advogado oferecendo ajuda à Maria Corina, “*uma mulher muito atraente*”; e a última é um telespectador que reafirma os aspectos positivos do investimento do governo no Estado Bolívar e reclama do tratamento dado ao rapaz que havia ligado no bloco anterior.

⁹⁴ Idem.

Por sua vez, o governo bolivariano também passou a responder a este tipo de ataque usando a mesma tática no programa *La Hojilla* (A Gilete), apresentado pelo jornalista Mario Silva, transmitido diariamente ao vivo às 22h e também com duas horas de duração. O programa é uma espécie de fanzine eletrônico que defende o governo e a Revolução Bolivariana. Na mesa de Mario estão, além do computador, um busto de Bolívar, atrás estão pôsteres de Chávez com uma criança, dos Cinco Cubanos⁹⁵ presos nos Estados Unidos, e do presidente cubano Fidel Castro.

A vinheta de entrada é uma gilete pintada com as cores da Venezuela que corre de um lado para o outro atrás dos símbolos dos canais privados. O objetivo do programa é, principalmente, desmascarar os argumentos falsos e até invenções que os outros canais usam para basear suas acusações contra o governo. Para isso, mostram trechos gravados dos programas dos outros canais e confrontam com gravações da VTV e informações de membros do governo, parlamentares e jornalistas.



Vinheta: gilete corre atrás das logos das emissoras privadas

⁹⁵ Os Cinco Cubanos são funcionários do governo cubano e estavam em Miami investigando planos terroristas da máfia anti-castrista. Estão presos desde 1998 nos EUA depois de um julgamento totalmente parcial, como várias organizações internacionais já denunciaram.

No dia 8 de fevereiro de 2006, por exemplo, os convidados do programa foram os jornalistas Enza García e Randolph Borges, do programa *La Ventana* da Rádio YVKE Mundial. A maioria das imagens que comentam estava relacionada à cobertura parcial dos canais privados sobre as duas marchas⁹⁶ que haviam acontecido no sábado anterior, dia 05/02/06. As emissoras privadas cobriram a marcha convocada pelo governo mostrando cenas de ruas vazias e diziam que a marcha dos chavistas estava vazia. A marcha convocada pela oposição, segundo elas, estaria mais cheia e seria prova da insatisfação popular. O programa mostra imagens das duas marchas e solta o áudio das gargalhadas características do programa.

Outra cena que eles comentam é a de uma apresentadora da *Globovisión*, fala ofensivamente, olhando para a câmera, sobre Chávez. A imagem é de 05/02/2006:

“O surpreendente é que está tão incomodado e tão preocupado... E tem que armar tanto a base atrás de seu voto. E onde está a ideologia? Duvido que a maioria quer viver como em Cuba. Vocês que são chavistas e estão vendo este programa, vocês querem viver como em Cuba? Que não pode sair do país a não ser quando quer Fidel Castro? Onde fuzilam as pessoas porque querem tomar decisões próprias? Onde só se come o que o governo quer que se coma? Um ovinho por semana? Eu duvido que as pessoas queiram mesmo esse grito extraordinário ‘socialismo ou morte’. Isso quer dizer que se eu não quero ser socialista, porque não gosto, eu serei morta. Isso é realmente o que a média venezuelana quer?”⁹⁷

Em resposta, o programa *La Hojilla* coloca as imagens da “marcha vermelha” realizada no sábado anterior, que reuniu cerca de 50 mil de pessoas. E ao fundo, o áudio das gargalhadas.

⁹⁶ O dia 4 de fevereiro é lembrado como o dia da rebelião militar contra o presidente Carlos Andrés Pérez, liderado pelo MBR 200, em 1992.

⁹⁷ Segundo gravação realizada pela autora.

Os espaços comerciais na VTV também são preenchidos de forma diferente aos dos canais privados. A grande maioria das propagandas são de empresas públicas, ministérios, missões e de programas da emissora. Além disso, há um pequeno espaço chamado “*Contacto com la realidad*” que é usado para reproduzir trechos de discursos e declarações de figuras que estejam relacionadas com a conjuntura política. Por conta disso, o tempo de comercial não é fixo e varia bastante, chegando muitas vezes à quase dez minutos.

Em 8 de fevereiro de 2006, a emissora estava explorando insistentemente as imagens da grande marcha ocorrida no sábado, dia 5, anterior, que além de lembrar a rebelião militar de 1992, também tinha o objetivo de marcar o início da campanha pela participação popular na eleição presidencial que ocorreria em 3 de dezembro de 2006. A principal bandeira dos apoiadores do governo no ano passado foi “rumo aos 10 milhões”, que era a meta de votos a favor de Chávez⁹⁸.

Ao fundo das diversas imagens da marcha vermelha, havia a parte instrumental da salsa “*Uh, ah, Chávez no se va*” (Uh, ah, Chávez não vá embora), considerada um dos hinos da Revolução Bolivariana. A música foi criada logo após o golpe de Estado de 11 de abril de 2002 e a letra faz menção à necessidade do amplo apoio popular. Para ilustração, citamos um trecho da música, que foi composta por Yoel Pibo Márques e tem letra de Noel e Benito Márques:

Letra em espanhol	Tradução
Uh, ah, Chávez no se va 2x	Refrão Uh, ah, Chávez não vai embora
És um presidente bueno Por eso se quedará Y no irá Uh, ah, Chávez no se va	É um presidente bom Por isso ficará E não irá Uh, ah, Chávez não vai embora

⁹⁸ Segundo o CNE, Chávez foi reeleito com 62,84% dos votos do pleito, o que corresponde a pouco mais de 7 milhões de participantes.

És que el pueblo está contento Y lleno de felicidad Uh, ah, Chávez no se va	É que o povo está contente E cheio de felicidade Uh, ah, Chávez não vai embora
És que toda la gente quiere Que se quede por acá Uh, ah, Chávez no se va	É que todo mundo quer Que fique por aqui Uh, ah, Chávez não vai embora
Um presidente que quiere a su pueblo de verdad Uh, ah, Chávez no se va	Um presidente que ama O seu povo de verdade Uh, ah, Chávez não vai embora
Aló presidente amigo Los barrios contigo están Uh, ah, Chávez no se va	Alô presidente amigo As favelas estão com você Uh, ah, Chávez não vai embora
Temos que ficar unidos La vitória llegará Hasta la victoria	Temos que ficar unidos A vitória chegará Até a vitória

Outro importante compositor venezuelano que trata da subjetividade revolucionária é Alí Primera (1942-1984), militante do Partido Comunista da Venezuela e que marcou as gerações dos anos 60 a 80. As letras de Primera são politizadas e fazem menção à cultura venezuelana, ao libertador Simón Bolívar, à consciência de classe e à revolução.

Outro programa da VTV diretamente voltado a desmascarar o que diz a oposição é *“Contragolpe en síntesis”*, apresentado pela jornalista Vanessa Davies, transmitido segundas, quartas e sextas-feiras, às 21h, com uma hora de duração.



Vanessa é apresentadora de “Contragolpe en síntesis” (VTV)

Além da VTV e *Telesur*, a estrutura de comunicação do Estado é integrada ainda pelo canal Vive, criado em 11 de novembro de 2003, e as Rádios Nacional de Venezuela e YVKE Mundial. Todos estes meios compõem o bloco de meios de comunicação que experimentam uma nova concepção e prática de comunicação social, de produção e de propaganda do governo. Ainda que o processo de conscientização dos sujeitos protagonistas seja mais lento.

A jornalista Gabriela Gonzalez, diretora de programação da *Telesur* e uma das idealizadoras do canal comunitário Catia TV, comenta que:

“É interessante ver como caiu o discurso da imprensa na Venezuela. Todo mundo perdeu as estribeiras e ninguém teve nem um pouco de elegância em defender seu discurso. São duas linhas de pensamento que fazem propaganda e quanto mais se radicaliza uma, se radicaliza a outra. E o discurso da direita ficou com grande parte da classe média, que são como meio milhão e meio de pessoas⁹⁹. O que é um problema porque é ela que minimamente tem as ferramentas técnicas, as pessoas que foram à Universidade, que estudaram, que

⁹⁹ Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referentes a 2006, a população venezuelana é estimada em aproximadamente 27 milhões.

sabem informática. Então o Estado multiplicou seus meios para aumentar os espaços de multiplicação midiática, porque só havia antes a VTV. Agora há VTV, Vive, já não sei quantas tevês comunitárias, rádios comunitárias, fazem *Telesur*. Então em todos os meios deste lado, falta muita gente com capacidade técnica. Nos faltam engenheiros, músicos, desenhistas, nos faltam pessoas. As poucas que temos, não alcançam a demanda. A VTV é o caso mais patético porque é quase um ministério público. As pessoas são assalariadas, tem uma atitude burocrática”.¹⁰⁰

Navarro complementa:

“Quando Chávez chegou ao governo, todas as pessoas que trabalhavam nos ministérios que eram da oposição ficaram em seus postos de trabalho. Antes, quando AD era governo, expulsava as pessoas do Copei. Quando Copei era governo, fazia o mesmo. Aqui não se demitiu ninguém. No Ministério de Energia e Petróleo, por exemplo, um dos mais antigos, há funcionários que tem 30 anos de serviço e são da AD, do Copei e estão aí. E Chávez respeitou que essas pessoas tivessem seu trabalho. Agora conviver com essas pessoas dentro do governo cria problemas. É tão perigoso um tecnocrata que não esteja comprometido com o país, é tão perigoso, quanto uma pessoa que ame Chávez, mas não sabe fazer o trabalho, não tenha a capacidade técnica. Isso também é perigoso. E temos no governo muitos destes casos. Assim como tem gente que não quer Chávez mas sabe fazer as coisas e pode causar danos porque sabe como fazer as coisas”.

Para Gabriela, há ainda o desafio de vencer a atuação de burocratas na área de comunicação:

“As pessoas chegam a não trabalhar em seus horários para poder ganhar horas extras. Isso consome todo o orçamento. Não há dinheiro para comprar equipamentos novos. Os equipamentos que estão em VTV

¹⁰⁰ Em entrevista à autora em 15 de agosto de 2005.

são dos anos 80. A biblioteca está abandonada. Não há dinheiro para a produção, para nada. Esta nova gestão da VTV procura agora realizar uma reforma no canal para poder reinvestir e acomodar gente nova com outros critérios, captar dinheiro para projetos novos”¹⁰¹.

Segundo Gabriela, três meses antes da entrevista ocorreu uma paralisação dos empregados da emissora que reivindicavam vagas para estacionar seus carros. A empresa teria espaço para 200 vagas, mas precisaria de 600 pelo menos para responder a todos possuidores de veículos. Sem chegar a um acordo, a emissora determinou que o estacionamento fosse disponibilizado apenas para os carros que estivessem sendo usados em gravações. Os funcionários não aceitaram e fizeram a greve.

“Entre estes funcionários, muito poucos são realmente apoiadores de Chávez. Há muita gente que põe a camisa vermelha e não entende nada, não se importa nem quer mudar nada. É terrível. A situação da VTV é muito complexa porque é uma questão estrutural e isso é mais complicado ainda em um país tão polarizado. Existem estes novos meios que têm que acompanhar esse processo de formação permanentemente porque precisam de novos técnicos e novos profissionais com outra mentalidade. Às vezes nós rimos porque quando vêm gente de fora... começando por mim. Quando dizem que eu sou a diretora de programação da *Telesur*, procuram olhando para os lados pensando ‘onde está essa diretora porque ela não pode ser!’ E toda a equipe é muito jovem, composta por muitas mulheres. E eu acredito que é por aí que vai a mudança. E isso também tem o seu tempo, necessita do seu tempo”¹⁰².

Existe, de fato, entre os comunicadores bolivarianos uma grande quantidade de jovens quadros militantes. No Ministério de Comunicação e Informação (Minci), a grande maioria de funcionários, inclusive em cargos de alto escalão, está na casa dos 30 anos. Na ocasião das entrevistas, por

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Ibidem.

exemplo, Ernesto Navarro tinha 29 anos; Pedro Ibañez 29 anos; Héctor Escalante, 26 anos; e Gabriela Gonzalez, 28 anos.

Segundo Navarro, 90% dos funcionários do Ministério têm menos de 30 anos. E, na sua avaliação, são pessoas “muito bem preparadas”, jovens graduados nas universidades do país e que prestaram concursos.

“E ninguém pergunta se é chavista ou não. A maioria das pessoas do Minci não milita no partido do governo. Isso é parte de um compromisso social. Eu não sou um trabalhador do governo, sou um servidor público e recebo um salário para prestar um serviço aos venezuelanos. No Ministério há muita gente jovem que assumiu o compromisso como parte de um resgate de sua nacionalidade, do sentir-se venezuelano, defender sua pátria e querê-la. É mais um sentimento de pertencer ao país do que qualquer outra coisa. É patriotismo. Aqui no ministério muitos dos jovens que trabalham nos finais de semana são colaboradores da missão Robinson e dão aulas. E alguns outros estão estudando na missão bolivariana e participam de um comitê de terras. As pessoas estão integradas, as pessoas vivem a Revolução. Não só o trabalho no ministério”¹⁰³.

Segundo Navarro, uma das vantagens de contar com muitos jovens é que há uma motivação diferenciada para trabalhar, pois se acredita que se está construindo um novo país. Assim como houve um aumento da organização e participação política dos trabalhadores da área de comunicação.

“Tanto os favoráveis a Chávez como os que não gostam dele estão organizados, coisa que não acontecia antes neste país. Aqui aconteceu uma explosão de organização. E as pessoas agora têm grupos e tratam de fazer coisas e resolver. Faz alguns meses eu encontrei com um colega jornalista da oposição. E ele me dizia: ‘não concordo com que o dinheiro dos venezuelanos da PDVSA pague os

¹⁰³ Entrevista à autora em 10 de agosto de 2005.

cubanos'. Eu lhe disse 'bom, mas veja que importante que agora você sente que este dinheiro é teu também. Antes não te parecia nada, você nem sabia que era seu'. Por aí nós já estamos ganhando. Esse era um problema dos políticos"¹⁰⁴.

O processo bolivariano aumentou a consciência política da sociedade. Mas Pedro Ibañez lembra que existem ainda lacunas nesse sentido:

“Ainda é preciso trabalhar muito a ideologia. Então tudo fica na superfície. Na Venezuela nós temos um grande problema que tudo aqui é aparência. E isso podemos levar a todas as esferas. Se você perguntar a um assessor da imagem do governo qual foi sua última estratégia de comunicação, ele pode dizer que comprou um pouco de farinha vermelha e jogou sobre as pessoas nas ruas para uniformizá-las de vermelho. Isso é mais do mesmo. E isso é uma manifestação da falta de consciência de classe. Quando não há consciência de classe, você não sabe e por isso te controlam superficialmente. Este é um programa panfletário e não tem um conteúdo por trás. Há um estímulo a uma resposta rápida. Ou seja, não há estratégia”.¹⁰⁵

Segundo ele, enquanto a classe dominante detém aparatos importantes para manter sua hegemonia, para a classe trabalhadora ainda é necessário elaborar uma estratégia de comunicação que defenda os seus interesses.

“Cada classe defende seu interesse. A classe dominante, o poder econômico, tem os seus meios de difusão que são os canais privados e estão defendendo sua parte e sempre vão condenar a outra. E nós? Precisamos trabalhar isso como estratégia, temos que tentar, sermos criativos. E isso está faltando muito. Aqui não há trabalho de pesquisa. O projeto que está sendo feito com as rádios comunitárias eu acho está funcionando muito bem. Mas não passa daí. Eu quis escutar a rádio

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Em entrevista à autora realizada em 2 de fevereiro de 2006.

comunitária mas não posso. Não tenho acesso a esse tipo de publicação e informação. E isso é um trabalho que creio que é onde o governo falha. Talvez seja preciso repensar algumas coisas. O problema é que não há um trabalho em profundidade. Ou seja, vamos à marcha de sábado, vamos carregar algumas bandeiras vermelhas e isso é tudo que propõe a comunicação”.¹⁰⁶

A formulação sobre uma nova comunicação é estratégica para a Revolução.

“Nós pensamos que têm que ser outras formas, que vão falar de outros conteúdos. E sinto muito, mas VTV é a mesma forma. Fala de outra coisa mas é igual a forma: a pessoa que tem a verdade, que te diz isso é teu, siga à rua... Bom, é uma revolução, é uma transformação. Mas, com Vive, por exemplo, apesar de ser um canal estatal, muitas vezes ela sofre ataques das mesmas pessoas do Estado porque não entendem como uma televisora do Estado vai fazer denúncias sobre camponeses que estão sendo mortos por paramilitares. Pensam que não se pode falar porque vai ficar parecendo que as coisas não estão funcionando... É preciso dizer: estão matando! E há muitos elementos em jogo: de classe, história, e capacitação, interesses, valores”.¹⁰⁷

Durante a primeira estada de quinze dias em Caracas, de 6 a 17 de agosto, em que aconteceu o 16º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, foi possível compreendermos um pouco mais sobre a disputa nos meios de comunicação chavistas e anti-chavistas.

O evento, que reuniu mais de 40 mil jovens de 144 países – a maioria dos países latino-americanos –, se tornou uma oportunidade especial para os dois lados: para o governo, de romper o cerco midiático internacional hegemônico e tornar visíveis as missões e os avanços da revolução

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Entrevista à autora em 15 de agosto de 2005.

democrática; e para a oposição, de sustentar os argumentos contra Chávez já propagados mundialmente.

A ocasião possibilitou observarmos o comportamento diferenciado entre a grande mídia venezuelana e internacional, e os meios alternativos na cobertura do evento. De forma geral, à mídia privada coube uma cobertura crítica e até mesmo fantasiosa sobre o festival, que acusou o governo de estar instaurando o caos, patrocinar as viagens dos jovens e maquiar a realidade do país. À mídia estatal e aos meios alternativos coube fazer a contra-informação.

No hotel Anauco Hilton, propriedade da PDVSA, localizado na região central da capital, foi montada uma grande estrutura para a imprensa. Havia a sala para a imprensa internacional, que contava com cerca de 50 computadores, acesso à internet por banda larga, impressoras e tradutores de inglês, francês, espanhol e português. Ao lado, estava a sala para a imprensa nacional. Curiosamente, apenas os meios estatais a usavam: Rádio Nacional de Venezuela (RNV), YVKE Mundial, VTV, Vive e Agência Bolivariana de Notícias (ABN).

A estratégia da grande imprensa venezuelana foi desqualificar o festival, que além de reunir os milhares de jovens de organizações progressistas e socialistas de todo o mundo, também contou com a participação de diversos intelectuais e lideranças mundiais solidárias com a Revolução Bolivariana.

Enquanto o jornal *El Nacional* publicou artigos, análises e reportagens sobre o festival analisando as discussões, os participantes e as atividades promovidas, o *El Universal* preferiu silenciar, fazendo uma cobertura menos intensa.

Como já vimos anteriormente, as capas das edições dos jornais do dia 09/08/2005 mostra que o jornal *El Nacional* deu destaque para a cerimônia de abertura do festival, que tinha acontecido no dia anterior. Já o *El*

Universal não faz nem menção nas pequenas colunas. Pelo contrário, destaca ainda críticas ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e denúncias de fraude nas eleições municipais que haviam acontecido dois dias antes.

No dia 7 de agosto de 2005 o país realizou eleições para suas Juntas Paroquiais, que têm uma função similar à das vice-prefeituras brasileiras, e Conselhos Municipais, uma espécie de Câmara de Vereadores do bairro. Na Venezuela, a participação no pleito eleitoral não é uma obrigação, mas sim um dever que o cidadão consciente exerce. A ausência da obrigatoriedade faz com que haja um elevado índice de abstenção. Mesmo na situação de polarização do país já que a estratégia de alguns segmentos da oposição tem sido esvaziar a participação na eleição para que o resultado possa ter sua representatividade questionada.

Segundo dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a média do índice de abstenção em eleições no país varia entre 47,56% (1989) e 54,9% (1989). Entretanto, o maior índice da história democrática do país foi registrado na chamada mega-eleição que ocorreu em 2000 para todos os cargos públicos, convocada pelo governo de Chávez, quando as votações chegaram a ser organizadas em dois dias. No primeiro, os venezuelanos elegeram o presidente, governadores, prefeitos e deputados para a Assembléia Nacional. No segundo, foram escolhidos os membros dos Conselhos Municipais e das Juntas Paroquiais. Neste processo eleitoral, o índice atingiu 76,2% da população.

A eleição de 7 de agosto de 2005 contou com intensa campanha da oposição, que acusava o CNE de ser um organismo partidarizado. Apoiados pela grande mídia, a maioria dos partidos da oposição, notadamente os tradicionais (Copei e AD) não indicaram candidatos aos cargos e defenderam a não participação no pleito. O resultado teve um índice novamente elevado de abstenção: 69,18%.

No dia 09/04/07, a capa da edição do *El Nacional* trazia duas fotos (uma grande) sobre o festival e um texto/legenda. O título era *“Festival*

antiimperialista”. Embaixo da foto grande da delegação da Coréia do Norte o texto dizia: “*Sob consignas contra George W. Bush se inaugurou ontem o XVI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que reúne jovens socialistas de vários países. A atração foi o desfile das delegações frente à tribuna levantada no Pátio de Honra da Academia Militar, desde onde o presidente Hugo Chávez saudou a multidão. Em seu discurso, o presidente voltou a atacar o governo dos Estados Unidos. Segundo os organizadores, no festival – que terminará em 15 de agosto – participarão mais de 15 mil estudantes de 144 nações, entre eles 700 estadunidenses*”.



Na página A6 está a matéria sobre o evento traz o título é “*Instalado o XVI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes*”. O texto começa com a linha fina: “*Durante o ato inaugural, o presidente Hugo Chávez disse aos participantes do evento que não somente é necessário lutar pelo socialismo para construir um mundo novo, mas também contra a voracidade do imperialismo norte-americano*”.

E continua no texto: “*Os jovens são os donos da coragem e da pureza para levar adiante a revolução que o mundo necessita para se salvar, uma revolução que pulverize o egoísmo, as perversões do capitalismo e que coloque o ser humano como o princípio e o fim*”, assegurou a noite o presidente da República”.

A matéria, assinada por três jornalistas (Maria José Mairena, Cecília Caione e Laura Weffer), tem mais ou menos três laudas. Depois de narrar como foi o ato, mais trechos do discurso de Chávez e sobre as palavras de ordem entoadas pelas delegações participantes – com destaque para as

maiores: segundo o jornal, da Colômbia (2.200), Cuba (1.800), Brasil (800) e Estados Unidos (700) – os últimos parágrafos trazem informações sobre os custos do governo com o evento. *“O governo nacional contribuiu com 18 milhões de bolívares para sua realização, que serão utilizados em equipamentos de tradução simultânea, moradia e comida, entre outras coisas. Antes da abertura do festival, o presidente (...) anunciou que logo viajará a Cuba para assistir ao ato de graduação de médicos venezuelanos. Também se referiu às eleições de conselhos e juntas paroquiais realizadas no domingo passado e destacou que foi uma grande vitória para as forças políticas que o respaldam, ‘inclusive no terreno da abstenção’”.*

No meio da reportagem, há um box de três colunas assinado por Nerea Dolara, *“Jovens revolucionários”*, cujo conteúdo passa a idéia de que o temor de que falava o programa *“Aló Ciudadano”* (Globovisión) também está nestes jovens empolgados estrangeiros, que pouco sabem sobre o que está realmente acontecendo no país. *“(...) Camilo (não quis dar seu nome), um jovem colombiano que veio ao Festival por iniciativa própria junto a vários amigos e que segurava uma grande bandeira com o rosto de Bolívar, disse ‘este Festival é o principal encontro juvenil do mundo e demonstra que não há passo atrás porque a revolução vai triunfar’”.* No parágrafo seguinte, vem: *“Integrante da delegação do Partido Comunista da Turquia (não quis dar seu nome) (...), ‘me sinto feliz de saber que Venezuela está alcançando o verdadeiro socialismo e penso que este encontro é uma forma de apoiar ao movimento revolucionário e criar consciência de que sim se pode vencer para despertar os povos’”.*

Do lado direito da página, está a coluna do jornalista Vladimir Villegas *“Tiempos de cambios”* (Tempos de mudanças). No parte de cima do texto, *“Novo triunfo, novas tarefas”*, analisa o resultado eleitoral: *“Evidentemente foi inquestionável a vitória dos candidatos que contavam com o apoio das forças bolivarianas, que não é nenhuma surpresa porque até nos setores opositores se dava por fato que o chavismo obteria o triunfo. (...) Mas desde há algumas semanas se sabe que a oposição, em suas diferentes versões, tratará de fazer política de aqui em diante partindo de que todo aquele*

que não votou é um ativista ou ao menos um simpatizante das correntes que querer ver o presidente Hugo Chávez fora do poder. Muitos desses partidos e movimentos têm grande experiência em matéria eleitoral e conhecem a fundo o comportamento do eleitorado venezuelano segundo o tipo de eleição que se apresente, mas também sabem que uma das contribuições que deixou o processo político atual é a ativação da participação cidadã”.

Depois o intertítulo “Não esquecer do povo”, ele conclui: “O certo é que deste processo emerge uma claríssima força municipal identificada com as mudanças que impulsiona na Venezuela a revolução bolivariana”, lembrando que “(...) Atuar de outro modo seria uma maneira de reeditar o que nosso povo rechaçou quando deu as costas aos partidos políticos tradicionais e aos grupos de poder que governaram o país durante o puntofijismo. Por isso é necessário pedir aos eleitos, e em particular aqueles pertencentes às forças da revolução que não esqueçam do povo que os levou a essas posições, e que inclusive têm em suas mãos o instrumento para revocar o mandato que lhes outorgaram”.

Na parte de baixo, “Detalhinhos”, dividida em três intertítulos, ele comenta brevemente sobre os participantes do Festival, desertores norte-americanos e a candidatura presidencial de Teodoro Petkoff.

Sobre o festival, “Bem-vindos”, escreve: “Ainda que eu não esteja fisicamente em Caracas, dou as boas-vindas aos milhares e milhares de delegados que se encontram participando no XVI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Este evento foi estigmatizado pelos eternos inimigos do avanço social. O consideram uma relíquia do passado porque se realizava fundamentalmente nos países do chamado ‘bloco soviético’. Mas transcorreram muitos anos desde a derrubada do Muro de Berlim, e os objetivos que inspiraram os festivais juvenis convocados pela Federação Mundial da Juventude Democrática continuam plenamente vigentes. O mundo de hoje exige mais do que nunca de uma jovem geração consciente de suas responsabilidades para sustentar a paz e a solidariedade, e para derrubar a guerra e a agressão imperialista. Nenhum destes dois males desapareceu”.

Já a edição do mesmo dia do jornal *El Universal* ignorou completamente a abertura do festival. As seis primeiras páginas da seção “*Tema do dia*” trazem repercussões da eleição municipal. As principais manchetes são “*CNE calcula a abstenção de votações locais em 69,18%*” (página 1-2); “*Oposição deve refletir sobre uma proposta unitária*” (página 1-4); “*Para Súmate 78,1% de eleitores se ausentaram das urnas*” (página 1-5); e os artigos “*Quando as pessoas ficam bravas*” e “*A hora da verdade*” (página 1-7).

Na página 1-8 o jornal apresenta a seção “*Política*”, onde aparentemente constariam outros temas da política nacional além da eleição. Mas os títulos mostram que a pauta está mais voltada para temas relacionados com a política externa do governo Chávez: “*EUA lamenta corte de cooperação com a DEA*”; “*Chegaram a Cuba oficiais apadrinhados pelo presidente Hugo Chávez*”; “*Vice-almirante Ramírez Pérez não se porá a Direito*”; “*Solicitarão proteção para venezuelanos nos Estados Unidos*”; e dois artigos na seção “*Tempo real*” que ocupa duas colunas de cima à abaixo do lado direito da página “*O Plano Patriota-Andino*” e “*Felicidade presidencial*”.

A página seguinte é a que corresponde a Internacional (1-9) que já analisamos anteriormente. O caderno Caracas, onde talvez pudesse ser colocada alguma nota sobre o evento com um ponto de vista menos abrangente, tem mais sobre as eleições e a cobertura local: “*Primeiro Justicia se consolida no Este*” (4); “*Iminente colapso elétrico*” (4-2); “*Grandes fossas mantêm a ameaça*”; “*Oposição se impôs em Los Salias*” (4-4).

No dia 11 de agosto de 2005, ao jornal *El Nacional* trouxe matéria de uma página sobre o festival. No topo da página A9, estão breves comentários de três visitantes. O primeiro à esquerda é “*Evo Morales entre jovens*”: “*O candidato presidencial e líder camponês da Bolívia Evo Morales, de 46 anos de idade, viajou ontem a Venezuela convidado pelo presidente Hugo Chávez para participar no festival, informou EFE. Em um comunicado difundido pelo partido de Morales diz que ‘as afirmações sobre o motivo desta viagem é conseguir financiamento, são puras especulações mal intencionadas’*”.

No centro, a matéria *“A autodeterminação provoca diferenças”*, assinada por David Ludovic Jorge, tem a linha fina *“Apesar dos gritos como ‘Viva povo vasco livre, viva Palestina livre e viva o Saara livre. Via a revolução bolivariana’ pareciam demonstrar que todos os presentes no salão do Círculo Militar defendiam da mesma forma a autodeterminação, houve brigas entre os partidários de um Saara Ocidental autogovernado e os marroquinos, interessados em dominar essa região do noroeste africano”*. O texto que se segue, de cinco colunas, diz que juventudes do Saara Ocidental, Nepal, Palestina e Chipre e Porto Rico transformaram em uma “exaltada audiência” um ato que seria para mostrar a solidariedade com os povos oprimidos. A matéria transmite a idéia de que a unidade é impossível de ser alcançada.

Na parte debaixo da página, a pequena matéria *“A noite é a vida do festival”* apresenta três fotos de jovens tomando cerveja, dançando e de uma banda sobre um palco. A linha fina é *“O Teresa Carreño, a sala Rajatabla, o hotel Anauco Hilton, o 23 de janeiro são espaços que em horas noturnas agrupam os delegados do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que também têm sido vistos na discoteca mas exclusiva do centro comercial San Ignacio. As culturas se integram ao ritmo do reggaeton e do tambor. Mas falta segurança, e já vários jovens foram atacados”*.

Para o *Diario Vea*, entretanto, o festival representava muito mais do que brigas entre organizações juvenis e festas. A edição do dia 11 de agosto de 2005, por exemplo, não traz nenhuma chamada na capa. Mas na página 17, está a matéria de uma página *“A alegria dos jovens do mundo”*, assinada por Maria José Tovar, que traz ainda uma foto de jovens com a legenda *“Alemanha estabelece que Venezuela é uma vanguarda para esse país”*.

O texto trata praticamente da mesma pauta que a matéria do *El Nacional*, mas se diferencia por ser mais politizado. *“Durante os eventos realizados, as delegações do mundo transmitem sentimentos de admiração e desejos de participar e se envolver inteiramente neste construtivo processo que*

se vive atualmente no país. (...) Cada evento está acompanhado da música tradicional das diferentes regiões do país, se faz soar a voz de nosso inesquecível revolucionário *Alí Primera*, que permanece vigente em cada manifestação progressista”.

A matéria cita a filha de Che Guevara, a médica cubana Aleyda Guevara, que comenta sobre o significado das manifestações de solidariedade com seu país e pelo fim do embargo que lhe impõe o governo dos Estados Unidos. E também faz referências às impressões das delegações participantes sobre o processo em andamento no país, entre elas as de El Salvador, Palestina, Alemanha e Brasil.



Do lado da imprensa alternativa, todos deram grande destaque para a realização do festival, os debates políticos, os participantes e a sua importância no contexto geopolítico internacional. O jornal mensal *Fuerza Punto 4*, “precursor do jornalismo bolivariano”, por exemplo, em sua edição de agosto trouxe a manchete “*Contra o imperialismo, a Guerra e a Paz*”. Dentro estavam as matérias “*20 mil jovens do mundo estarão presentes*” (página 4); “*Delegações de cinco continentes*”

(página 4); e “*Credenciamento proporcionará mais de \$ 1 milhão ao Festival da Juventude*” (página 5). Além do festival, o jornal também pauta “*Roda de negócios Venezuela-EUA superou 500 milhões de dólares*” (página 7); “*A missão Mercal, gênese do projeto socialista*” (página 12); “*Argimiro Gabaldón ao cumprir 86 anos - O ideólogo da unidade revolucionária*” (página 14).

Na última página do jornal, um anúncio de ¼ de página do ministério da Cultura e do Conselho Nacional da Cultura, tem o título “*16º*

Festival da Juventude e dos Estudantes”: “Nestes momentos quando na Venezuela construímos a revolução, cantar pela paz e a solidariedade não somente é uma expressão cultural legítima senão o dever e o direito de um povo jovem que resgata sua soberania e por isso lhes damos as boas-vindas aos 25 mil participantes de 120 países que participam do 16º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes”.

O jornal semanal *Temas Venezuela*, semanário de análise y opinión, de 12 a 18 de agosto de 2005, também pautou o festival. Na capa a manchete “Venezuela é o centro do antiimperialismo” e o chapéu “Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes: festa e batalha”.

O texto começa já fazendo um contraponto às boas vindas que o jornalista Vladimir Villegas do *El Nacional* fez (edição do dia 09/08/2005):



“Desde o dia 8 de agosto flui entre nós uma legião de jovens de todo o mundo. Acostumados como estamos a que os encontros de jovens terminem em caos, desordem e alteração da ordem, as ‘pessoas de bem’ devem estar imaginando o pior para quando termine este evento. E para o pior devem se preparar: estas aspas falam de ‘pessoas de bem’ que prefeririam que tudo permanecesse igual, que as sociedades não mudassem, que os venezuelanos fossem eternos adoradores do Papa,

da Coca-cola e do McDonalds, e que no lugar de uma Revolução tivéssemos aqui uma geração de cidadãos adormecidos. Pois não é assim. Venezuela está vivendo um terremoto social e esses jovens que nos visitam não vieram a nos ajudar a deixa-lo para trás, mas para agitar ainda mais a terra”.

O artigo de capa, que não é assinado, afirma ainda: *“Este encontro é, portanto, um tubo de ensaio do novo pensamento e da nova práxis antiimperialista. Aqui estão se cozinhando os sentimentos mais justos e o pensamento selvagem que leva o ser humano a se rebelar contra as forças que nos atam à ignomínia”*.

Nas páginas internas, há matérias e análises sobre as eleições locais (seções *Opinión* e *Actualidad*), o um ano do referendo revogatório presidencial (seção *Análisis*), e a reportagem principal: *“Jovens do mundo pela paz, contra o imperialismo e a guerra”*, que ocupa as páginas 11, 12 e 13, na seção *Actualidad*. O texto, de Jhonatan Pérez, tem a linha fina *“A revolução das idéias deve ser a cão de contra-ataque’, é a premissa dos jovens do XVI Festival Mundial. Estão conscientes de que não há uma receita para poder alcançar os objetivos; não obstante, o encontro serve para algo: defender suas culturas e ideologias e gritá-las ao mundo em todos os idiomas que existem”*.

Mais adiante, o texto diz: *“Diante da investida ideológica realizada pelo imperialismo, um grupo destes jovens apresentaram a palestra ‘Nosso contra-ataque frente à ofensiva ideológica do imperialismo. A luta por nossos direitos e reivindicações: resposta decisiva contra os falsos pretextos imperialistas”*. Segundo a matéria, mais de mil jovens de diversas nacionalidades participaram do debate. Entre eles, Ziad Riad, membro do comitê organizador do Festival Mundial, que *“expressou que os Estados Unidos através dos seus meios de comunicação quer impor sua ideologia capitalista e neoliberal. [Ele] foi otimista ao afirmar que ‘nós temos na Telesur uma forma de resistir à informação que o imperialismo usa para tentar confundir os nossos povos”*.

Outra fonte ouvida pelo jornalista é Roberto Sánchez, representante da Juventude Comunista de Cuba: *“Para Sánchez, o fato de que o Festival esteja se realizando na terra de Bolívar é um fortalecimento para a revolução bolivariana, assim como para todos povos da América e do mundo. Na sua opinião a ação de contra-ataque fundamental é uma ação ideológica. ‘Venezuela tem demonstrado que se pode fazer uma revolução sem armas,*

sem violência, que se pode fazer uma revolução constitucional, ou seja, uma revolução com as idéias. Não há uma receita para poder alcançar o que queremos. Eu acredito que este festival é uma das formas, na defesa de nossas culturas, fundamentalmente contra essa globalização neoliberal que hoje trata de nos desnacionalizar, de homogeneizar o mau através de uma ideologia neoliberal, com muita frivolidade e com muita superficialidade. Temos que trabalhar com os jovens ombro a ombro: esta revolução (venezuelana) é mostra disso”.

Na seção *Análisis* ainda, o jornal apresenta matérias sobre a integração regional (“*Mais além do livre comércio*”, páginas 14 e 15). A seção seguinte é *Comunicación y medios*, onde se apresenta a coluna “*Antena de papel*”, de Aníbal Carrasco, da Rádio Comunitária Salvemos La Montaña (“*Centro versus periferia?*”, página 16); a matéria “*Revirada endógena em Laguneta de la Montaña*”, página 17) e um informe da Assembléia Nacional sobre a criação do Prêmio Nacional pela Paz e os Direitos Humanos “Padre Juan Vives Suriá”.

A seção seguinte é *Análisis internacional*, cujos artigos são “*Seguimos com a Igreja nas costas*”, de Samuel H. Carvajal Huiz (página 18); “*Uma volta pelo Sul*”, de León Cristalli (página 18); “*Do neoliberalismo ao socialismo II*”, de León Cristalli (página 19); a coluna “*Mundo adentro*”, de Jorge Arreaza, que tem três textos: “*O giro do Sul*” (página 20), “*Sugestões pertinentes*” (página 21) e “*diplomacia petroleira*” (página 21).

Há ainda a seção *Cultura* (página 22) que traz um texto da Rádio Nacional de Venezuela “*Diversidade de culturas se expõem no XVI FMJE*¹⁰⁸”, e a última seção, *Biografía*, que traz a história de “*Miliciano Remigio, herói da Guerra Civil Espanhola*” (página 23).

¹⁰⁸ Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.



A mídia alternativa venezuelana não se resume apenas aos meios que estão nas bancas de jornal com custos reduzidos (a maioria custava menos que R\$ 1,00). Existem os que estão associados às missões e que contam com distribuição voltada especificamente para estas comunidades.

Um exemplo é o jornal *Punto de Vista*, que circula entre as comunidades e militantes envolvidos

com as missões. O exemplar nº 22, Ano 3, de julho-agosto de 2005, não traz um matéria específica sobre o XVI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, mas tem um anúncio de ½ página sobre o evento. Na verdade, esta edição está mais voltada a divulgar o lançamento da Missão Cultura. Segundo o texto da capa *“Cultura para todos”*, *“O povo venezuelano recebe boas novas. Assim como viu se materializar missões dirigidas à sua saúde, como Bairro Adentro, e sua formação intelectual, como as missões Robinson, Ribas e Sucre, agora se prepara para receber os benefícios da missão Cultura, fortalecedora do espírito e das diversas artes que definem nossa identidade. (...) A revolução bolivariana, através do Ministério da Cultura, apresentou à opinião pública um plano sistematizado que augura resultados positivos: a formação de um numeroso contingente de profissionais que se dedicarão exclusivamente a fomentar o desenvolvimento cultural nas comunidades”*.

Os temas do jornal são, principalmente, voltados a formação política: *“Que é a Missão Cultura”*, assinada pelo ministro Farruco Sesto (página 2); *“Crise da democracia representativa e contra-poder”*, um artigo de Ignacio Vila que trata dos novos movimentos progressistas que surgem na América Latina e no mundo, *“um processo onde se vai operando simultaneamente a apropriação da produção e a subversão revolucionária do*

poder existente. O que há aqui é um rechaço às soluções evolutivas, um menosprezo à repetição tediosa dos chamados à restauração do Estado-nação e as ‘etapas’ que desviam o processo de transformação revolucionária e fazem os povos esquecer da vontade de tomar tudo em suas mãos imediatamente construindo a partir daí os perfis de uma nova sociedade” (página 4); “Só UBE¹⁰⁹ Andres Bello sobrevive após a Campanha de Santa Inês”, sobre a importância da organização popular nas bases para o amadurecimento do processo em andamento (página 6); e “O socialismo global”, de Roy Daza, que afirma “Diferentemente dos socialistas utópicos, Carlos Marx dedicou seus esforços a compreensão científica do capitalismo e ao desenho de uma teoria da revolução. (...) A reestruturação capitalista, surge a partir do esgotamento do ‘consenso do bem-estar’; é sustentada por novas tecnologias que modificam os processos produtivos, financeiro e comerciais e a vida cotidiana das pessoas. A emergência do corpo teórico neoliberal como fator hegemônico” (página 8).



Outro exemplo é o jornal *Extras Endógenos*, uma publicação gratuita do Ministério para a Economia Popular que circula nos núcleos endógenos.

A edição de maio de 2005, Nº 4, três meses antes do festival, trouxe o editorial de capa “Semeando valores, para colher a revolução da dignidade”. O texto explica que “Toda atividade produtiva requer recursos, mas uma notável diferença separa as necessidades

das organizações cooperativas em contraste com as empresas capitalistas tradicionais. Qualquer instituição financeira privada age em função do risco e rentabilidade, não importa o ser humano, nem a atividade econômica a realizar, se tem um impacto positivo na família ou na comunidade, o que interessa é a

¹⁰⁹ UBE é a Unidade de Batalha Eleitoral e Campanha de Santa Inês se refere à Batalha de Santa Inês, que, como já vimos, foi convocada por Chávez em 2004 por ocasião do referendo revogatório presidencial.

garantia de um retorno do capital mais o lucro. Um dos elementos que faz diferente uma cooperativa da nossa Missão Vuelvan Caras é a solidariedade, que em sua definição original se entende como adesão à causa ou à empresa de outros. Mas nestes caso, a solidariedade é concebida como uma causa coletiva que abre a possibilidade de estabelecer uma atividade produtiva que garanta o benefício de todos os cooperativistas, enquanto se cresce a partir do ponto de vista pessoal. O mais importante (...) é que o valor humano é nosso norte. A construção do sonho de ter uma sociedade equilibrada e igualitária, passa indiscutivelmente pela criação de um modelo econômico diferente, que parte de nossas consciências, do trabalho em equipe e do respeito pela humanidade”.

O pequeno jornal, que tem o mesmo formato do informativo *Aló Presidente*, de uma folha tablóide dobrada duas vezes, possui dentro a matéria “*Como garantir o êxito de nossos projetos produtivos?*”. A linha fina é “*Carlos Molina, superintendente Nacional de Cooperativas, aconselha aos investidores empreender uma gestão racional e responsável de suas cooperativas, a fim de garantir sua estabilidade*”.

No box intitulado “*Perguntas freqüentes*”, constam as perguntas “*Quando vão pagar as cooperativas?*”; “*Quando nos dão o crédito?*”; e “*Um incentivo de seis meses para as cooperativas?*”. As respostas explicam que a relação dos associados é diferente do assalariado, que não existem patrões. “*No lugar dos pagamentos, os próprios cooperativistas se pagarão periodicamente uma quantidade denominada ‘antecipação societária’, estimada em função do o trabalho individual de cada um, sem afetar o avanço do projeto*”. Na medida em que as cooperativas entregam seus projetos e são aprovados pelos organismos vinculados ao Ministério da Economia Popular, este libera o financiamento.

Estes são apenas alguns exemplos de meios que cumprem o papel contra-hegemônico na Venezuela bolivariana hoje, de desmentir o que dizem os grandes oligopólios midiáticos, de apresentar os avanços do governo

bolivariano, as idéias da Revolução democrática e as perspectivas para a construção do socialismo do século XXI.

Obviamente que encontramos também algumas dificuldades nessa elaboração e produção de uma nova comunicação, democrática, humanista, solidária, capaz de cumprir o papel de informar, educar e organizar a sociedade. Um deles é a escassez de um renovado aparato tecnológico e informacional (NTCs) que possibilite ao campo progressista lutar na batalha das idéias com armas similares às usadas pelos setores dominantes.

Entretanto, é importante ressaltarmos que a experiência em andamento na Venezuela é rica e corajosa, uma vez que busca constantemente alternativas aos entraves que se apresentam. Por exemplo, neste momento a estética da emissora estatal (VTV) já não é mais a mesma que pude observar em janeiro de 2006, e que, por sua vez, já não era a mesma que havia sido observada em agosto de 2005.

A jornalista Gabriela Gonzalez¹¹⁰ reconhece as dificuldades de envolvimento concreto da classe média no processo comunicacional:

“Acho que nós, que pensamos que o mundo pode ser um pouco mais justo e humano, às vezes temos uma relação estranha com a dignidade e cometemos muitos erros. Por exemplo, para muitas pessoas que sentem que algo está funcionando mal, é muito digno dizer ‘com essas pessoas não me junto, vou ao meu pequeno reduto de classe média porque estes humanistas são de classe média como eu e podemos ter nossa pequena página na internet, fazer curta metragens, ser professores universitários e sem nos comprometer com nada. Somos corretos, éticos e não nos associamos com nada’. Acho que o mais interessante que se conseguiu aqui com a Constituição é a maior consciência de que a mudança só podemos fazer com mudança. Porque não é uma mudança que vai vir. Temos que construir. A luta não é a

¹¹⁰ Entrevista à autora em 15 de agosto de 2005.

guerrilha, nem atirando, nem dando golpes. A luta é a partir de dentro, lutando com a secretária, com o Ministério, com o diretor de cinema pretensioso, com o jornalista prepotente que crê que tem a verdade, com os administradores que te dizem que não há recursos, com todos. Para transformar a sociedade temos que transformar todos e transformar todas as necessidades. E eu acho que tem muita gente que tem essa necessidade de mudança e que está jogando, porque as vezes ganhamos e as vezes perdemos. Mas estamos na luta. E não vou te ceder espaço, vamos lutar por mais espaços. Eu acho inclusive que já conquistamos vários espaços”.

Segundo ela, há uma lei que diz que todas as comunidades têm direito a ter um meio um comunicação.

“Claro que existem uns que são ótimos e outros que nem tanto. Com as rádios, por exemplo, ocorre de uma pequena família pobre da favela que pode ter um pequeno espaço de poder que se comportar igual como uma multinacional. Então essa luta também tem que ser feita. As pessoas dessa favela têm que lutar para que a rádio seja de todos. Ninguém vai fazer com que a rádio seja de todos. Tem que lutar”.

Capítulo 4

Considerações finais

Esta pesquisa demonstrou que os meios de comunicação cumprem papel fundamental, senão determinante, na disputa pela hegemonia, principalmente no caso do processo bolivariano, que propõe a transformação da sociedade e a construção do socialismo. Nestas circunstâncias, elaborar um projeto comunicacional não é apenas uma questão de política de governo, mas diz respeito ao estudo e ao desenvolvimento de novas formulações acerca da superestrutura desta nova sociedade, da que se almeja que rompa com a cultura eurocêntrica, os valores imperialistas e a lógica do grande capital.

A Revolução Bolivariana tem esse grande desafio e vem, sem dúvida, avançando na sua experiência. Com erros e acertos, e a coragem de ousar realizar uma nova comunicação, tendo como referências as experiências contra-hegemônicas que a história nos conta e as que conseguem resistir. Entre elas, podemos citar os veículos estatais cubanos (jornal Granma e a agência www.prensalatina.cu), chineses (jornal China Daily e a agência www.xinhua.net) e a emissora de televisão árabe Al-Jazeera.

Foi possível compreender que está em elaboração uma nova filosofia de comunicação, que se propõe contribuir para que homens e mulheres envolvidos no processo dialético de construção de uma sociedade mais justa e humana. Para alguns estudiosos, essa nova conceituação passa também por uma nova estética, comprometida com a poesia e a ética feita por todos. “Estética que não admita separações entre o indivíduo e a sociedade, estética não escolástica nem eclética, que se entregue ao entendimento e produção da imaginação, da fantasia e do maravilhoso”. (DOMINGUEZ; 2005: 14)

Pensada e realizada simultaneamente por trabalhadores dos meios de comunicação, militantes do movimento popular, dos partidos políticos, das bases comunitárias, parlamentares e intelectuais, esta etapa da luta de idéias, como afirma Gramsci, exige a elaboração do seu próprio “projeto orgânico, sistemático e argumentado” (2004: 32), envolvendo o conhecimento, a comunicação e a criação.

O desafio estratégico está em tirar o poder hegemônico das mãos da intelectualidade burguesa, que dita à sociedade o que é verdade, o que é fato, o que é certo e errado, deixando para traz mecanismos alienantes da sociedade, como o maniqueísmo, para dar vez às formas de luta conscientes contra a cultura do capital.

Como afirma Martín-Barbero (2003: 69), precisamos de uma comunicação que signifique a colocação em comum da experiência criativa, do reconhecimento das diferenças e com abertura para o outro. Onde o comunicador deixa de figurar como intermediário – que se instala na divisão social, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os emissores-criadores continuam sendo uma pequena elite e as maiorias continuam sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de mediador: aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e que trabalha por uma comunicação que diminua o espaço das exclusões aumentando mais o número de emissores e criadores em relação ao de consumidores.

Como vimos, a política de comunicação do governo de Hugo Chávez começa a ganhar “envergadura” após o golpe de 11 de abril de 2002, quando o governo percebeu que além de fortalecer a democracia participativa, precisava também se preparar mais adequadamente para a disputa de idéias. No ágora eletrônico, os meios de comunicação contra-hegemônica que atuam

hoje na Venezuela – os inúmeros jornais, rádios e tevês alternativos; o jornal nacional de circulação diária; as emissoras estatais de televisão, nacionais e a internacional; e as rádios nacionais – compõem um aparato midiático de crescente relevância, que envolve de maneira determinando o aumento do acesso à educação qualificada. O desenvolvimento da conscientização política e do pensamento crítico da sociedade são conquistas reais que já são legado deste processo, independentemente da reeleição de Hugo Chávez.

Esta pesquisa procurou demonstrar as características da disputa pela hegemonia nos meios de comunicação mais acessíveis no país. Pudemos observar alguns exemplos das táticas anti-chavistas e chavistas.

Por um lado, os veículos que se dizem informativos são produtos panfletários contrários ao governo. Sua campanha se dá por pautarem temas negativos para o governo, desavenças partidárias, intrigas, fazem julgamentos morais, usam adjetivos, e até silenciam sobre eventos para não falar bem. Para este bloco histórico, na Venezuela, não há um processo em andamento, e sim um déspota no poder que só fala mentiras.

Do outro lado, existem os veículos que apóiam a Revolução e isso já é um importante registro. Antes, os meios de comunicação privados eram absolutamente hegemônicos. Hoje a disputa está deflagrada.

É verdade que não conseguem fazer uma comunicação que se diferencie totalmente, na forma, linguagem e estética. Mas têm consciência disso e estão permitindo que se repense esta nova comunicação necessária como movimento contra-hegemônico.

A Venezuela nos mostra que há alternativas. E também que há um processo em desenvolvimento, que exige tempo para ser maturado. Enquanto isso, continuaremos acompanhando esta rica experiência que reúne prática e teoria, e prova que a história não findou e que, muito provavelmente, não findará.

Sites utilizados

Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)

Agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br)

Aporrea (www.aporrea.org)

CNE (www.cne.gov.ve)

El Universal (www.eluniversal.com)

Globovisión (www.globovision.com)

Gobierno em Línea (www.gobiernoenlinea.ve)

Ministerio de Comunicación e Información da Venezuela (www.minci.gov.ve)

Ministerio de Relaciones Exteriores da Venezuela (www.mre.gov.ve)

Montlhy Review (monthlyreview.org)

Observatório da Imprensa (observatorio.ultimosegundo.ig.com.br)

Observatório Político Sul-Americano - OPSA (observatorio.iuperj.br)

Petróleos de Venezuela - PDVSA (www.pdvsa.com)

Partido Comunista de Venezuela (www.tribuna-popular.org)

Rádio Nacional de Venezuela (www.rnv.gov.ve)

RCTV (www.rctv.com.ve)

Rebelión (www.rebelion.org)

Rede Voltaire (www.voltairenet.org)

Telesur (www.telesurtv.net)

Tal Cual (www.talcualdigital.com)

Vermelho (www.vermelho.org.br)

Youtube (www.youtube.com)

Bibliografia

- ARBEX, José. Uma outra comunicação é possível (e necessária) in Por uma outra comunicação / org. Dênis de Moraes – Rio de Janeiro: Record, 2003.
- AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BACHELET, Pablo. Gustavo Cisneros: um empresário global. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- BORGES, Altamiro. Venezuela: originalidade e ousadia. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAPRILES, Colette. La revolución como espectáculo. Caracas: Grupo Editorial Random House Mondadori, 2004.
- CHÁVEZ, Hugo. La propuesta para transformar a Venezuela – una revolución democrática. 1996.
- CHÁVEZ, Hugo. El neoliberalismo és culpable de los desastres del mundo. Caracas: El Correo Breve, 2003.
- DOMINGUEZ, Fernando B. A. Filosofía de la Comunicación. Caracas: Ministério de Comunicación e Información, 2006.
- GARCÍA, Luis B. Venezuela: investigación de unos medios por encima de toda sospecha. Caracas: Fondo Editorial Questión, 2004.
- GARRIDO, Alberto. Documentos de la Revolución Bolivariana. Caracas: Producciones Karol, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol. 2, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo – 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GONZALEZ, Franklin. El Pacto de Punto Fijo, la agenda Venezuela y el programa económico de transición 1999-2000. Desarrollo y sus problemas. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2001.

FORD, Aníbal. *O contexto do público: transformações comunicacionais e socioculturais* in Por uma outra comunicação / org. Dênis de Moraes – Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARNECKER, Marta. Um homem, um povo. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Venezuela: Militares junto al pueblo. Caracas: Ministério de Comunicación e Información, 2005.

HERNÁNDEZ, Rosendo C. A Revolução cubana na Ibero-américa. Lisboa: Líber, 1975.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1991.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *O príncipe eletrônico* in Desafios da Comunicação / orgs. Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende, Hélio Silva – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LANDER, Edgardo. *Venezuela: la búsqueda de un proyecto contragemónico* in Hegemonias y emancipaciones em el siglo XXI / org. Ana Esther Ceceña – 1ª ed. – Buenos Aires: Clacso, 2004.

LIMA, Venício A. Mídia: teoria e política – 2ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LLORENS, Pedro. Contra Chávez. Caracas, Grupo Editorial Random House Mondadori, 2004.

MARIATEGUI, José Carlos. Temas de nuestra América – 8ª ed. – Lima: Editora Amauta, 1985.

- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Globalização comunicacional e transformação cultural* in *Por uma outra comunicação* / org. Dênis de Moraes – Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas: La Burbuja Editorial, 2003.
- MIÈGE, Bernard. *A multidimensionalidade da comunicação* in *Globalização e regionalização das comunicações* / org. César Ricardo Siqueira Bolaño. São Paulo: EDUC, 1999.
- MORAES, Dênis. *A dialética das mídias globais* in *Globalização, mídia e cultura contemporânea* / org. Denis de Moraes – Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- _____. *A comunicação sob domínio dos impérios multimídias* in *Desafios da Comunicação* / orgs. Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende, Hélio Silva – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAVARRO, Ramón H. *La Revolución Chavista* – 2ª ed. – Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones (IMP), 2003.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PETRAS, James. *Classificação dos governos latino-americanos pelos Estados Unidos* in *Lutas Sociais* nº 11/12. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Neils), 2004.
- PIOTTE, Jean-Marc. *El pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Editions Anthropos, 1970.
- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. *O poder midiático* in *Por uma outra comunicação* / org. Dênis de Moraes – Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMOS, Murilo C. *A força de um aparelho privado de hegemonia* in Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia / orgs. Valério Cruz Brittos; César Ricardo Siquiera Bolaño – São Paulo: Paulus, 2005.

ROVAI, Renato. *A comunicação política na América Latina*. 2003. 120 f. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação – Universidade São Paulo.

ROSAS, Aléxis. *Objectivo: Chávez, el periodismo como arma*. Caracas: Editorial Texto, 2005.

SEVERO, Luciano W. – *“Venezuela: petróleo semeando emancipação”* in Monthly Review Foundation, 16/03/2006.

SIMME, Petruvska. *Periodistas em la mira*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2004.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Imprenta Nacional, 2000.

Relação de entrevistas

Ernesto Navarro, assessor do Ministério de Comunicação e Informação (Minci) da Venezuela

Gabriela Gonzalez, editora de programação da *Telesur*

Héctor Soto, vice-ministro de Cultura da Venezuela

Héctor Escalante, jornalista da Rádio YVKE Mundial

Jorge Luis Duran Centeño, cônsul geral da Venezuela em São Paulo

Lívia Vargas, assessora do Programa de Leitura da Missão Cultura

Pedro Ibañez, jornalista e ex-funcionário da RCTV